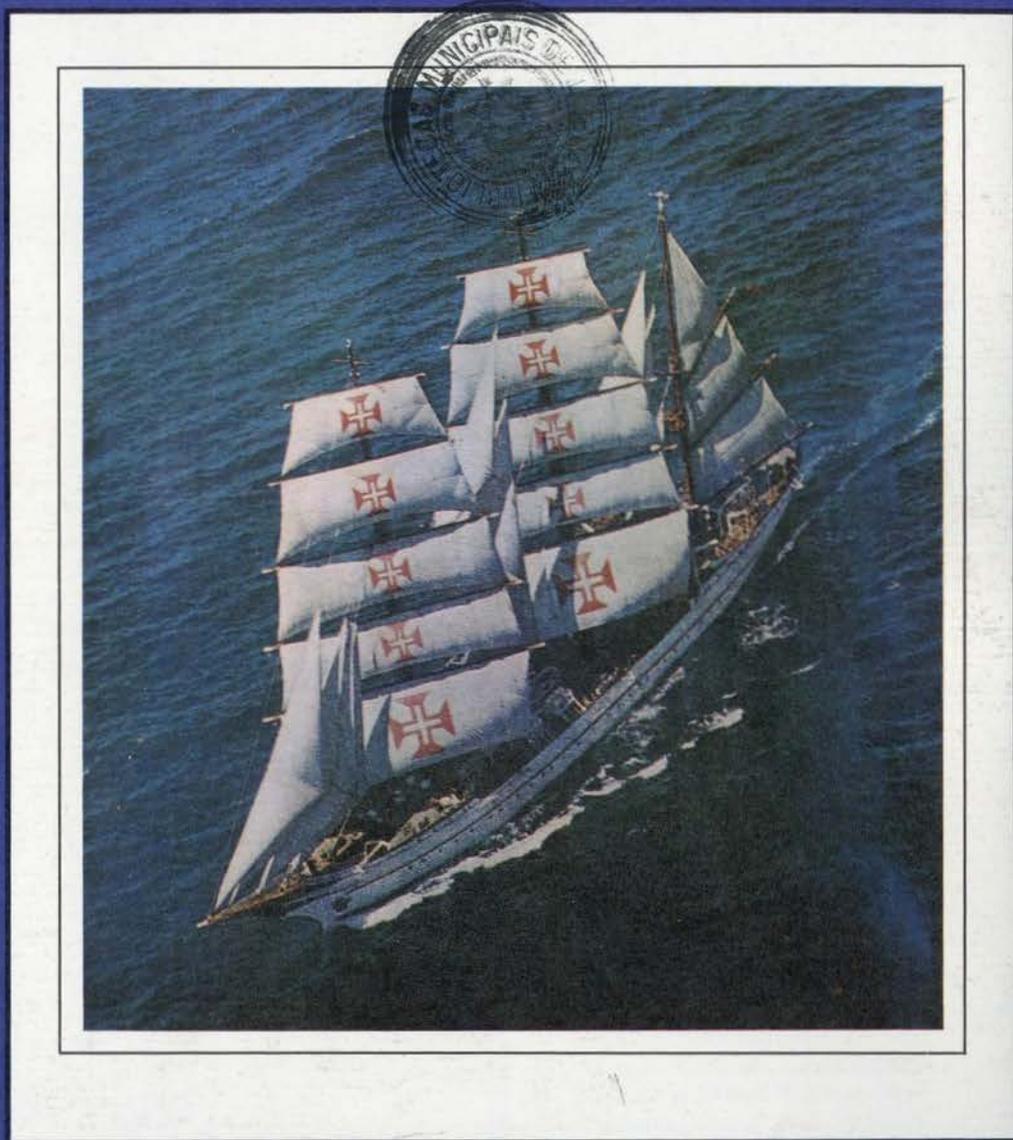


N.º 37/Maio de 1979

25
de Abril

COMUNIDADES PORTUGUESAS

Publicação mensal da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração



EMISSÕES DE RÁDIO PARA PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

RADIODIFUSÃO PORTUGUESA — Departamento de Programas Internacionais
— Horário das Emissões (em língua portuguesa)

DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)	DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)
Venezuela (Segunda-feira a sábado)	00.00-02.30	11 875	25	Angola (Segunda-feira a sábado)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16
	(Domingos)	14.30-18.00 00.00-02.30	21 700 11 875		13 25	19.30-20.00	15 340 17 880
Estados Unidos da América, Canadá e Frota Bacalhoeira (Leste)	01.00-03.00	11 935 6 025	25 49	(Domingos)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16
	(Todos os dias) (Oeste)	03.30-05.00	11 935 6 025	25 49	18.45-19.30	15 340 17 880	19 16
Europa (Segunda a sexta-feira)	04.00-06.00	6 025	49	14.30-18.00	21 700	13	
		6 185	48	Mozambique (Segunda-feira a sábado)	12.00-12.30	21 700 17 880	13 16
	9 740	30	20.00-20.30		15 340 17 880	19 16	
	18.30-20.30	6 025	49	(Domingos)	12.00-12.30	21 700 17 880	19 16
9 740		30	19.30-20.15	15 340 17 880	19 16		
(Domingos e sábados)	08.00-18.00	6 025 11 800 9 740	49 25 30	14.30-18.00	21 700	13	
Macau, Timor e Austrália (Segunda-feira a sábado)	09.55-10.55	21 700 21 735	13 13	Guiné e Cabo Verde (Segunda-feira a sábado)	13.30-14.00	21 495	13
	(Domingos)	09.25-10.55	21 700 21 735		13 13	20.30-21.00	15 125
S. Tomé e Príncipe (Segunda-feira a sábado)	11.00-11.30	21 700	13	(Domingos)	13.30-14.00	21 495	13
		17 880	16	20.15-21.00	15 125	19	
	19.00-19.30	15 340 17 880	19 16	14.30-18.00	21 700	13	
	(Domingos)	11.00-11.30	21 700 17 880	13 16	Índia (Segunda-feira a sábado)	15.00-15.45	17 895
	18.00-18.45	17 880	16	Brasil (Segunda-feira a sábado)	22.30-01.00	9 635 11 840	31 25
		15 340	19		(Domingos)	14.30-18.00	21 700 15 125
	14.30-18.00	21 700	13	22.30-01.00		9 635 11 840	31 25



**PUBLICAÇÃO MENSAL
DA SECRETARIA DE ESTADO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
E DA EMIGRAÇÃO**

Direcção

Manuel Árias
Director do Serviço
de Informação e Apoio Cultural

Edição

Serviço de
Informação e Apoio Cultural

Sede

Ministério
dos Negócios Estrangeiros
Palácio das Necessidades, 1.º Piso
Largo do Rilvas
1354 Lisboa CODEX — Portugal
Telefs. 67 67 00/1/2

Composição e impressão

Casa Portuguesa
R. das Gáveas, 109
1200 Lisboa - Portugal
Telefs. 36 67 76/77

EDIÇÃO EUROPA

Commission paritaire n.º 3331 P

Representante

Embaixada de Portugal
Serviço de Programação e Apoio
6, Passage Dombasle
75015 - Paris - França
Telefs. 533 95 95 e 533 96 96

Distribuição

França, R. F. A., Bélgica, Lux.,
Holanda, Suíça, Inglaterra

Preços

França — 4 FF
R.F.A. — 2 DM
Bélgica — 35 FB
Luxemburgo — 32 FL
Holanda — 2 FLS
Suíça — 2 FS
Inglaterra — 50 P



Capa: O navio-escola «Sagres» constitui o tema deste arranjo gráfico da autoria do artista plástico António Palolo. António Palolo nasceu em Évora, em 1946. Autodidacta, começou a pintar em 1961, dedicando-se igualmente ao desenho e à gravura. Foi galardoado com a menção honrosa do Prémio da Cri-



tica (1969) e com o Prémio do Salão «Mobil» (1970). Realizou cinco exposições individuais em Lisboa, a partir de 1964, expondo igualmente no Porto (1971), Madeira (1967) e Açores (1967 e 1971). Em 1977, foi um dos participantes na exposição colectiva «Alternativa Zero», realizada em Lisboa. No estrangeiro, os seus trabalhos estiveram patentes nas seguintes exposições colectivas: «Art Portugais», em Bruxelas, Paris e Madrid (1967-68); «Cinco Artistas Portugueses», no Museu Hudson River (Estados Unidos, 1971); «Pintura Portuguesa de Hoje», em Barcelona e Salamanca (1973); «Gravura Portuguesa Contemporânea», em Paris (1975); «Arte Portuguesa Contemporânea», em Roma e Paris (1976).

Colaboração fotográfica: Agência ANOP, «A Capital», «Diário de Notícias», Direcção-Geral da Divulgação, Gabinete de Fotografia do Estado-Maior da Armada, Instituto Português de Cinema, Serviço de Estampas da Biblioteca Nacional, Serviço de Relações Públicas do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Revista da Armada, Almeida d'Eça, Nuno Ferrari, Raúl Esteves dos Santos.

Agradecemos toda a colaboração prestada pelo comandante Bandeira Enes na cedência da documentação fotográfica sobre o navio-escola «Sagres».

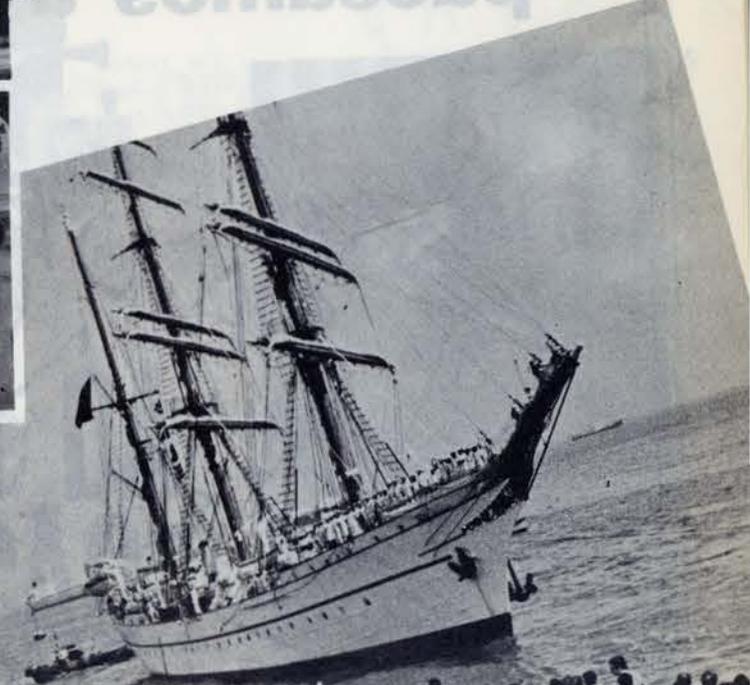
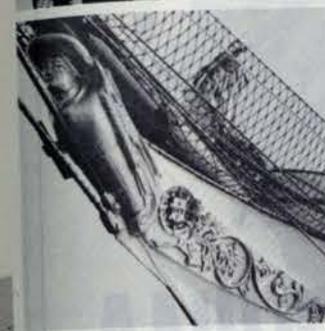
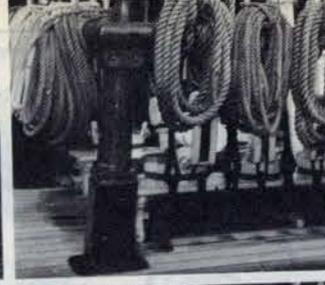
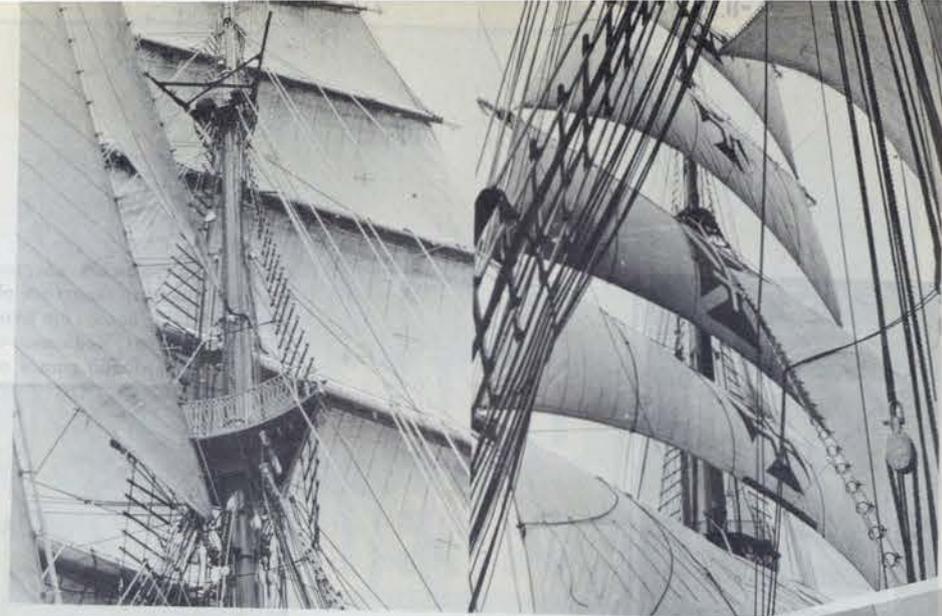
- 2 «Sagres» regressou com «Missão Cumprida»
- PORTUGAL HOJE
- 5 3.º aniversário da Constituição
- 7 Evolução do sector cooperativo
- 8 Entrevista com o prof. Henrique de Barros
- 16 O Museu do Teatro
- 18 104.º aniversário do Ginásio Clube Português
- 23 SUPLEMENTO: Elvas
- PORTUGAL E O MUNDO
- 31 Visita presidencial à Bulgária, Roménia e Hungria
- 33 Novo acordo de pescas luso-espanhol
- 43 COMUNIDADES PORTUGUESAS
- 47 TOME NOTA
- 51 OS LEITORES ESCREVEM
- 52 CIRCUITO DE CINEMA DA S.E.N.E.E.

gressou já a Lisboa o na-
 escola «Sagres», da Armada
 portuguesa, após uma viagem
 cerca de dez meses, em que
 percorreu mais de 27 mil mi-
 as, em 5.400 horas de nave-
 ação, escalando 24 portos de
 5 países.

Nesta viagem de circum-na-
 vegação — a mais longa efe-
 tuada, desde há muito, por uma
 embarcação portuguesa — a
 «Sagres» foi comandada pelo
 capitão-de-fragata José Martins
 e Silva e, além da sua tripula-
 ção normal, composta por 14
 oficiais, 21 sargentos e 142 pra-
 ças, transportou 42 cadetes da
 Escola Naval e, como convi-
 dados, dois alunos da Academia
 Militar, dois dos Pupilos do
 Exército e dois do Colégio Mi-
 litar, além de quatro cadetes
 angolanos e outros tantos santo-
 menses.

Recorde-se que o navio-esco-
 la deixou o porto de Lisboa a
 23 de Junho de 1978, tendo
 escalado, no decurso dos seus
 312 dias de viagem à volta do
 mundo, os portos de Casablan-
 ca, Dakar, Port of Spain, La
 Guaira, Cartagena, Acapulco,
 Enseñada, S. Diego, S. Fran-
 cisco, Seattle, Vancouver, Ho-
 nolulu, Tóquio, Nagasaki,
 Hong-Kong, Macau, Malaca,
 Colombo, Goa, Bombaim, Ban-
 dar, Raysut, Djibouti, Port Said
 e Marselha, última escala antes
 do regresso ao Tejo.

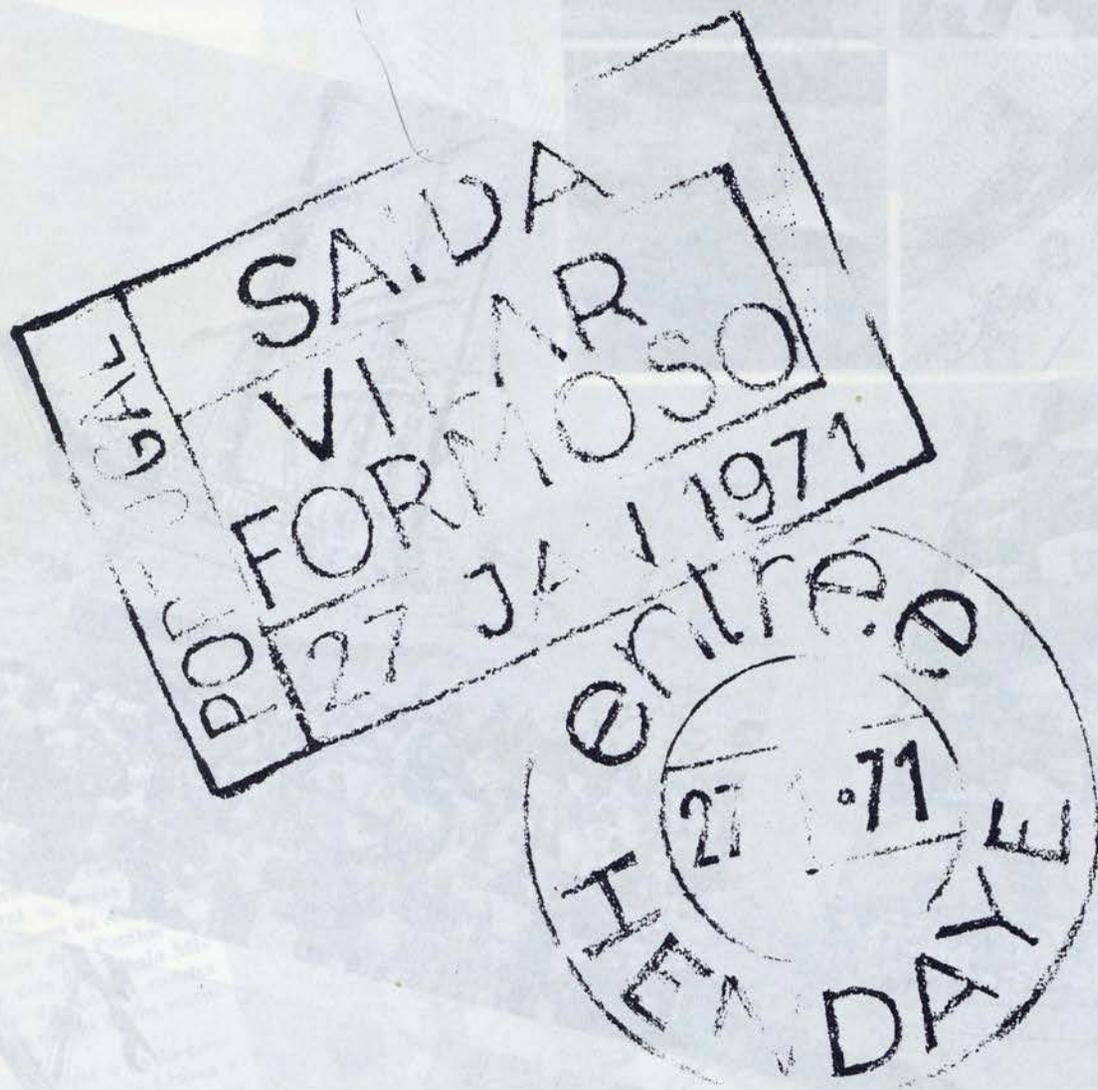
Festivamente recebida pelas
 comunidades portuguesas resi-
 dentes em muitos dos países por
 onde passou, a tripulação da
 «Sagres» teve ainda oportuni-
 dade de aí promover a divulga-
 ção do artesanato, da cultura e
 das principais actividades eco-
 nómicas do nosso País.



**«SAGRES»
 COM «MISSÃO CUMPRIDA»
 REGRESSOU**



também passámos a fronteira



a império a maior companhia de seguros portuguesa há sete anos em França

Para o ajudar a construir um futuro.

Para que possa realizar-se sentindo-se
firmado na vida.

Para encontrar em si próprio
e no seu seguro de vida um apoio importante.



AO SEU SERVIÇO

IMPÉRIO
a sua seguradora

105, Rue du Faubourg Saint-Honoré 75008 PARIS - Tél. 260 33 18



3º ANIVERSÁRIO DA CONSTITUIÇÃO COMEMORADO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Assembleia da República assinalou a passagem do terceiro aniversário da promulgação da Constituição da República, numa sessão em que intervieram os representantes dos cinco partidos com representação parlamentar e o presidente daquele órgão de soberania, Teófilo Carvalho dos Santos.

A primeira intervenção esteve a cargo do deputado Acácio Barreiros (UDP), o qual, depois de salientar que tal efeméride se traduzia, para o seu partido, «na afirmação vigorosa e firme da defesa da lei fundamental», manifestou-se contrário ao que considerou como «revisão constitucional golpista» e «referendo inconstitucional», apelando a todos os órgãos de soberania para uma integral aplicação da letra e do espírito da Constituição promulgada em 1976.

Por seu lado, Manuel Gusmão, representante do grupo parlamentar do PCP, sublinharia que o texto constitucional em vigor é, em larga medida, fruto do movimento popular desencadeado com o 25 de Abril, considerando ainda que a Constituição «pode ser um projecto de vida colectiva suficientemente mobilizador, uma plataforma capaz de reunir à sua volta todas as classes e camadas antimonopolistas e antilatifundiárias, os democratas e os patriotas».

Discursou a seguir o deputado Rui Pena,

dirigente do grupo parlamentar do CDS, que recordou o facto de, há três anos, os representantes do seu partido terem sido os únicos a votar contra a Constituição. Nesse sentido, Rui Pena acentuou que, como cidadãos disciplinados e democratas convictos, os deputados centristas podem e devem criticar o texto constitucional, desejar a sua substituição e promovê-la logo que possível.

Em nome do PSD falou Menéres Pimentel, o qual, a dado passo, manifestaria a opinião de que «esconder a necessidade de uma alteração fundamental da Constituição vigente será mentir aos portugueses», acrescentando: «Como partido da oposição que sempre fomos, a partir de 1976, não nos cabe responsabilidade do possível bloqueamento resultante da ineficácia na aplicação da Constituição. Lutámos por ela, mas não nos responsabilizamos pelos seus efeitos perniciosos e resultantes das inoperâncias governamentais e da administração pública».

Na sua intervenção, o deputado Salgado



Os deputados Acácio Barreiros (UDP), Manuel Gusmão (PCP), Rui Pena (CDS), Menéres Pimentel (PSD) e Salgado Zenha (PS), ao discursarem na sessão parlamentar dedicada ao 3.º aniversário da lei fundamental.

Zenha (PS), saudou, em nome do seu partido, «todos os militares revolucionários de Abril» que «têm sido um dos sustentáculos mais firmes da democracia constitucional», e que, segundo realçou, «neste momento ainda se encontram no centro da vida política portuguesa». Em seguida, o dirigente parlamentar socialista revelou que o PS apresentará à Assembleia da República um projecto de lei no sentido de ser decretada «uma amnistia pacificadora que apague as sequelas penais ou disciplinares» dos confrontos políticos verificados entre portugueses, militares e civis, depois de 25 de Abril.



O presidente da Assembleia da República, Teófilo Carvalho dos Santos, proferindo a sua alocação.

A terminar, o presidente da Assembleia da República, Teófilo Carvalho dos Santos, pronunciou uma alocação, da qual transcrevemos o seguinte extracto: «Se é lícito e até saudável discutirmos a nossa experiência constitucional — se ela própria o pressentiu e desejou, fixando um prazo para a sua vigência intacta e conferindo poderes constitucionais aos representantes do povo que se nos vão seguir neste lugar — é também razoável pedir aos parlamentares de hoje que respeitem dois limites: que o não façam antecipando os poderes parlamentares de amanhã, isto é, que não chamem a si uma prerrogativa que lhes não cabe, tirando conclusões formais desta discussão; e que o não façam de modo tal e em circunstâncias tais que possam inculcar a convicção no público da não vigência daquilo que discutem, isto é, da Constituição na sua forma actual».

Aprovação da Lei Eleitoral

A Assembleia da República aprovou, na generalidade e na especialidade, a nova Lei Eleitoral, ao votar, por unanimidade e favoravelmente, o relatório final da Comissão Parlamentar de Direitos, Liberdades e Garantias, que integrava as propostas de emendas dos artigos anteriormente considerados inconstitucionais.

Acrescente-se que foi rejeitada, por maioria, a proposta subscrita por deputados sociais-democratas e centristas, que pretendia introduzir a obrigatoriedade do voto. Assim, os portugueses continuam a ser apenas moral e civicamente obrigados a participar nos actos eleitorais.

Foi também rejeitada uma outra proposta — igualmente apoiada pelo PSD e CDS — para a integração de Macau no círculo eleitoral de Lisboa.

Segundo a nova Lei Eleitoral, que deverá ser brevemente promulgada pelo Presidente da República, as eleições para nova legislatura serão realizadas entre o dia 22 de Setembro e o dia 14 de Outubro do ano correspondente ao termo de cada legislatura, o qual, no caso presente, se verificará em 1980.

Cisão no Grupo Parlamentar do PSD

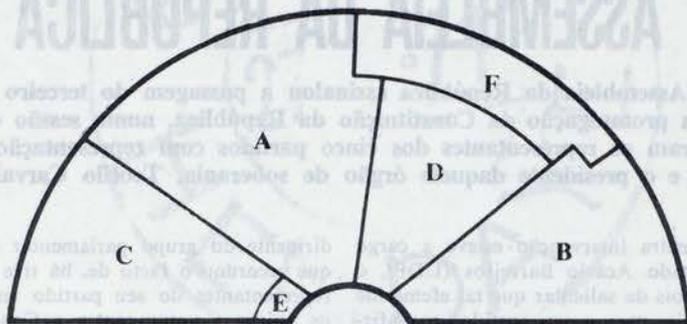
Na sequência das deliberações tomadas pelo Conselho Nacional do PSD, na Guarda, 37 deputados pediram a sua demissão do grupo parlamentar daquele partido. Entre os deputados que, deixando muito embora de pertencer ao grupo parlamentar social-democrata, continuam a desempenhar as suas funções na Assem-

bleia, com o estatuto de independentes, contam-se Magalhães Mota, até agora dirigente do referido grupo parlamentar, Sousa Franco, Sérvulo Correia, Rui Machete, Cunha Leal, Mário Pinto e Furtado Fernandes, nomeadamente.

Após esta cisão da representação parlamentar do PSD, a correlação de forças na Assembleia da República, passou a ser a seguinte: 101 deputados do PS; 41 do CDS; 40 do PCP; 36 do PSD; 1 da UDP; e 44 deputados independentes, sendo 6 ex-PS, 1 ex-CDS e 37 ex-PSD.

Recorde-se que as divergências verificadas no seio do grupo parlamentar do PSD — e que conduziram à cisão recentemente anunciada — se relacionaram com a posição a adoptar pelos deputados deste partido no momento da votação das propostas governamentais do Orçamento e Plano para 1979. Os deputados que agora abandonaram o PSD e o seu grupo parlamentar, opuseram-se à decisão da Comissão Nacional do partido, que pugnava pela abstenção. ■

A nova composição da Assembleia da República



A — Partido Socialista (PS)	101
B — Centro Democrático Social (CDS)	41
C — Partido Comunista Português (PCP)	40
D — Partido Social Democrata (PSD)	36
E — União Democrática Popular (UDP)	1
F — Independentes ex — PS	6
ex — PSD	37
ex — CDS	1
TOTAL	273

A cisão verificada no grupo parlamentar do PSD provocou uma evidente alteração na correlação de forças partidárias anteriormente existente no hemiciclo de S. Bento, aumentando para 44 o total de deputados independentes. O quadro que publicamos ilustra a actual composição das bancas parlamentares.



EVOLUÇÃO DO SECTOR COOPERATIVO

O cooperativismo atingiu, nos últimos anos, uma franca expansão em todo o País, caracterizando-se, hoje, por uma dimensão considerável e uma importância crescente. Devidamente apoiado e estruturado, o movimento cooperativo poderá contribuir decisivamente, a nível nacional, para o incremento e desenvolvimento de diversos sectores produtivos.

Em Portugal, o movimento cooperativo começou a tomar forma há mais de um século: a primeira cooperativa — que se denominava «Fraternal de Fabricantes de Tecidos e Artes Correlativas» — nasceu em 1858.

As cooperativas agrícolas, por exemplo, organizaram-se logo a seguir à publicação do primeiro diploma cooperativo, em 1867, e só não alcançaram maior expansão devido a ter surgido, em 1894, a legislação referente aos sindicatos agrícolas, atribuindo a estes a possibilidade de venda dos produtos dos associados, e de compra de adubos e alfaias, para além da faculdade de concessão de empréstimos aos sócios, com base nas colheitas e gados. Esta organização sindical teve um crescimento tão rápido que em 1935 existiam já 450 sindicatos agrícolas e apenas 48 cooperativas do sector.

Em finais de 1973, e apesar das restrições impostas pelo antigo regime, estavam em funcionamento 438 cooperativas agrícolas, com mais de 150 mil associados. Globalmente — segundo dados fornecidos pelo Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (INSCOOP) —, o número total de cooperativas era, nessa data, de cerca de um milhar, com relevo para as de consumo (aproximadamente 200), de crédito agrícola mútuo (142) e de habitação (cerca de 40), além das mencionadas cooperativas agrícolas.

O movimento cooperativo depois do 25 de Abril

Logo a seguir ao 25 de Abril, o movimento de formação de cooperativas estendeu-se a todo o País, começando a abranger outros sectores económicos. Ainda de acordo com informações de INSCOOP, regista-se hoje a existência de cerca de quatro mil cooperativas, com a seguinte distribuição: cooperativas agrícolas (cerca de 1400), de produção operária (600), de consumo (mais de 500), de habitação (257), de crédito (132), de pescas (70) e outras (aproximadamente 800), relacionadas, sobretudo, com o ensino, a cultura e serviços.

Pode, pois, concluir-se que a estrutura do movimento cooperativo se alterou radicalmente no nosso País, passando as cooperativas de produção a ocupar um lugar cimeiro. Por outro lado, com a constituição das federações de cooperativas, a nível de sector ou de região, e com a consolidação da sua organização económica, o cooperativismo poderá vir a dispor de bases para uma sólida implantação em Portugal.

Principais realizações

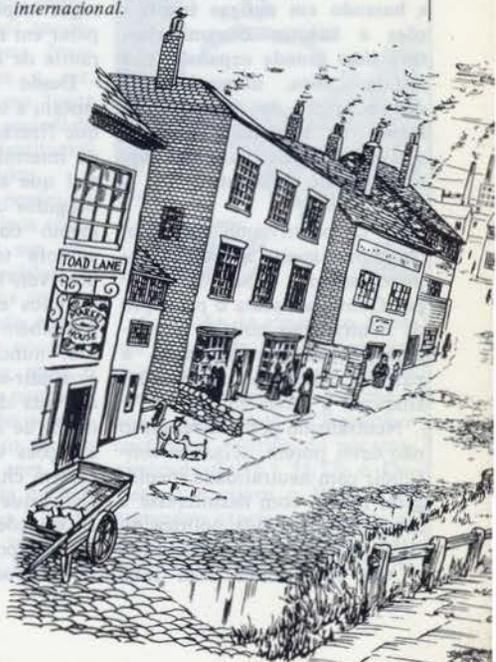
No sector da produção agrícola, as cooperativas contribuíram para o desenvolvimento da produção de leite, gado, batata, fruta e madeira, tendo os seus associados construído inúmeras salas de ordenha mecânica, parques de gado, armazéns de compra e venda de produtos, pequenas barragens, complexos madeireiros, etc., fundando ainda caixas de crédito mútuo e adegas cooperativas.

Outro sector em franca expansão, especialmente no litoral, é o das cooperativas de consumo, que conta com mais de 500 unidades e serve aproximadamente 400 mil famílias. Segundo a Federação Nacional das Cooperativas de Consumo (FENACOOP) — que no final do corrente mês realiza o seu segundo congresso —, o sector depara com grandes dificuldades na

obtenção de financiamentos para a aquisição de instalações e equipamentos e no abastecimento regular de produtos alimentares.

Uma referência, igualmente, para a notável actividade desenvolvida pelas cooperativas de construção — em grande parte reunidas na UNIURBA, uma união que conta com 50 cooperativas e mais de 1500 trabalhadores — e para o lançamento de uma série de iniciativas, no âmbito cooperativo, por parte de alguns retornados das ex-colónias, como sejam, por exemplo, a Cooperativa Agro-Pecuária de Aldriz (Socapa), perto de Monção, a do Arimbo (na serra do Caldeirão) e a Cooperativa de Lavoura e Pecuária do Douro Litoral (Caldouro). ■

Foi na Grã-Bretanha, em 1844, que surgiu a primeira cooperativa de consumo. Fundada em Rochdale, nos arredores de Manchester, denominava-se «Sociedade dos Equitativos Pioneiros de Rochdale» e baseava-se num programa de acção cujos princípios iriam servir, em 1937, para a redacção do «Código da Cooperação», de âmbito internacional.





COOPERATIVISMO EM PORTUGAL: O PRESENTE E O FUTURO

ENTREVISTA COM O PROF. HENRIQUE DE BARROS

Os principais problemas com que se debate o cooperativismo, as perspectivas existentes para o sector e o papel do Estado neste domínio — designadamente no âmbito legislativo — constituem os principais temas abordados ao longo desta entrevista com o prof. Henrique de Barros, fundador do Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (INSCOOP).



O movimento cooperativo português, de sólidas tradições e baseado em antigas instituições e hábitos comunitários, teve uma grande expansão nos últimos anos, nomeadamente depois do 25 de Abril. Quais foram os principais factores que contribuíram para este surto de desenvolvimento?

O cooperativismo genuíno, como movimento mundial comprovadamente capaz de transpor fronteiras, acata o princípio de neutralismo político e religioso, recusa submeter-se a partidos políticos, organizações sindicais e seitas religiosas.

Neutralismo político-religioso não deve, porém, deixar-se confundir com neutralidade ideológica, isto é, com desinteresse e alheamento da vida política do País, já que o cooperativismo é um movimento com raiz,

objectivos e dinâmica essencialmente democráticos e só consegue implantar-se bem e prosperar em ambiente de plena garantia de liberdades públicas.

Desde que assim é, não custam a compreender as razões que fizeram com que, ao longo do interminável período ditatorial que atravessámos e fomos coagidos a suportar, o movimento cooperativo português, embora tendo conseguido sobreviver, à custa de muitos sacrifícios e corajosa militância, e também de algum oportunismo, nunca pôde prosperar e expandir-se. O restabelecimento da vida democrática resultante do 25 de Abril permitiu que as atenções das massas populares fossem chamadas para os benefícios que lhes poderiam trazer as soluções cooperativas, tanto no campo do consumo como no da produção, e estas não tar-

daram a surgir, chegando-se rapidamente à decuplicação do número de cooperativas, embora muitas vezes por forma a tal ponto improvisada que não permitiu a estabilidade e a continuidade que seriam desejáveis.

É também geralmente sabido que o abandono de muitos empresários privados, coagidos uns, outros não, com ou sem culpa própria, deixando as empresas entregues aos trabalhadores, contribuiu para a criação de numerosas cooperativas, muitas das quais ainda hoje não têm a sua situação legal e patrimonial regularizada.

Em que medida a Constituição de 1976 contribuiu para o alargamento do cooperativismo no País?

A Constituição de 1976, ao proclamar o «sector coopera-

tivo» como um dos que podem deter «a propriedade dos meios de produção, dos solos e dos recursos naturais» (art.º 89.º), veio conferir ao cooperativismo português uma dignidade institucional que até então jamais possuía.

Mas não é o artigo citado o único dispositivo constitucional que se refere a cooperativismo. Os seguintes devem, com efeito, ser recordados:

— o n.º 1 do art.º 61.º, que a todos garante o direito de constituir cooperativas e ao Estado impõe o dever de estimular e apoiar estas;

— a alínea b) do n.º 2 do art.º 65.º, que atribui ao Estado a missão de incentivar e apoiar a criação de cooperativas de habitação;

— a alínea m) do art.º 81.º, que atribui prioritariamente ao Estado o papel de proteger

o consumidor, designadamente através do apoio à criação de cooperativas e associações de consumidores;

— o n.º 2 do art.º 83.º, que admite a integração das pequenas empresas indirectamente nacionalizadas no sector privado «desde que os trabalhadores não optem pelo regime de auto-gestão ou de cooperativa»;

— o art.º 84.º, que se refere exclusivamente ao cooperativismo, estipulando que a formação e o agrupamento de cooperativas ficam livres de qualquer tutela oficial e que, desde que «observados os princípios cooperativos» não haverá restrições à constituição de cooperativas (convém acrescentar que, no pensamento explícito dos deputados que intervieram na discussão deste artigo, aprovado por unanimidade, os princípios

em causa são os recomendados pela Aliança Cooperativa Internacional);

— o já citado art.º 89.º, que define o sector cooperativo como sendo constituído «pelos bens e unidades de produção possuídos e geridos pelos cooperadores, em obediência aos princípios cooperativos»;

— o art.º 90.º, que considera o sector cooperativo incluído entre aqueles que constituem «a base do desenvolvimento da propriedade social»;

— o art.º 97.º, que admite a possibilidade de serem entregues propriedades expropriadas, para efeitos da respectiva exploração, a cooperativas de trabalhadores rurais ou de pequenos agricultores;

— o art.º 98.º, que considera preferencial, para efeitos de se obter um adequado redimensionamento das explorações agrí-



colas nas regiões minifundiárias, «o recurso à integração cooperativa das diversas unidades»;

— o art.º 100.º, que determina implicar a realização dos objectivos da reforma agrária a constituição pelos trabalhadores de cooperativas de produção, de compra, de venda, de transformação e de serviços;

— o art.º 102.º, que menciona, entre diversas entidades com direito ao auxílio do Estado, os pequenos agricultores agrupados em cooperativas de trabalhadores, ao mesmo tempo que oferece apoio do Estado às cooperativas de produção a montante e a juzante da produção;

— o art.º 104.º, que estipula dever a participação dos trabalhadores na definição e execução da reforma agrária efectuar-se «através das suas organizações próprias», entre as quais refere as cooperativas.

Como se vê, por este enunciado sintético, foi manifestada a preocupação dos constituintes em garantir ao conjunto formado pelas cooperativas portuguesas, isto é, ao sector cooperativo, ainda que este fosse então, como continua a ser, apenas embrionário, um lugar de relevo na nova sociedade cujos fundamentos institucionais deixaram delineados.

No que respeita, porém, à aplicação dos dispositivos constitucionais citados, à sua tradução em medidas legislativas e em decisões políticas correntes, o amor da verdade obriga a reconhecer que as cooperativas portuguesas têm todo o direito a afirmar que pouco se tem feito e que o tão solenemente prometido apoio do Estado, a prestar, aliás, com total respeito pela autonomia do movimento, às iniciativas e realizações cooperadoras, tem sido insuficiente, precário, disperso,

geralmente apenas pontual e em muitos casos praticamente nulo.

De qualquer modo, ao reclamarem semelhante apoio, as cooperativas portuguesas encontram-se numa situação moralmente forte, já que mais não fazem afinal, senão reclamar o cumprimento da Constituição da República.

Em que sentido o Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (INSCOOP) está a contribuir para a institucionalização de uma colaboração permanente entre os organismos oficiais e o Movimento Cooperativo? E quais as principais dificuldades existentes neste domínio?



A criação do «Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo», iniciativa de que fui responsável a nível do governo e que a Assembleia da República confirmou, ratificando por unanimidade (lei n.º 35/77) o Decreto que criara o INSCOOP, pretendeu exactamente oferecer ao movimento cooperativo português um interlocutor válido

INSCOOP

COOPERATIVISMO EM PORTUGAL

ENTREVISTA COM O PROF. HENRIQUE DE BARROS



«A criação de um Banco Cooperativo é, efectivamente e sem a menor dúvida, uma velha aspiração do movimento cooperativo português».

e leal, insuflado de espírito cooperativo e portanto alheio a quaisquer intentos de tutela ou dirigismo, mas predisposto a contribuir para lançar os pilares de uma sólida ponte de ligação permanente entre o Estado e o movimento cooperativo, pilares estes que imaginei um dia deverem ser os seis seguintes:

- 1) legislação específica de garantia ao cooperativismo;
- 2) organismo ou organismos oficiais consagrados ao estudo da doutrina e da acção cooperativa;
- 3) formação cooperativa: de dirigentes e técnicos, isto é, de «quadros cooperativos», e dos próprios cooperadores (actuais ou potenciais);
- 4) rede de serviços especializados no apoio jurídico e técnico às cooperativas e suas uniões e federações;
- 5) fiscalização oficial da acti-

vidade cooperadora, no intuito declarado **exclusivo** de obstar a que estas se afastem do conjunto de princípios que formam o que poderá chamar-se o «ideário cooperativo», entre nós tão persuasivamente advogado por António Sérgio, ou deixarem de acatar as leis do País;

6) adequado financiamento do sector cooperativo.

A actuação do INSCOOP, que tenho acompanhado de perto a título particular, penso que tem sido altamente meritória, com especial relevo nos domínios do estudo, da informação e da formação, e também no da contribuição para a estruturação do movimento a nível nacional. Os contactos permanentes deste serviço público com as organizações cooperativas, e designadamente com as federativas e pró-federativas, que estão representadas no seu «Conselho Coordenador», têm

sido caracterizados pela cordialidade e a franqueza.

Mas é a própria evidência que o INSCOOP mais não pode fazer do que executar uma política governamental de colaboração com o movimento cooperativo, e esta continua ainda muito longe de alcançar o âmbito e de produzir os efeitos que seriam necessários.

O Governo nomeou, ultimamente, uma comissão para preparar a publicação do Código Cooperativo, pois a legislação existente sobre o assunto, data de 1888. Na sua perspectiva, a que linhas mestras deverá obedecer tal Código?

A ideia de compilar e ordenar a legislação existente sobre cooperativas, de a corrigir e completar, através da elaboração de um «Código Cooperativo», é uma das que pessoalmente mais aplaudo e que o INSCOOP, posso assegurar-lho, mais convictamente perfilha.

Foi, por isso, com satisfação muito viva que recebeu do Governo, do 3.º Governo Constitucional, «luz verde» para constituir uma comissão destinada a elaborar um ante-projecto de Código Cooperativo, Comissão esta que ficou constituída por três juristas designados pelo INSCOOP e por representantes de todos os organismos federativos e pró-federativos do cooperativismo português actualmente existentes.

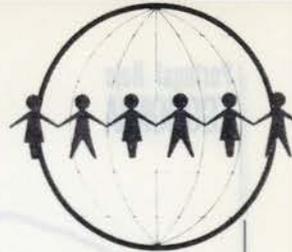
Sei que a Comissão tem reunido e que os trabalhos se encontram relativamente adiantados. A dificuldade principal que vai surgir é a que provém da necessidade de conciliar certas formas de intervencionismo estatal, julgadas indispensáveis no actual contexto sócio-político do País (a não confundir, todavia, com interferências), com a preservação do mais escrupuloso respeito pelos princípios cooperativos, que impõe a plena independência das cooperativas.

Trata-se, em suma, de obter uma **legislação específica de garantia e apoio ao cooperativismo**, que a este venha conferir os

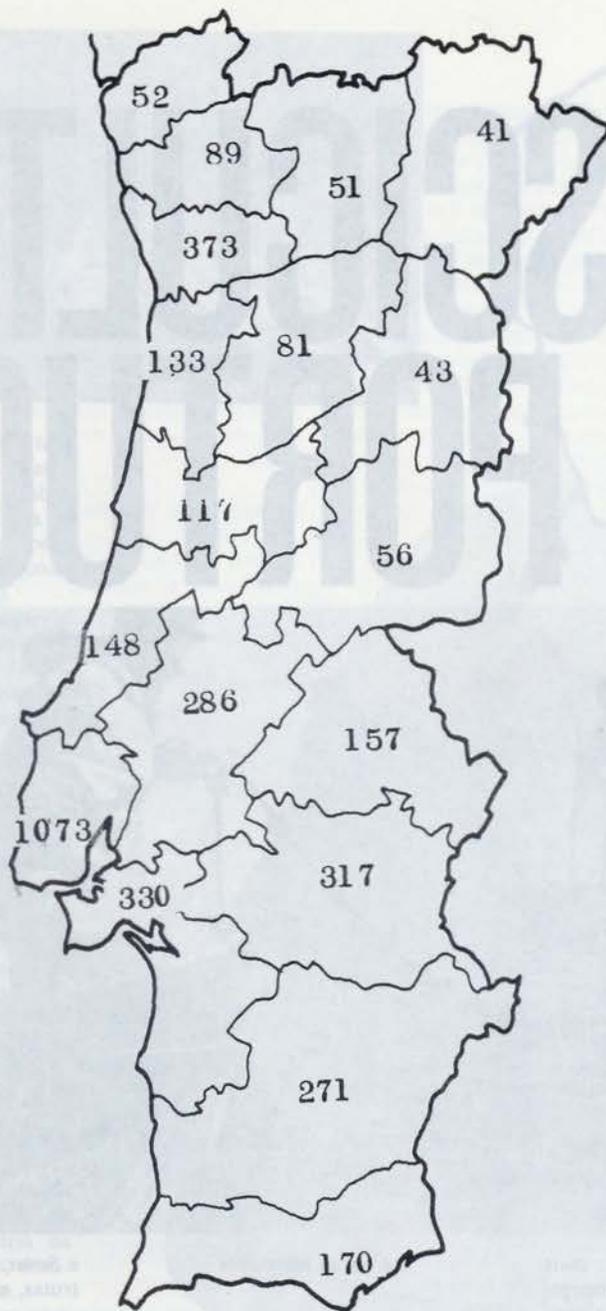
direitos que incontestavelmente possui pela sua índole original, e lhe evite os embaraços de ter que se fundamentar legalmente em diplomas gerais sobre as sociedades com fins mercantis ou as associações com objectivos culturais, beneficentes ou recreativos, nem umas nem outras de natureza cooperativa no correcto entendimento sócio-político do termo. Tudo está, portanto, em que, reconhecida como é indispensável que seja, a especificidade do fenómeno cooperativo, e sem a mínima intenção de procurar dominá-lo ou desviá-lo, antes se propondo mantê-lo sempre independente, livre e espontâneo, se procure aprovar legislação que facilite e até anime a formação de novas cooperativas, e a estas e também às mais antigas faculte permanente apoio exercido com tanta solicitude como discrição.

Não se trata de modo algum, é bem de ver, de submeter a autorização prévia a fundação de cooperativas, dado que é categórico imperativo constitucional a liberdade de formação de associações; pode, porém, assim o creio, tratar-se de impedir que ostentem o nome internacionalmente prestigiado de cooperativa, organizações que não se pautem estatutariamente pelos princípios universais do cooperativismo, tal como os define a Aliança Cooperativa Internacional.

Impõe-se, numa palavra, a aprovação de um Código Cooperativo, mas elaborado de forma que se proponha somente facilitar a génese e a vida de verdadeiras cooperativas e que não pretenda, seja a que título for, reprimi-las ou espartilhá-las, como acontecia com a legislação fascista longamente em vigor (e ainda não totalmente revogada) sobre as cooperativas agrícolas ou com o improvisado Decreto que o regime extinto, já então nas vascas da agonia, ousou fazer incidir sobre as cooperativas educativas e culturais que, considerando-se legitimamente ao abrigo do Código Comercial, estavam a sur-



A expansão do movimento cooperativo no nosso País tem sido particularmente relevante, como demonstram estes dois mapas: o da esquerda, refere a localização e o número de cooperativas existentes, a nível distrital, no período imediatamente anterior ao 25 de Abril de 1974. Após esta data, o sector registou um crescimento notável, bem patente no mapa da direita, onde se assinalam de igual modo, a localização e o número total de cooperativas em finais de 1978.



gir espontaneamente por todo o País e a lutar pela liberdade de expressão do pensamento. Claro está que será lícito admitir que o Código defina determinados critérios preferenciais que permitam contrariar em sectores económicos ou em regiões onde porventura venha a revelar-se exagerada a proliferação de cooperativas, a tendência para a anarquia do movimento e para a exarcebção da sua inter-concorrência.

Seja como for, a promulgação de um Código Cooperativo será o coroamento de uma tarefa de grande fôlego e que exigirá bastante tempo até ser dada por concluída, isto admitindo que o Governo que se encontre então em funções faça seu o projecto que o INSCOOP venha a apre-

sentar-lhe com base no estudo e conclusões da Comissão.

Talvez se justifique, por esta razão, que vá por diante a ideia de se aprovar uma legislação transitória, que resolva as questões mais prementes de adequação à Constituição, nos termos de propostas de lei que se sabe terem sido submetidas por diversos partidos à comissão respectiva da Assembleia da República.

A criação de um Banco Cooperativo surge como outra das reivindicações do sector. Que pensa d'esse projecto, no actual contexto económico?

A criação de um Banco Cooperativo é, efectivamente e sem a menor dúvida, uma velha aspiração de movimento cooperativo português. Ainda há bem pouco tempo a exprimiui com vigor a recém-chegada Federa-

ção Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, reunida no Algarve, como único processo eficaz de fugir à tutela considerada asfixiante, que a Caixa Geral de Depósitos faz pesar sobre estas prestimosas organizações cooperativas locais.

Seria, a meu ver, a maneira mais correcta de dar solidez ao sexto pilar da minha imaginária «ponte cooperativa».

Como organizações tipicamente não-lucrativistas, as cooperativas carecem de um organismo central de crédito que se destine exclusivamente a servir o movimento e não a realizar lucros. Semelhante organismo poderia entender, melhor do que outros, alheios à dinâmica do cooperativismo, as necessidades específicas das cooperativas no que se refere às finalidades dos empréstimos, às garantias, aos prazos de reembolso e às taxas de juro, e representaria por isso mesmo um extraordinário fator de progresso do movimento em Portugal.

O Banco Cooperativo, para cujo capital é evidentemente indispensável que as cooperativas concorram, mas que destas não pode exclusivamente depender, por carência de força económica e capacidade financeira, só será uma realidade se se obtiver o concurso do Estado, do Banco de Portugal, da Banca nacionalizada e, porventura, da Caixa Geral de Depósitos. E só assumirá significado cooperativo se surgir como o coroamento de um sistema genuíno de crédito associativo ou mútuo, em obediência a princípios consagrados e com êxito comprovado em âmbito internacional.

Como sou um optimista invertido acredito que, a prazo mais ou menos breve, teremos em Portugal um Banco Cooperativo, integrado no sector cooperativo e fortalecedor deste. Mas com procuro também ser realista, reconheço que tal criação não está à vista e que vai ser necessário aguardar uma oportunidade política mais favorável do que a actual.

A PISCICULTURA EM PORTUGAL



As águas interiores

Portugal importa presentemente mais de trinta mil toneladas de peixe (congelado), no valor de alguns milhões de contos. Como não é possível aumentar, a curto prazo, as capturas de peixe, torna-se necessário e urgente, incentivar a piscicultura nos rios e nas albufeiras do interior do País, como uma alternativa que pode oferecer aos portugueses uma parte da sua base de alimento.

De facto, assinalando, num mapa de Portugal, os rios, as inúmeras barragens públicas e as várias centenas de pequenas barragens construídas por particulares, verificar-se-á que o País possui grandes superfícies de água, onde é possível incrementar a piscicultura.

Assim, no norte, encontramos muitos rios e albufeiras, destacando-se, entre outras (Minho, Lima e Vouga) as do rio Douro, nas suas muitas barragens: Miranda do Douro, Picote, Bemposta, Valeira, Régua, Carrapateiro e Crestuma.

No centro, existem também grandes albufeiras no Mondego (Aguieira), no Tejo (Belver, Fratel e, proximamente, Almourol) e no rio Zêzere (Cabril, Bouçã e Castelo de Bode).

Por outro lado, e segundo os especialistas, no Nordeste Transmontano, especialmente nos rios Angeira, Maças, Sabor

e Sever, há grandes possibilidades de criar trutas, enguias, carpas e salmão.

Estações aquícolas

Acrescente-se que se encontram já implantadas algumas importantes estações de piscicultura na zona norte do País: a Estação Aquícola de Vila do Conde, os Postos Aquícolas de Monção e do Marão, a Piscicultura Industrial de Paredes de Coura, e os viveiros de trutas do Gerês e de Manteigas, estando o Ministério da Agricultura e Pescas a incentivar o repovoamento deste último, com vista a que se passe das actuais 300 toneladas de peixe por ano, para mil toneladas anuais.

Aspecto de um viveiro de trutas no Posto Aquícola do Marão; à direita, um técnico de truticultura mostra um exemplar criado num viveiro.



No Alentejo e Algarve, a área total de 21 mil hectares ocupada pelas albufeiras públicas e privadas, encontra-se também sub-aproveitadas, procedendo-se agora ao repovoamento das barragens com peixe próprio das águas quentes e paradas (como o carpa, o achigã e outros peixes).

Além disso, no barlavento algarvio, perto de Portimão, foi instalado um posto piscícola com trinta tanques de desova, criação e produção, prevendo-se que brevemente se instale um outro posto no Alentejo.

A criação de lagostins, trutas e crustáceos

Entre vários projectos de desenvolvimento da piscicultura, destaca-se o da criação do lagostim de água doce, programa a cargo do Instituto Politécnico de Vila Real e cujos ensaios, com lagostins já capturados, decorrem no rio Angueira, perto de Miranda do Douro, e nos tanques da Quinta dos Prados.

O mesmo se passa com as trutas, tendo o Governo demarcado, recentemente, as zonas de pesca reservada no rio Tudela (em Vinhais e Bragança), no rio Baceiro (Bragança), no Mondego e na Ribeira das Cortes (do Paúl, Covilhã).

Ao mesmo tempo, estão a ser instaladas algumas explorações privadas, como a truticultura do Paúl e uma indústria de criação de enguias, perto de Aveiro, destinada quase totalmente à exportação.

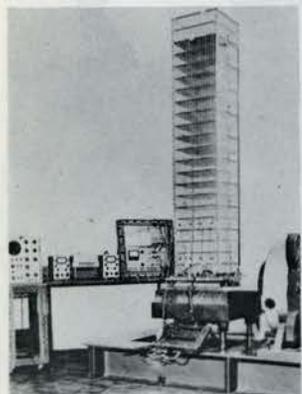
Ainda nesse sentido, e inserindo-se num plano de melhoramento das explorações piscícolas artesanais existentes no País, o Instituto Nacional de Investigação Agrária e a Cooperativa Agrícola do Zambujal assinaram um acordo com vista à construção de uma estação-piloto para a cultura experimental de peixes e de crustáceos no viveiro do Vale dos Soeiros, pertencente àquela cooperativa.

Por fim, deve registar-se o apoio prestado por alguns técnicos noruegueses que nos têm visitado para difundir, junto dos técnicos nacionais, as formas de incrementar e alargar a piscicultura. ■



UM LABORATÓRIO DE RENOME MUNDIAL

Criado em 1946, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) adquiriu, nas três décadas da sua existência, um renome mundial, confirmado pelas encomendas de trabalhos que cerca de trinta países lhe fizeram. Nos anos de 1975 e 1976, por exemplo, o Laboratório encarregou-se de mais de 60 estudos e consultas, respondendo a pedidos provenientes de 19 países (entre eles, Venezuela, Espanha, Itália, Alemanha Federal, Áustria, Argélia, Líbia, Marrocos, etc.).



Modelo criado pelo LNEC para estudo da resistência anti-sísmica de um edifício a construir em Caracas (Venezuela).

Os técnicos do LNEC têm-se dedicado a actividades de investigação nos vários campos da engenharia civil: construção civil (respeitante a edifícios, escolas, equipamentos sociais e planeamento urbanístico); infra-estruturas de produção industrial (fábricas, reservatórios e condutas); infra-estruturas de produção agrícola (obras de rega, estudos de solos e edifícios agrícolas); e em ensaios de materiais, elementos e componentes, projectos e execução de obras.

Numa perspectiva de especialização ligada à promoção profissional e ao ensino, os vários departamentos do LNEC man-

têm ainda uma estreita colaboração com outras entidades oficiais e privadas que desenvolvem este ramo da tecnologia.

Com esta multiplicidade de acções, o Laboratório — que emprega mais de mil trabalhadores — afirmou-se como um importante centro de investigação a nível nacional e internacional, tendo reunido um importante conjunto de investigadores, especialistas, experimentadores e outros técnicos, muitos dos quais são hoje considerados peritos mundiais na sua especialidade.

Os países clientes

O Brasil, um dos melhores clientes do Laboratório, encomendou mais de uma dezena de trabalhos relacionados com a regularização do rio Paraíba e com a barragem de Itaipu (na fronteira com o Paraguai), que em 1982 será a maior barragem hidroeléctrica do mundo.



Um aspecto do modelo destinado ao estudo do estuário do Tejo.

Entre os novos países africanos de expressão portuguesa, distinguem-se Angola, que encomendou vários projectos de estruturas hidráulicas (barragens do Gove, da Quimonha, do rio Cunene, Cambambe, Capanda e Jamba-la-Ira, e do aproveitamento do Cacaombo) e Moçambique, que mandou executar trabalhos destinados à barragem da Cabora-Bassa, aos aproveitamentos de Coromuna e de Massingir e aos portos da Beira e do Maputo.

Recentemente, alguns técnicos do LNEC deslocaram-se à Formosa (para realizar ensaios de mecânica de rochas com vista à central hidroeléctrica de Mingtan, conforme noticiámos em número anterior), à Turquia (ensaios de corte e deslizamento de rochas nos trabalhos da barragem de Aslantas) e à fronteira do Paraguai com a Argentina (para estudos de análise de terrenos da fundação da barragem da Yacireta, no rio Paraná).

O modelo do estuário do Tejo

No que diz respeito a Portugal, e para além da sua participação em muitas obras nacionais de envergadura, saliente-se que os técnicos de hidráulica do Laboratório construíram e mantêm em funcionamento desde a década de 60, um modelo reduzido do estuário do Tejo. Ocupando um pavilhão com 150 metros de comprimento e

70 de largura, esse modelo destina-se a ensaiar a solução de problemas práticos que surjam no Tejo, até ao ano dois mil.

O estudo da hidrodinâmica do rio — as marés, as correntes, os volumes das enchentes e das vazantes, os canais de navegação, etc. — permitiu contribuir para a resolução de muitas questões, como, por exemplo, a do alargamento do cais de Alcântara (80 metros para o interior do rio, numa extensão de 1200 metros).

Actualmente, está a ultimarse um estudo referente à construção de uma zona portuária na Trafaria-Bugio, destinada a contentores e granéis sólidos, obra de envergadura que, em razão das modificações a introduzir no regime das correntes, das areias e das marés, terá por certo influência decisiva no comportamento do estuário do Tejo.

CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES

Um estudo recentemente publicado pelo Ministério da Habitação e Obras Públicas (MHOP), referente à situação das construções clandestinas do País, revelou que havia mais de 85 mil fogos nessas condições, em finais de 1977. Os distritos de Lisboa, Porto e Setúbal ocupavam os primeiros lugares nesse quadro. Concretamente, na capital (com uma densidade demográfica de nove mil habitantes por quilómetro quadrado) tinham sido inventariadas cerca de nove mil barracas e 1200 barracões, que em grande parte se situavam no Vale de Alcântara, perto da Cidade Universitária e na vertente nascente, ao longo da zona ribeirinha.

O referido estudo mostrava ainda que os concelhos de Lisboa e Porto, (com seis por cento da superfície total do País) abrangiam um terço da população nacional e contribuíam com cerca de metade do produto interno bruto (PIB).

Quarenta mil casas em 1979

Almeida Pina, actual ministro da Habitação e Obras Públicas, em visita recente ao Fundo de Fomento da Habitação (FFH), afirmou que vão ser construídas cerca de 40 mil casas no País, durante o corrente ano. Aquele membro do Governo acentuou ainda que não será possível «atingir as metas de construção que seriam ne-

cessárias, ou seja, 70 a 80 mil fogos», em cada ano.

Na sessão de apresentação das actividades do FFH, a que o ministro assistiu, os técnicos do Serviço das Cooperativas de Habitação sublinharam o seguinte: existem, de momento, terrenos para a construção de 20 mil fogos, cuja execução está programada para um período de quatro anos; estão adjudicados mais 10 mil fogos

já em projecto; e, finalmente, encontram-se mais 3500 fogos na fase de execução.

Os referidos técnicos realçaram, por outro lado, as dificuldades encontradas na aprovação de projectos, e no financiamento e realização das obras de infra-estruturas. O FFH, que tinha sido forçado a paralisar a construção de mais de cinco mil fogos (dois mil dos quais destinados a cooperativas), foi

agora autorizado superiormente a contrair um empréstimo até ao limite máximo de dois milhões de contos. Acrescente-se, porém, que, segundo o Programa de Investimento e de Despesas de Desenvolvimento, o FFH previra que em 1979 seriam investidos cerca de doze milhões de contos (dois milhões dos quais para projectos de cooperativas de habitação).

ta referir que os seus tempos de serviço ficaram já preenchidos por uns meses, com a observação de doentes enviados por médicos de todo o País.

O preço de um exame integral ao corpo custa cerca de 15 contos e um exame simples à cabeça, cerca de 13 contos.

REMESSAS DE EMIGRANTES



As remessas em divisas que os emigrantes portugueses enviaram para o País no decurso do ano findo, ultrapassaram os 74 milhões de contos, montante que, comparado com o que foi enviado em 1976 (quase 28 milhões de contos), traduz um acréscimo muito considerável.

Apesar da desvalorização deslizando do escudo poder explicar, em boa parte, o aumento verificado, será oportuno realçar, mais uma vez, o notável contributo dos nossos emigrantes para a recuperação da economia nacional.

Além dos portugueses residentes em França, que tradicionalmente ocupam o primeiro lugar no envio de remessas — mais de 50 por cento do total, ou seja, mais de 44 milhões de contos —, outros núcleos de emigrantes procederam a remessas importantes: é o caso dos residentes na Alemanha Federal (com 10,6 milhões de contos), nos Estados Unidos (quase 4,5 milhões), na Venezuela (cerca de 3,5 milhões) e na Bélgica-Luxemburgo (mais de 2,5 milhões de contos).

Saliente-se, por outro lado, que dos 74 milhões e 226 mil contos enviados para Portugal, quase três milhões eram destinados à Madeira e 679 mil contos aos Açores.



MODERNO APARELHO DE DIAGNÓSTICO INSTALADO NO PORTO

No Centro Médico do Hospital da Irmandade da Lapa, no Porto, começou recentemente a funcionar o primeiro aparelho de tomografia axial computadorizada (TAC) instalado no nosso País, iniciativa que se ficou a dever a um grupo de setenta médicos daquela instituição privada.

Há vários anos que grupos de médicos, especialmente neuro-cirurgiões, vinham pedindo às entidades oficiais competentes que fossem destinadas verbas públicas para a compra e instalação de equipamentos deste género nos hospitais. Apesar do seu elevado preço, tais aparelhos tornam-se rentáveis a curto prazo, não só porque permitem maior segurança, como-

didade e facilidade de diagnóstico, para doentes e médicos, como, por outro lado, permitem descongestionar as estruturas nacionais de saúde, que se encontram muito sobrecarregadas, possibilitando a redução dos tempos de internamento hospitalar e a diminuição das consultas externas.

O que é o TAC?

Este método revolucionário de diagnóstico, já muito utilizado noutros países europeus, resulta da junção de sofisticados equipamentos de Raios-X e de um sistema altamente evoluído de processamento electrónico de dados. Descoberto em 1972, na Inglaterra, por um engenheiro que construiu a máquina e por um médico que a aplicou à clínica, o aparelho agora em serviço no Porto é dos mais evoluídos da série, permitindo elaborar um dese-

nho anatómico da zona do corpo estudada, o qual é de imediato transmitido a um écran de televisão (que pode ser a cores) e que, depois de fotografado, fica registada na «memória» do aparelho.

Concebido inicialmente para fazer diagnósticos ao cérebro, os modelos modernos deste equipamento prescram todo o corpo, realizando exames rigorosos. As fotografias obtidas pelo TAC, mostram, por exemplo, os ossos do crâneo e as cavidades interiores do cérebro, tornando-se evidentes os tumores, hemorragias e outras lesões, que absorvem as radiações de forma diferente.

O custo de um exame

Para se avaliar da utilidade e procura do equipamento em causa (que pode trabalhar cerca de 60 horas por semana na observação de 50 doentes), bas-



HOMENAGEM A ANTÓNIO ALEIXO

O poeta popular António Aleixo foi homenageado na Faculdade de Letras de Lisboa, através de uma exposição e de um colóquio. A homenagem inscreveu-se no âmbito das comemorações do 80.º aniversário do nascimento do poeta e 30.º da sua morte.

Em Vila Real de Santo António nasceu, no ano de 1899, um homem de génio, que seria hoje desconhecido se escasso número de admiradores e amigos não tivesse compilado toda a variedade de rimas criadas pela sua espantosa veia poética de repen-

tista, fazendo-as publicar pela primeira vez, em 1943, num livro cujo título era «Quando Começo a Cantar».

Falamos de António Aleixo, que morreu na miséria, praticamente a pedir esmola. Foi tecelão, polícia, guardador de rebanhos, servente de pedreiro e, mais tarde, emigrou para França, onde vendia aos compatriotas versos em folhas soltas. Tendo voltado ao Algarve, retomou antigas profissões e também vendeu lotaria, cantou em tabernas, feiras e arraiais, acompanhando-se à guitarra, para sustentar a família. Quase analfabeto, pois aprendeu a ler e escrever já muito tarde, quando doente em Coimbra, temos que concordar que o seu caso é singular, pelo sentido de observação inteligente e perspicaz, pelo cunho filosófico manifestado nas suas quadras que são, no género repentista, das melhores que se podem ler em língua portuguesa.

O «Auto da Vida e da Morte», o «Auto do Ti Joaquim» e o «Auto do Curandeiro» — todos eles representados hoje por diversos grupos de teatro amador e profissional —, escritos à maneira de Gil Vicente, são casos que dão que pensar ao nível da espontaneidade, se nos lembrarmos que o primeiro destes autos foi escrito antes de António Aleixo ter visto representar o grande mestre renascentista da dramaturgia portuguesa. Considerando a adversidade da vida de António Aleixo e a circunstância de ter vivido em ambiente de exiguidade cultural e humana, não é de estranhar que o sofrimento seja o tema base dos seus versos, sendo de realçar, por outro lado, o facto da sua obra se ter guindado ao nível de perfeição que atingiu. Recordemos algumas das suas quadras:

Sei que pareço um ladrão...
Mas há muitos que eu conheço
que, sem parecer o que são,
são aquilo que eu pareço.

Vós que lá do vosso império
prometeis um mundo novo,

calai-vos que pode o povo
querer um mundo novo a sério.

Contigo em contradição
pode estar um grande amigo;
duvido mais dos que estão
sempre de acordo contigo.

ESCRITORES PORTUGUESES ESTUDADOS NOS EUA



Jorge de Sena.

A revista «World Literature Today», editada pela Universidade de Oklahoma (EUA), publicou uma série de estudos dedicados às obras de Fernando Pessoa, Jorge de Sena e de outros autores portugueses contemporâneos. «O legado de Fernando Pessoa — a «Presença» e os que vieram depois» é o título do artigo que Alexandrino Severino dedica à controversa personalidade literária do poeta dos heterónimos. «Introdução à poesia de Jorge de Sena — um exorcista prodigioso», texto assinado por Frederick Williams, é outro dos estudos inseridos no capítulo dedicado a Portugal.

A mesma revista publica ainda críticas a obras de Carlos de Oliveira, Maria Velho da Costa, Maria Alzira Seixo, Alexandre Pinheiro Torres e Dinis Machado.

O ineditismo desta iniciativa da revista «World Literature Today» reside no facto de ser esta a primeira vez que, no estrangeiro, a literatura portuguesa aparece como secção autónoma de uma publicação especializada.

O MUSEU DO TEATRO

Uma exposição sobre a célebre companhia «Rosas e Brasão» marcou a abertura do recém-criado Museu do Teatro que, assim, iniciou as suas actividades.

A referida exposição, organizada pelo crítico e historiador teatral Vitor Pavão dos Santos, estará patente até ao fim de Junho próximo numa das galerias do Museu do Trajo, em Lisboa. Conhecida primeiro pelo nome de «Sociedade de Artistas Dramáticos», a companhia «Rosas e Brasão» integrou, no fim do século passado, alguns dos actores mais prestigiados da época, nomeadamente João Rosa, Eduardo Brasão, Augusto Rosa, Virgínia e Rosa Damasceno.

Durante os 18 anos em que ocupou o palco do Teatro Nacional D. Maria II, de 1880 a 1897, a companhia deu mais de 2.500 espectáculos, representando cerca de 90 peças, de autores nacionais e estrangeiros.

O autor nacional mais representado pelo grupo — mais, até, que o próprio Almeida Garrett — foi D. João da Câmara, cujas obras teatrais fizeram furor ao tempo, particularmente as peças «Alcácer-Kibir», «Os Velhos», «A Triste Viúvina», «D. Afonso VI» e «O Pântano». Entre o reportório assinado por autores estrangeiros, os grandes êxitos da companhia foram obtidos com duas peças do imortal Shakespeare, «Hamlet» e «Othello».



Eduardo Brasão, Virgínia, João Rosa, Augusto Rosa e Rosa Damasceno, retratados em diversas peças da época; ao centro, Augusto Rosa desempenhando um dos papéis que o celebrizaram; em baixo, um desenho de Rafael Bordalo Pinheiro dedicado a um dos quadros da peça «Guerra em Tempo de Paz», de Franz von Schönthau, e o actor Eduardo Brasão numa das suas interpretações.



GUERRA EM TEMPO DE PAZ

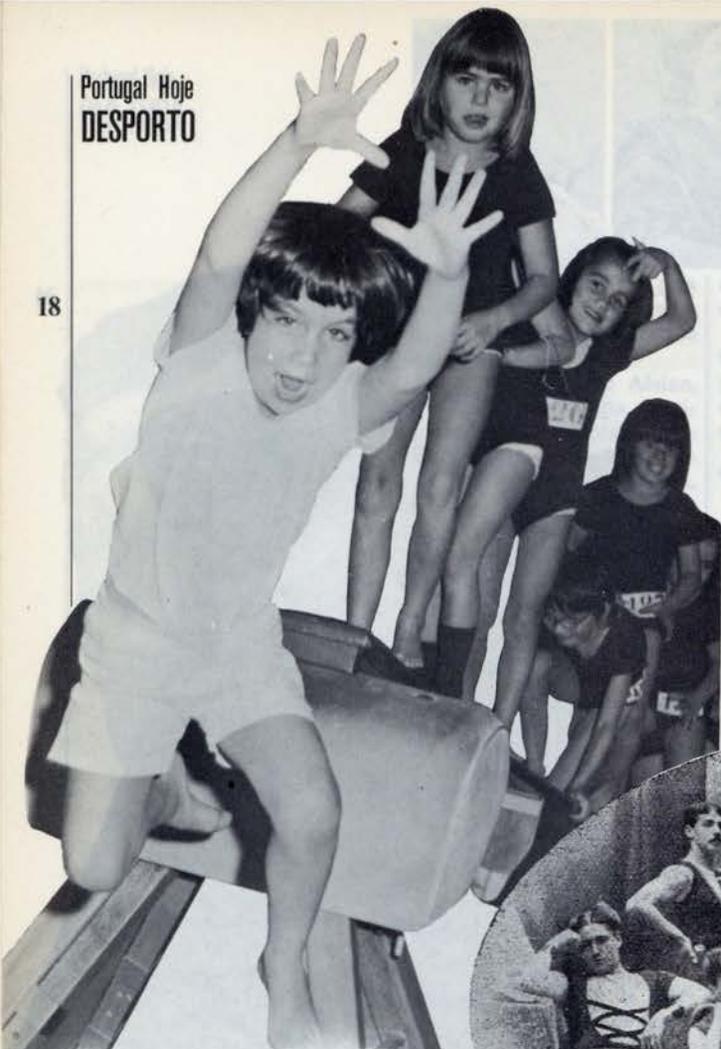


Além de cartazes e caricaturas feitas por Rafael Bordalo Pinheiro, grande amigo da companhia «Rosas e Brasão», a referida exposição reúne uma série de adereços e esboços de cenários, além de retratos dos principais actores da companhia, pintados por Columbano, Carlos Reis e António Ramalho.

O Museu do Teatro vai, entretanto, organizar um ciclo de conferências sobre o teatro daquela época.

Como afirmou Vitor Pavão

dos Santos, na apresentação desta exposição, «preservar o passado do teatro, guardar-lhe os vestígios (trajos e muitas outras coisas) é dever de quem zela pela cultura, ajudando a derrotar o esquecimento que sempre ronda a mais viva e efémera das artes». Nesta perspectiva, o Museu «aguarda doações, depósitos ou outras modalidades, através das quais as suas colecções possam acolher espécies teatrais que nele serão conservadas, expostas e estudadas».



A formação desportiva da infância e da juventude tem sido, ao longo dos anos, uma das preocupações dominantes do Ginásio Clube Português; ao centro, a primeira equipa de ginástica formada no clube.

Esta consagrada agremiação desportiva notabilizou-se, através dos anos, pela introdução e divulgação no País de diversas modalidades desportivas — inicialmente apenas praticadas por uma elite abastada, atraída pelo «dandysmo» inglês do princípio do século e pela imagem do «sportsman» —, que foram progressivamente conhecendo uma popularidade crescente, tornando o GCP amplamente frequentado.

O clube, que actualmente tem as suas instalações nas Amoreiras, começou a funcionar na Carreirinha do Socorro, de onde depois transitou para a Rua Serpa Pinto, sede em que se viveram os melhores momentos da colectividade.

Luis da Costa foi um dos seus maiores nomes de sempre: pioneiro da prática da ginástica no

clube, conseguiu impor esta modalidade, fazendo do GCP o local preferido por muitos dos melhores ginastas portugueses. Os pesos e halteres foram outra modalidade que alcançou grande relevo e proporcionou inesquecíveis êxitos, que ainda hoje se destacam a letras de ouro na história, já longa, do GCP.

No rãguebi, o Ginásio chegou a possuir uma das melhores equipas de todos os tempos — comandada por esse desportista extraordinário que se chama Xavier Araújo —, arrastando multidões apaixonadas pela então insólita modalidade. Como curiosidade, realçamos ainda a prática do portuguêsíssimo «jogo do pau», em que o Ginásio, como é uso dizer-se, «deu cartas», através de figuras

104.º ANIVERSÁRIO DO GINÁSIO CLUBE PORTUGUÊS

O Ginásio Clube Português comemorou os seus 104 anos de existência com várias actividades de âmbito social e desportivo, e prometeu que os festejos relativos ao seu 105.º aniversário serão marcados por um conjunto de importantes iniciativas.



inesquecíveis, como o professor António Lapa e o «Saloio do Zambujal», que foram célebres na época.

Entre as diversas personalidades de relevo que passaram pelo Ginásio, citamos o almirante Gago Coutinho, glória da navegação aérea nacional, que, durante anos, nele praticou ginástica.

Associando-se às comemorações deste 104.º aniversário do GCP, os Bombeiros Voluntários de Campo de Ourique e a Federação das Colectividades de Cultura e Recreio entregaram ao clube duas medalhas dedicadas à efeméride. Também o Comité Olímpico Português decidiu, igualmente, propor a atri-



A actual sede do GCP, em Lisboa.

buição de uma condecoração ao Ginásio Clube Português, pela meritória actividade que esta instituição tem vindo a desenvolver, desde há mais de um século, no nosso País.

CICLISMO «VOLTA 79»

Guimarães e Águeda são duas das localidades escolhidas para o final de etapas da «41.ª Volta a Portugal em Bicicleta». A «Volta» passará por Guimarães pela 16.ª vez desde que, em 1935, a cidade acolheu pela primeira vez a caravana. Por seu lado, Águeda foi o ano passado o ponto em que terminou a competição e este ano vai, pois, voltar a receber os ciclistas, o que acontecerá pela sexta vez.

Recorde-se que o final da «Volta-79» está já marcado para Loulé, existindo a certeza sobre conclusões de etapas em localidades como Seia, Covilhã (ou Penhas da Saúde) e Gouveia.

A prova efectua-se entre os dias 3 ou 4 de Agosto próximo e 15 do mesmo mês.

HIPISMO CAVALEIROS PORTUGUESES TRIUNFAM NO ESTRANGEIRO

Perante uma quebra da actividade no calendário nacional da modalidade, alguns cavaleiros portugueses optaram pela sua permanência no estrangeiro, onde têm participado em diversos concursos. Recentemente, em Madrid, dois cavaleiros colheram triunfos, sendo de destacar que as provas em que tomaram parte estavam integradas na preparação de conjuntos espanhóis para os próximos Jogos Olímpicos. Com efeito, Francisco Caldeira, montando o «Hening», venceu a prova de «barrage», o mesmo sucedendo a Gouveia da Costa, no cavalo «Serranito». Por outro lado, Malta da Costa classificou-se em 4.º lugar, na prova de potência do Concurso Hípico Internacional de Antuérpia (Bélgica), montando o «Ecausse-

villais». Os cavaleiros portugueses continuam, assim, a ter actuações de relevo em competições além-fronteiras, sendo de assinalar o interesse de que tal facto se reveste para o nosso País, com vista à participação dos desportistas nacionais nos Jogos Olímpicos de 1980, onde, em tempos não muito remotos, Portugal já conquistou medalhas de bronze na especialidade.

TIRO AO VOO: UMA VITÓRIA PARA ARMANDO MARQUES



O atirador português Armando Marques foi o vencedor do Campeonato Internacional de Tiro ao Voo, que se realizou em Valência (Espanha).

Armando Marques obteve a vitória numa finalíssima com dois atiradores espanhóis, depois de ter acertado sucessivamente nos primeiros vinte pászarus. O nosso representante terminou com a pontuação de 34 em 34, seguido de Rico Valle com 33/34 e de Carlos Lopez Breton com 23/24.

A prova contou com a participação de 320 atiradores, representando Portugal, Espanha, Itália, França e Estados Unidos. Para Armando Marques esta vi-



O «Futebol Clube do Porto» conquistou, pela sétima vez, o título de campeão nacional de juniores, ao derrotar a equipa do Espinho por 4-1, no jogo da última jornada da fase final.

tória não deixará de constituir natural incentivo, tendo em vista, sobretudo, a sua participação nas próximas Olimpíadas.

ATLETISMO: BENFICA TRIUNFOU NA VOLTA A VIGO

Ao triunfar, pela terceira vez consecutiva, na «Volta a Vigo» (Espanha), o Benfica arrebato, definitivamente, o valioso troféu destinado à equipa que lograsse obter três êxitos consecutivos ou cinco alternados nesta prova. Desta feita, os atletas «encarnados» não tiveram dificuldades em assegurar a vitória, até porque o seu adversário foi a equipa do F. C. do Porto, muito animosa, mas sem competitividade suficiente para obstar à superioridade dos lisboetas.

Recorde-se que a primeira vitória do Benfica foi alcançada em 1977, ano em que os «águias» foram convidados a participar por intermédio do jornalista espanhol Alfonso Posada Sanchez.

A estafeta do Benfica foi integrada pelos atletas Victor Ribeiro, Cidálio Caetano, Vasco Pereira, José Abreu, Celso Pinto e Tavares da Silva, tendo coberto o percurso no tempo de

59 minutos e 8,2 segundos, isto é, com mais de um minuto de vantagem sobre a equipa do F. C. do Porto, e ainda maior vantagem sobre o jovem conjunto do Celta de Vigo, que registou 1 h. 53,2 s. Participaram na prova 26 equipas, no total, tendo o público presente manifestado o seu habitual entusiasmo.

HÓQUEI EM PATINS CAMPEONATO DA II DIVISÃO

O «Sport Alenquer e Benfica» sagrou-se campeão de hóquei em patins no regional da II Divisão, em final disputada em Vila Franca de Xira, perante o Vilafranquense.

Embora as duas equipas tenham terminado em igualdade de pontos, o título foi conquistado pelo «Alenquer e Benfica» por usufruir de vantagem no «goal-average». De qualquer dos modos, desde há muito tempo que se sabia que o campeão só poderia ser um destes dois contendores. De resto, pela prova final efectuada, poderá afirmar-se que o título assenta perfeitamente ao clube de Alenquer, o qual, nesta época, reforçara os seus efectivos precisamente com esse intuito.

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

A lei que cria a Universidade do Algarve foi já publicada no «Diário da República». O diploma, aprovado na Assembleia da República, por unanimidade, em Janeiro e promulgado a 5 de Fevereiro passado pelo Presidente da República, estipula que a respectiva comissão instaladora, ouvida a Assembleia Distrital de Faro, apresentará ao MEIC, no prazo de um ano, uma proposta de estruturação, instalação e de planos de cursos.

A sede da Universidade ficará em Faro mas a nova instituição de ensino superior poderá abrir estabelecimentos noutras localidades do Algarve.

Nos termos da Lei, a composição da comissão instaladora deve ter em conta a necessidade de integração e coordenação da Universidade no plano geral do Ensino Superior, bem como as necessidades sócio-económicas e culturais da região, pelo que a maioria dos seus elementos deverá conhecer essa problemática.

OFERTA À CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

Uma colecção de diversas armas, taças, medalhas e quadros, de valor material superior a 500 contos, que pertenceu ao bracarense Adolfo Santos da Cunha, já falecido, foi oferecida pela família ao Município local. A colecção encontra-se já à guarda do Museu dos Biscaínhos e será exposta ao público a breve prazo.

LIGAÇÕES AÉREAS ENTRE BRAGANÇA E LISBOA

A cidade de Bragança passará a ficar a 75 minutos de distância de Lisboa quando a TAP inaugurar, no próximo verão, as

carreiras tri-semanais entre as duas cidades.

Entretanto, e com vista ao previsto aumento de tráfego, o aeródromo de Bragança vai em breve sofrer beneficiações, as quais incluem a instalação de um rádio-farol, iluminação de pista, construção de uma aerogare e implantação de vários serviços de apoio técnico. Para estudar pormenores relacionados com estas obras, um grupo de técnicos da Direcção Geral de Aeronáutica Civil deslocou-se recentemente àquela cidade.

Por outro lado, o director do aeródromo local revelou que foi recentemente contactado pela Federação das Associações Portuguesas de França, cujos representantes lhe manifestaram a intenção de organizar em breve voos «charter» de Paris para Portugal, com terminal naquela cidade nordestina, destinados ao transporte de emigrantes transmontanos e incluindo, eventualmente, possíveis grupos turísticos.

COVILHÃ: AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA URBANIZAÇÕES

A Câmara Municipal da cidade da Covilhã recebeu do Estado uma comparticipação de cerca de 31 mil contos para a aquisição de terrenos destinados a fins urbanísticos.

A área a adquirir pela edilidade covilhanense é de aproximadamente 560 metros quadrados, sendo a efectivação desta medida natural incentivo para a resolução dos problemas de urbanização com que esta cidade tem vindo a lutar ultimamente.

FIGUEIRA DA FOZ EQUIPA DO «NAVAL» CONVIDADA PARA JOGAR NOS EUA

A equipa de futebol da «Associação Naval 1.º de Maio», da

Figueira da Foz, poderá vir a deslocar-se aos EUA, quando terminar o campeonato nacional da 3.ª divisão, no qual se encontra actualmente empenhada.

O convite para tal digressão foi apresentado pela comunidade portuguesa de New Bedford, Fall River e Bristol, nomeadamente. A estadia da «turma» do «Naval» naquelas cidades norte-americanas deverá prolongar-se por duas semanas e incluir a disputa de desafios com equipas locais e com a selecção da «Luso-American Soccer Association» (LASA).

Os membros da comunidade portuguesa, autores do convite, serão quem irá custear todas as despesas de deslocação e estadia, assegurando também um «cachet» de 100 contos para cada jogo que os figueirenses efectuem.

OBRAS DE VALORIZAÇÃO NA ZONA TURÍSTICA DE MIRA DE AIRE

Por iniciativa da Junta de Freguesia desta localidade, vão principiar os trabalhos de asfaltamento de toda a zona turística da vila, os quais importarão em mais de dois mil contos e apenas serão comparticipados na quarta parte pelo Município de Porto de Mós. A restante percentagem do financiamento — mais de milhar e meio de contos — será suportada pelos utentes da via pública e dos parques de turismo com que confinam.



Por outro lado, a Federação dos Municípios de Leiria está a proceder à instalação de postes de iluminação pública em toda a zona das grutas e ruas adjacentes, numa extensão de



Completaram-se 80 anos sobre a morte do poeta portalegrense José Duro. Não querendo deixar passar em claro este acontecimento, «O Semeador», Grupo de Trabalho e Acção Cultural de Portalegre, promoveu algumas iniciativas tendentes a assinalar a efeméride.

Assim, para além da edição de um pequeno folheto biográfico sobre o poeta, realizou-se um colóquio dedicado ao tema «José Duro, vida e obra», no salão nobre da Câmara.

mais de um quilómetro. A obra, orçada em cerca de 1.500 contos, valorizará toda essa zona, já bastante habitada e onde a iniciativa privada se tem mostrado muito activa, constituindo iniciativa de particular interesse para a valorização turística de Mira de Aire.

PONTE DE LIMA: NOVAS PONTES SOBRE O RIO

Deverá ser inaugurada este ano uma nova ponte sobre o rio Lima, na vila de Ponte de Lima. Com um tabuleiro de 250 metros, a nova ponte comporta uma faixa de rodagem de oito metros de largura e dois passeios laterais de dois metros cada, destinados ao trânsito de peões.

Uma outra ponte sobre o mesmo rio está a ser construída em Lanheses, devendo ficar concluída em 1980. Terá um comprimento de 1.200 metros, com uma faixa de rodagem de nove metros de largo.

Por outro lado, a velha ponte sobre o rio Lima, em Viana do Castelo, está a sofrer uma operação de «prótese», que consiste na substituição de um dos pilares, em tronco de pinheiro, por um novo pilar metálico.

«QUEIMA DAS FITAS» NO PORTO

Prática tradicional e tida por muitos como «passadista», a «Queima das Fitas» vai regressar à cidade do Porto. De facto, tal iniciativa voltará a realizar-se já este ano, segundo ficou decidido em reunião das Faculdades de Medicina, Psicologia, Letras, Engenharia, Ciências e Farmácia da Universidade do Porto.

As festividades terão a duração de uma semana, incluindo, como é tradição, a velha serenata, cortejo, sarau, baile de gala, garraizada e baile de encerramento, havendo ainda outras



Uma comissão formada por representantes dos concelhos da Guarda, Gouveia, Seia, Manteigas, Fornos de Algodres, Celorico da Beira, Trancoso e Aguiara da Beira e técnicos do Parque Nacional da Serra da Estrela vão estudar a criação de uma zona demarcada onde se fabrica o célebre «queijo da Serra».

Esta medida, proposta pelos presidentes dos municípios da Guarda e Gouveia, destina-se a combater a especulação existente na venda tradicional do queijo «Serra», assim como a obstar à fabricação industrial, e indiscriminada, do mesmo. O resultado do estudo, a realizar proximo, será analisado na Assembleia Distrital da Guarda. Esta medida talvez obste, por outro lado, a que não mais se assista à degenerescência deste produto de antigas tradições e «arte» esmerada, quando fabricado a preceito, e cujo paladar provavelmente lhe dá «honras de primeira categoria entre todos os queijos portugueses.

actividades a cargo de cada uma das referidas escolas.

Porém, desta feita, os organizadores manifestaram a intenção de que a «Queima das Fitas», embora estreitamente académica, não constitua expressão fechada e elitizante do grupo social estudantil, tal como acontecia outrora. Esta tomada de posição irá contribuir, estamos em crer, para dar um novo brilho a esta iniciativa, quiçá mais do agrado e simpatia popular.

CONSTRUÇÃO DE NOVA ESCOLA NA RÊGUA

A escola para o Ensino Secundário Unificado da Régua (Trás-os-Montes), actualmente em construção, deverá entrar em funcionamento no ano lectivo de 1980/81.

Com uma capacidade para 1.350 alunos, campos de jogos e

um ginásio coberto, as suas instalações são modelares e admitem, à partida, a possibilidade de ampliação, caso venha a ser necessário.

A obra, depois de concluída, e incluindo todo o equipamento necessário, importará em cerca de 100 mil contos.

JOGOS POPULARES TRANSMONTANOS

Os Jogos Populares Transmontanos, que foram um sucesso há dois anos, voltarão a realizar-se em 1979, constituindo uma das grandes festas desta região de ancestrais tradições populares. Desta feita terão lugar a 16 de Outubro, data coincidente com a reunião que a Comissão para os Assuntos Culturais do Conselho da Europa realizará em Vila Real.

O programa será, em princípio, semelhante aos anteriores, com o habitual desfile de «Zés Pereiras», tão característico do norte do País, seguindo-se, pelo dia fora, o combate de bois, a corrida de burros, a corrida com cântaros à cabeça e a subida ao pau encerado.

DOIS CINETEATROS PARA VILA REAL

A cidade transmontana de Vila Real, que actualmente não dispõe de uma única casa de espectáculos, irá ter em funcionamento, ainda este ano, dois cine-teatros.

Trata-se do «Teatro Real» (antigo Teatro Avenida), que abrirá em Maio, após obras de reconstrução, e do novo Teatro «D. Dinis», que funcionará a partir de Outubro. A iniciativa pertence a uma sociedade particular, recentemente formada.

EMIGRAÇÃO EM 1978

Segundo estatísticas provisórias já apuradas pelos Serviços de Emigração da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, emigraram legalmente da Região Autónoma dos Açores, durante o ano de 1978, 4.876 pessoas.

A maior percentagem de emigrantes destinou-se aos EUA (4.097), representando 84,02 por cento do fluxo global. Seguiu-se o Canadá (719 pessoas) com 14,75 por cento. Os restantes emigrantes tiveram como destino vários países, com relevo para as Bermudas.

Por ilhas de origem surgem S. Miguel (3.029 emigrantes); Terceira (902); Faial (224); S. Jorge (210); Santa Maria (204); Flores (117); Pico (114); Graciosa (70) e Corvo (6). Verificou-se um equilíbrio relativo no que concerne ao sexo: emigraram 2.472 homens e 2.403 mulheres, respectivamente.

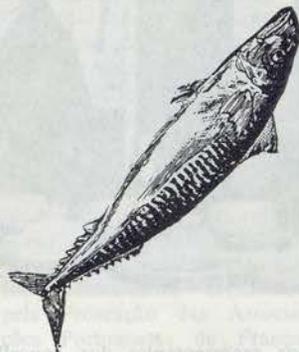
JORNADAS DE PRODUÇÃO ANIMAL

Aprofundar os conhecimentos dos técnicos e lavradores dos Açores em questões relacionadas com a genética e a alimentação animal, tal foi o principal objectivo das Jornadas de Produção Animal promovidas pelo Instituto Universitário dos Açores e que se realizaram na Ilha Terceira. Nestas Jornadas, a que esteve presente o ministro Vaz Portugal, participaram catedráticos de veterinária da Bélgica, França e Espanha e diversos especialistas em questões de genética e controle de produção.

A preceder esta iniciativa, que decorreu no departamento de ciências agrárias do referido Instituto, em Angra do Heroísmo, os catedráticos estrangeiros efectuaram visitas a várias unidades industriais de lacticínios, fábricas de forragens e outros

sectores de actividade relacionados com o domínio pecuário.

INDUSTRIALIZAÇÃO DA CAVALA



O Governo Regional dos Açores, com o apoio técnico da comissão mista luso-norueguesa, está a estudar as possibilidades de industrialização da cavala, através da produção de filetes e da fumagem. Com a industrialização desta espécie poderá ser dado um grande passo para o apoio ao desenvolvimento da pesca local, uma vez que existem vultuosos «stocks» de cavala nos mares dos Açores.

O secretário regional da Agricultura e Pescas, Moreira da Silva, durante uma sua recente visita a Santa Maria, referiu-se também ao projecto governamental de melhoria da frota pesqueira da região, através da compra de barcos, com boas características, adquiridos provavelmente em França e a preços que considerou «não exagerados».

TWA NOS AÇORES

A companhia aérea norte-americana TWA passou a escalar novamente os Açores, duas vezes por semana. Assim, às quartas-feiras utiliza o aeroporto das Lages, e às sextas-feiras o de Santa Maria. Além destes voos especiais a TWA assegura também carreiras diárias directas dos Açores para a Califórnia e vice-versa.

MADEIRA

MOVIMENTO TURÍSTICO

O movimento de turistas na Madeira registou nos dois primeiros meses deste ano um acréscimo de 7,5 por cento em relação a igual período do ano passado. No que se refere à origem e evolução dos fluxos turísticos para a região madeirense, verifica-se que os residentes nacionais contribuíram com 13,6 por cento do total das dormidas nos hotéis, verificando-se portanto, um acréscimo de 18,7 por cento (50.739 dormidas em 1979 contra 42.739 em 1978).

Quanto aos turistas dos países estrangeiros, salientam-se os do Reino Unido, com 102.026 dormidas, da República Federal da Alemanha, com 68.271, da Suécia, com 34.704, da França, com 27.474, e da Dinamarca, com 25.891 dormidas.

PESCA DA BALEIA

A Empresa Baleeira da Madeira, que se dedica à caça de cetáceos, aguarda autorização da Secretaria de Estado das Pescas para poder operar com dois navios nas águas madeirenses. Esta proposta, que teve já a anuência do Governo Regional, surgiu em consequência do interesse manifestado por um grupo de investidores estrangeiros que, conforme referimos em número anterior, desejam associar-se àquela empresa madeirense, através da constituição de uma nova sociedade, na qual teriam uma participação de 49 por cento do capital.

O único problema reside na transferência de dois navios, que actualmente navegam com pavilhão das Honduras, e cujo afretamento carece de prévia autorização do Governo português.

A fim de aumentar a operacionalidade dos navios, a Empresa Baleeira da Madeira propôs às entidades governamentais o aumento das águas em que é

concessionária, das 6 para as 18 milhas.

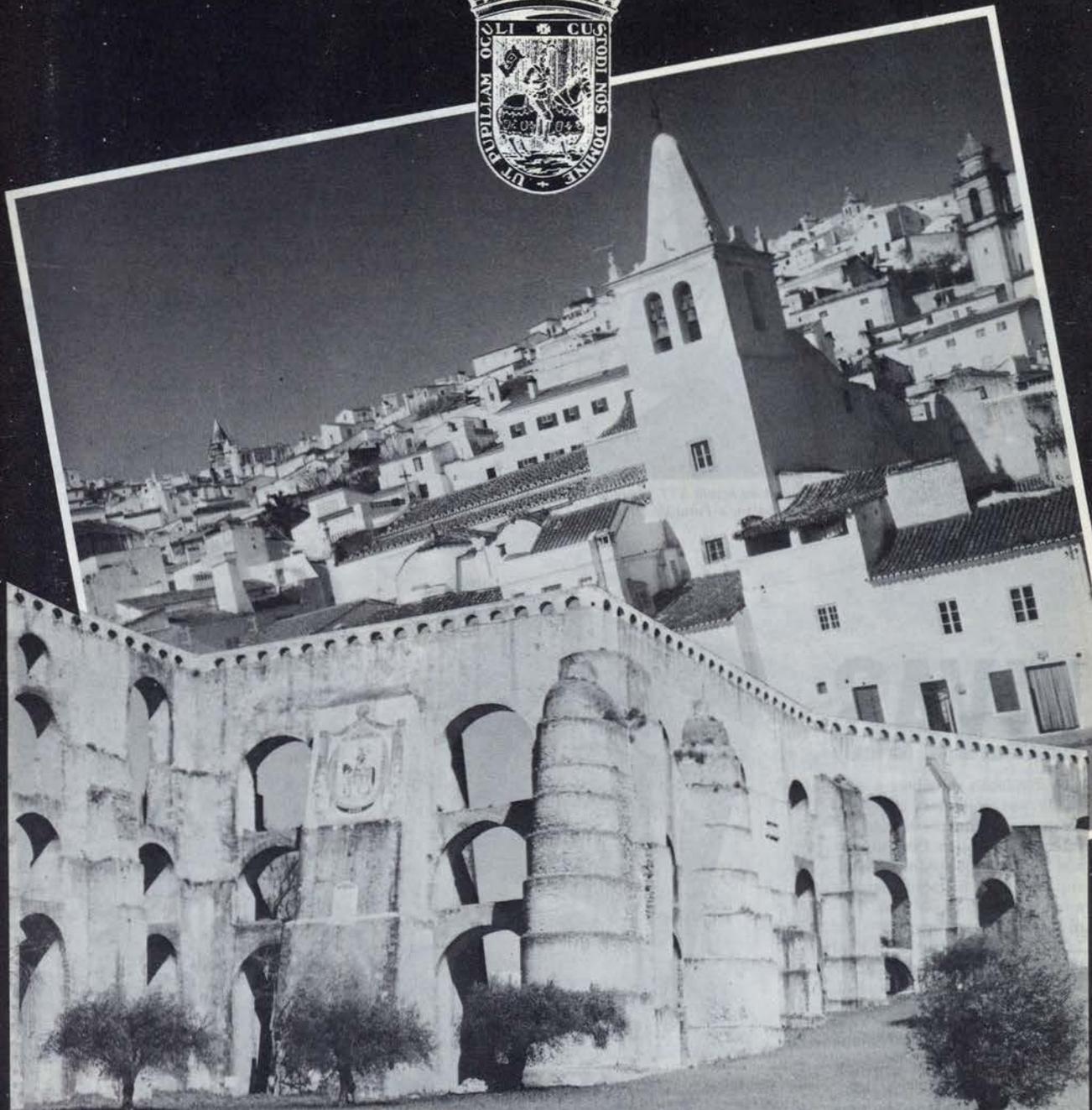
CRIAÇÃO DA CASA DA CULTURA DA MADEIRA

Por Decreto Regulamentar Regional publicado no «Diário da República», foi criada a Casa da Cultura da Madeira (CCM), com a intenção de fomentar «uma cultura autóctone de raiz insular» e também a «promoção, a todos os níveis, do homem madeirense». A CCM, que tem a sua sede no Funchal e exercerá a sua actividade em toda a Região Autónoma, poderá abrir delegações no território português e estrangeiro, ficando na dependência do Governo Regional da Madeira, por intermédio da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

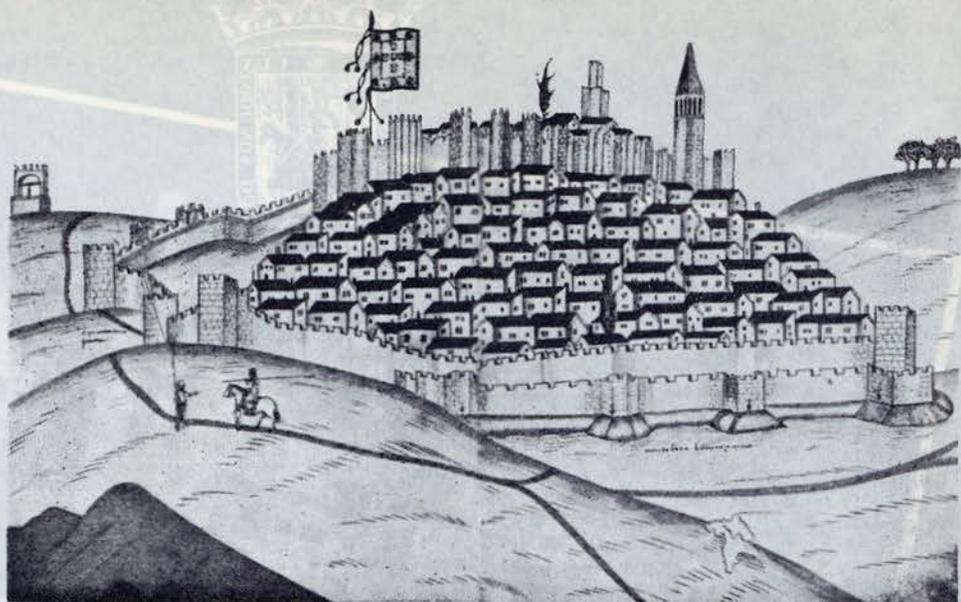
O presidente da CCM é nomeado pelo Governo Regional, sendo personalidade de reconhecido mérito no domínio da cultura madeirense.

CRIAÇÃO DO INSTITUTO DO VINHO

O «Diário da República» publicou o Decreto Regional n.º 7/79/M, da Assembleia Regional da Madeira, que cria o Instituto do Vinho da Madeira (IVM). Este novo organismo terá as funções que até ao presente vinham sendo desempenhadas na região autónoma da Madeira pela Junta Nacional do Vinho e a Administração-Geral do Açúcar e do Alcool, cuja transferência de atribuições e competência é igualmente anunciada no mesmo «Diário da República», através do Decreto-Lei n.º 75/79, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério do Comércio e Turismo.



ELVAS

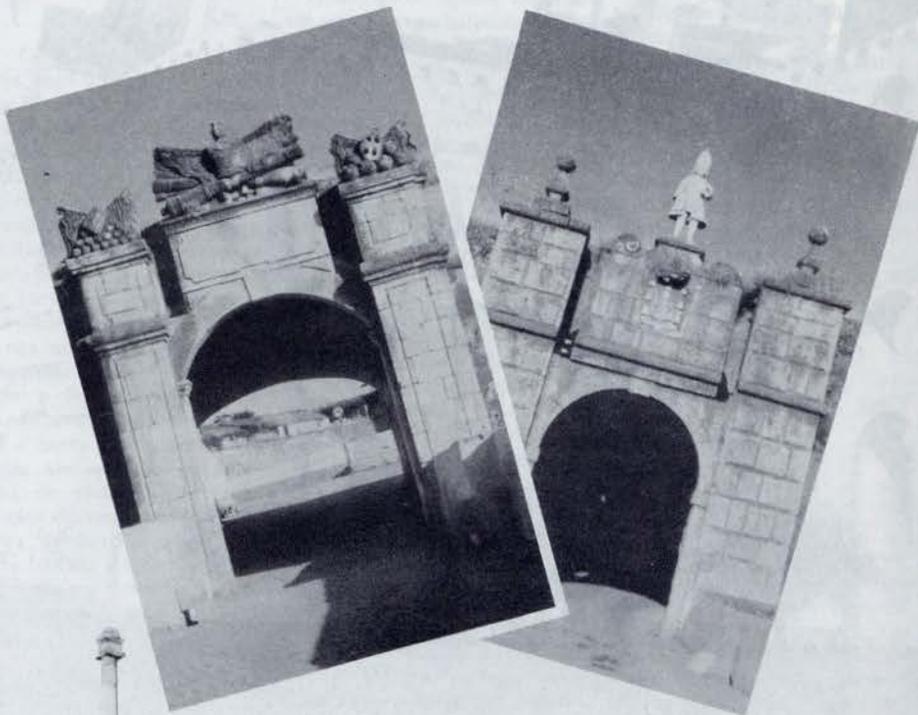


Elvas no século XVI, segundo gravura do «Livro das Fortalezas», existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo; em baixo, a Porta de Olivença (à esquerda) e a Porta de S. Vicente.

ELVAS

A fundação de Elvas é atribuída aos romanos, cuja presença se encontra assinalada por inúmeros vestígios. Conquistada aos Mouros por Afonso Henriques, em 1116, seria perdida ainda uma vez e, por fim, definitivamente recuperada em 1230, por D. Sancho II, o qual lhe concedeu foral, mais tarde confirmado por D. Manuel I, em 1507. Cinco anos depois, o mesmo rei outorgou-lhe foral novo.

Cenário das Cortes convocadas por D. Pedro I em 1361, Elvas foi ainda sede de uma diocese, extinta no seguimento de desinteligências ocorridas, na Sé local, entre o bispo e o deão, incidente que ficou célebre e que viria a inspirar o poema heróico e satírico «O Hissopo», da autoria de Cruz e Silva. Nesta cidade verificaram-se ainda alguns dos acontecimentos mais importantes que tiveram lugar quando da Guerra de Restauração, que pôs fim à dominação espanhola em Portugal, com particular realce para a chamada batalha das Linhas de Elvas.



Cerco e Batalha das Linhas de Elvas

A 15 de Outubro de 1658, um exército espanhol comandado

por D. Luis de Haro, acampava na fronteira, próximo do Caia. Compunham este exército 14 mil homens de infantaria, 5 mil de cavalaria e unidades de artilharia. Após uma série de pequenas operações, os castelhanos ocuparam duas colinas junto a Elvas, a do Convento de S. Francisco e a da Graça, iniciando daí o bombardeamen-

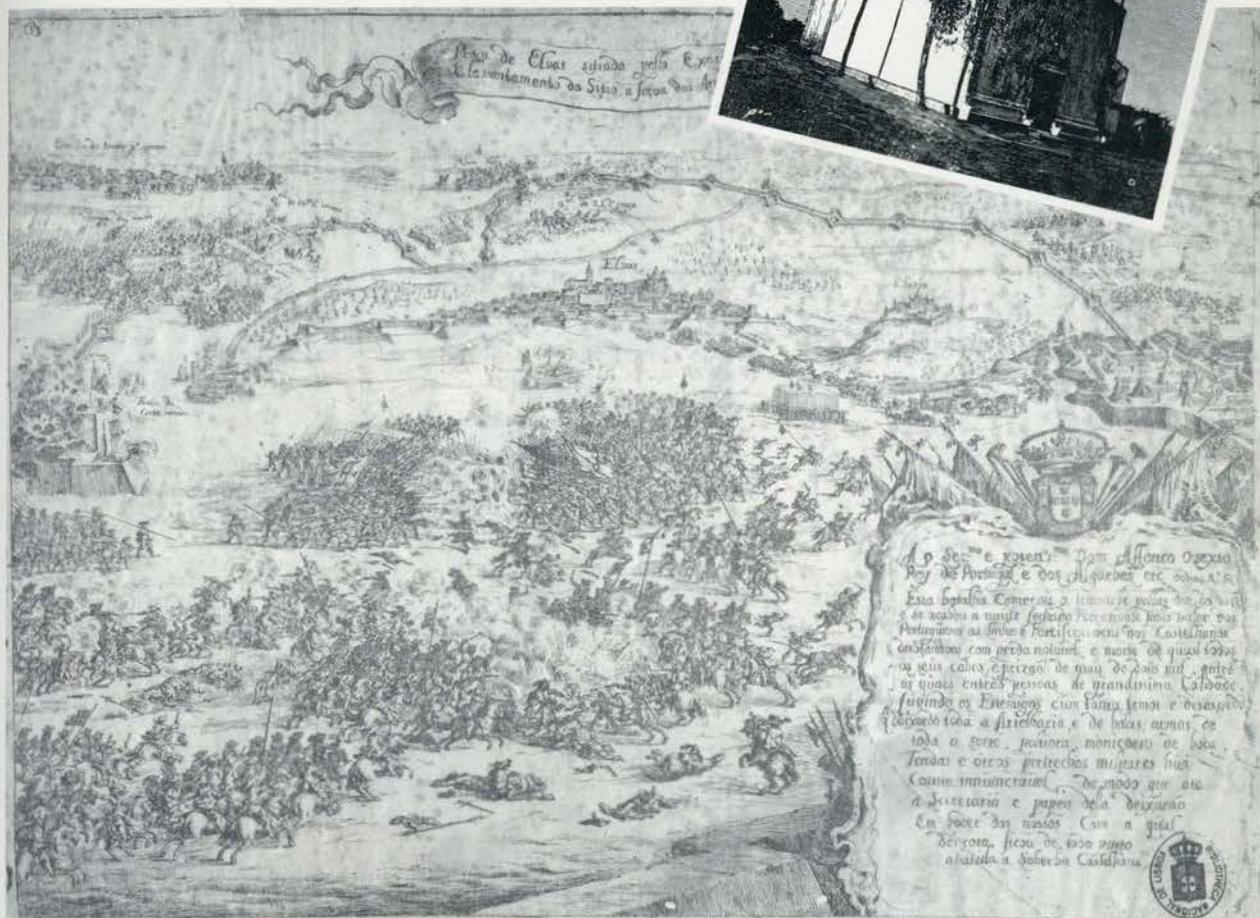
to sistemático da cidade, ao mesmo tempo que, em seu redor, iam levantando linhas fortificadas, de modo a cercarem-na por completo.

O bombardeamento causou grande pânico entre os sitiados, nomeadamente junto da população civil, tendo-se verificado pesadas baixas. O cerco, e as carências dele resultantes para os sitiados causaram, como não podia deixar de ser, o apareci-

D. António Luis de Meneses, conde de Cantanhede e comandante das tropas de socorro na decisiva Batalha das Linhas de Elvas; à direita, o único retrato que se conhece do general André de Albuquerque, mestre-de-campo das forças portuguesas, que morreu no campo de batalha.



Capela de S. Jorge ou de Santo Amaro, edificada para comemorar a Batalha das Linhas de Elvas; em baixo, uma água-forte da época, referente àquele confronto militar.



mento das calamidades clássicas e entre todas, a da peste. Esta chegou a dizimar, entre a população e os soldados portugueses, mais de 300 pessoas por dia. O governador da cidade de Elvas, D. Sancho Manuel, viu-se, portanto, na necessidade de pedir reforços urgentes e, no conselho reunido pela rainha regente para estudar esse pedido, ponderou-se do perigo que representaria a queda de Elvas nas mãos da coroa espanhola. É de salientar, a propósito, o parecer do marquês de Nisa, que se terá revelado decisivo: «O socorro de Elvas não

sofria a menor dilatação, porque o perigo em que estava aquela praça era iminente e, perdida, nem ficava outra defesa à província do Alentejo, nem os povos teriam ânimo para outra oposição», escreveu aquele conselheiro.

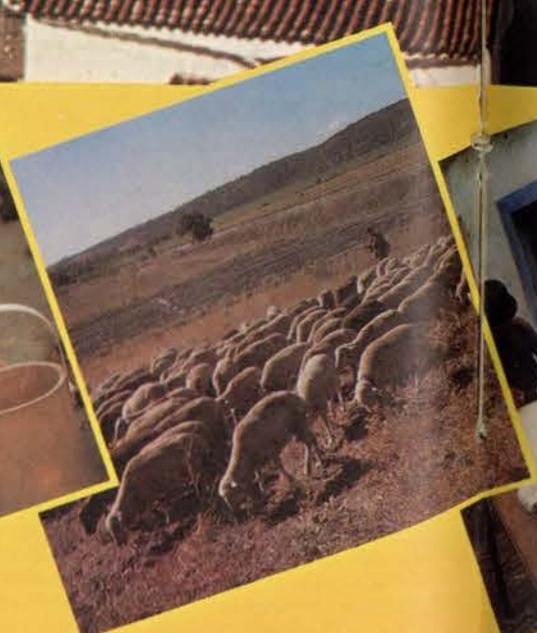
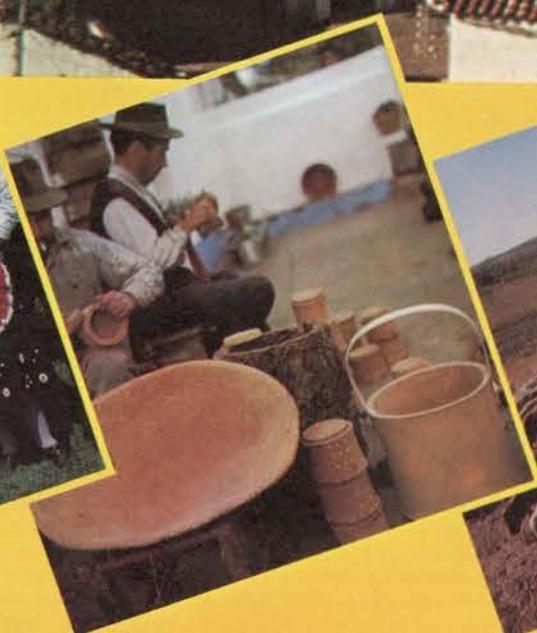
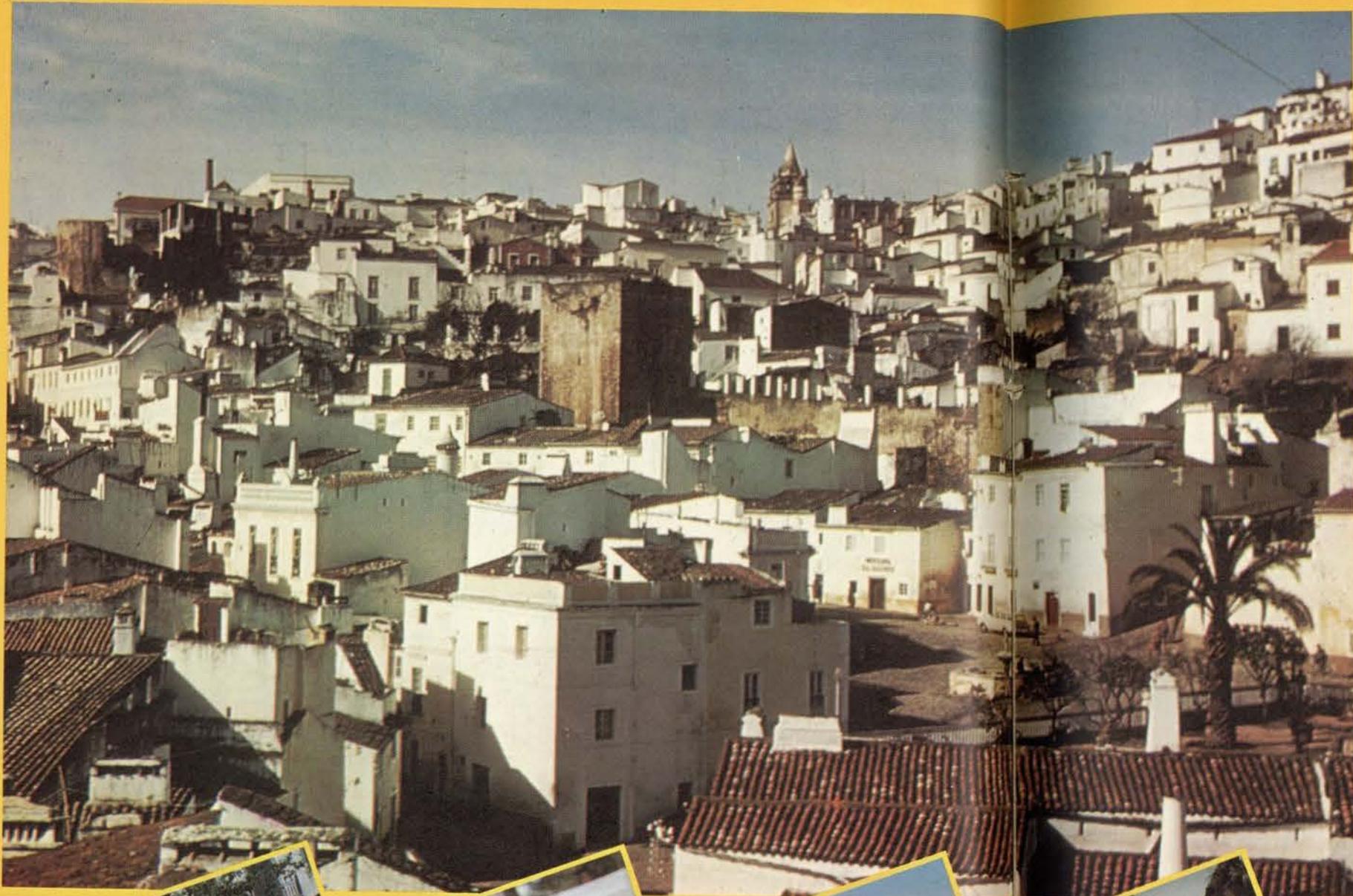
Todavia, em fins de Dezembro a situação da praça era ainda mais aflitiva, pois dos 11 mil soldados que constituíam a sua guarnição, no início do cerco, não havia mil que apresentassem condições de pegar em armas. Entretanto, o conde de Cantanhede, D. António Luis de Meneses, reuniu em

Estremoz um exército de socorro, que partiu a 11 de Janeiro de 1659, levando como mestre-de-campo o general André de Albuquerque. Esse exército ocupou posições perto da cidade e, no dia 14 do mesmo mês, atacou as tropas e as fortificações espanholas, obtendo êxito completo. A praça foi socorrida e o exército espanhol retirou tão rapidamente quanto tinha surgido, de tal ordem que o seu comandante, o general D. Luis de Haro, deixou cair em poder dos portugueses todos os seus documentos, inclusive os de carácter confidencial.

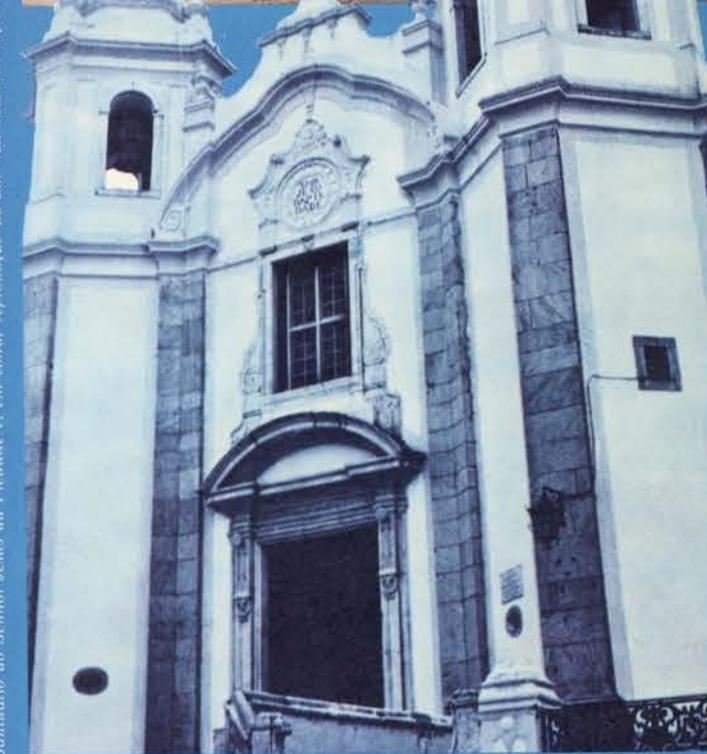


O Santuário e os ex-votos

Quem vem a Elvas, depois de passar por Vila Boim, começa imediatamente a vislumbrar o



Santuário do Senhor Jesus da Piedade e, em cima, reprodução de um «ex-voto» nele patente.



rendilhado do aqueduto da Amoreira e, a seguir, o Forte da Graça, sentinela atenta que nos recorda os tempos da Guerra da Restauração.

Elvas, para o recém-chegado, é uma cidade branca, caiada, reluzente ao sol escaldante do Alentejo, emoldurada de trigais e olivedos que, em plena canícula, se assemelham a jardins e lagos ondulantes.

Porém, antes de entrarmos nas muralhas vetustas, desviemo-nos um pouco, e veremos o Santuário do Senhor Jesus da Piedade. Nele se poderão admirar as «salas dos milagres»

onde estão expostas as evocações de dores sofridas (tanto as da alma como as outras, não menos dolorosas), penas recalçadas e revezes da fortuna. Falamos dos ex-votos. São milhares, narrando-nos uma autêntica história social e psicológica do quotidiano de gente simples. E, como apontamento curioso, referimos aquele ex-voto que saltará a vista do mais atento: o do contrabandista que agradece ao Senhor Jesus da Piedade o «milagre» de não ter sido preso durante mais de 20 anos de «honesto profissão»!

No parque, que fica junto ao Santuário, um lago em forma de orelha: outro ex-voto, paga



Fonte dos Cavaleiros;
pelourinho da cidade.

de promessa feita por alguém que, reza a lenda, foi curado de pertinaz moléstia de audição.

É neste parque de mata frondosa que se realizam todos os anos as festas da cidade, quiçá as mais genuínas deste Alto Alentejo.



Entremos na cidade...

Estrada acima, passando pela Quinta do Bispo, podemos deitarnos no Jardim Público, conjunto de maravilhoso colorido e local de remançoso descanso. Finalmente, estamos na cidade, depois de termos cruzado o viaduto aberto nas muralhas, única mutilação existente no traçado original.

Não estaremos numa urbe de largas avenidas, prédios altos, ruas desmedidas. Não. Elvas não é isso! Trata-se de um velho burgo, tradicionalmente caiado de fresco, apresentando-nos algumas ruas ladeadas por vasos com flores coloridas, dispostos junto das janelas térreas e portas das casas.

Poderemos contemplar a Fonte dos Cavaleiros, pequenina, com a sua minúscula estátua equestre evocando o braço da cidade. Contudo, quando se repara bem nas ruas, nas esquinas, encontram-se variados motivos de curiosidade: um «passo», um nicho de «santinho», um troço de muralha, uma poterna, uma casa solarenha, um palácio, outro braço, uma capela ou uma igreja. Em suma, mil evocações, mil histórias, da lenda, da tradição, que os mais velhos ainda sabem contar...

Passemos à rua da Cadeia, lá se verá a torre da antiga muralha, solitária, esguia, na nudez das suas pedras seculares.



Fachada principal da Sé elvensê.

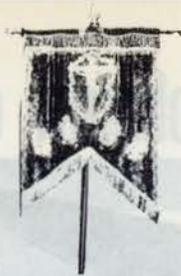
Depois a Sé, templo grandioso, de mármore rendilhados. Visitemos, em seguida, a igreja das Freiras, de planta octogonal, única no seu género, com a cúpula forrada de azulejos. Mesmo junto a ela, está o Pelourinho, a atestar da rude e fera justiça de outros tempos, e que hoje, felizmente, é apenas original «ex-libris» da cidade; um pouco mais acima encontramos a singela igreja da Alcáçova.



Uma visita ao castelo

Mais uns passos e estaremos no Castelo, com a sua praça de armas, ameias, seteiras, ba-

luartes e torre de menagem, e que é; por si só, autêntica lição de História viva, de onde, além de tudo o mais, se avista um panorama deslumbrante que abrange terras de Espanha, a imensa planície, gesta do esforço humano que faz fértil uma terra quantas vezes infiel ao esforço do herói ignorado, que é o trabalhador rural do Alentejo. Aí, certamente que nos acudiram à memória feitos de guerra nomeadamente a guerra



O alpendre de entrada do edifício da Biblioteca Municipal e Museu Arqueológico.



de independência e a batalha das Linhas de Elvas, que já tivemos ocasião de evocar.

Não obstante, desçamos um pouco. Passemos pela Casa das Barcas, antigo e curioso estabelecimento do Caia e do Guadiana, onde durante muito tempo funcionou o teatro de Elvas, por onde passaram algumas celebridades da arte de Talma, nacionais e estrangeiras. Saliente-se, a propósito, que o elvense tem sido, tradicionalmente, um amador de teatro, tendo organizado agrupamentos amadores que, no seu tempo, fizeram carreira.

A mesa do Elvense

Nesta breve visita não podemos esquecer algumas especialidades da gastronomia elvense, bem acompanhadas pelo pão caseiro, de saboroso paladar, e pelo vinho tinto de «Borba», o melhor que a roda do sol cobre nestas paragens. Condimentos necessários para «adubar» o bom «paio», a bela «presinha» de carne de porco temperada e, no fim, o regalo que é o delicioso bolo elvense «cericáia», pitéu que só Elvas tem o condão e o segredo de saber cozinhar como convém.

Romaria do Senhor Jesus da Piedade e Feira de S. Mateus

Conhecer a cidade de Elvas e não ter assistido à romaria do Senhor Jesus da Piedade e à Feira de S. Mateus, quer-nos parecer que é ficar com conhecimento «vesgo» de uma realidade cultural, social e económica.

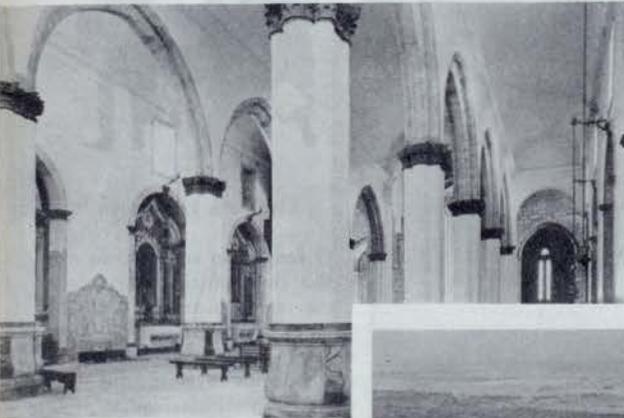
São festejos do mais puro «sabor popular», afiançam alguns. Julgamos que se deve descontar algum bairrismo à «fórmula», pois outros festejos, de outras terras, não terão menor «sabor popular». De qualquer maneira, estes festejos constituíram sempre uma pausa justa no pesado calendário das tarefas do campo, para uma população essencialmente rural.

Pausa aproveitada, tradicionalmente, para «acerto de contas», reabastecimento familiar e substituição de alfaia e apetrechos agrícolas, assim como para aligeirar o espírito em folgedos e descantes, cujo mote po-

pular ficou conhecido até aos nossos dias:

Eu hei-de dar ao Menino
Uma fita p'ró chapéu
P'ra qu'o Menino me dê
Um lindo olhar como o teu...

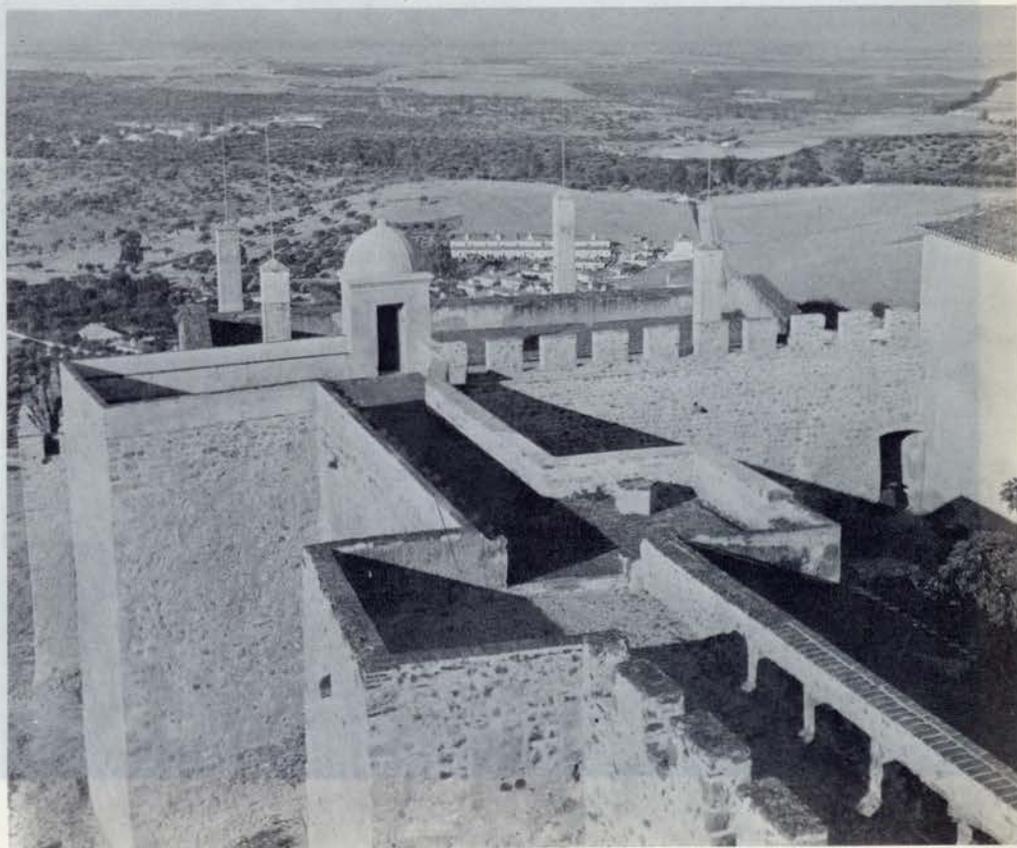
Inicialmente de âmbito estritamente religioso e regional, os festejos em honra do Senhor Jesus da Piedade e da Feira de



Um aspecto do interior da Igreja de S. Domingos.

Visitemos depois a Capelinha da Senhora da Conceição, onde a beleza da imagem do mesmo nome nos fará reter por alguns momentos o passeio. E, aí, mais uma vez, a lenda torna a falar: diz ela que ao seu escultor mandou o rei cortar as mãos, para que não fizesse outra!... Estranha forma de render homenagem ao artista!

Desloquemo-nos um pouco mais dentro da cidade, de modo a visitar a igreja de S. Domingos, onde podemos apreciar um bellissimo altar-mor. Temos, a seguir, além dos «passos» que pululam por toda a cidade, carinhosamente conservados, a bela igreja dos Terceiros e, enfim, os braços, pedras d'armas, casas solarengas, o majestoso palácio Episcopal e o Forte de Santa Luzia. Por último, devemos referir o Museu e a Biblioteca Pública, de valioso património.



Um aspecto do castelo, vendo-se, ao fundo, terras de Espanha.



S. Mateus ganharam com o peso da tradição, a valorização de muitas das suas características históricas e a modernização dos programas, tornando-se a romaria de maior projecção nesta parte do Alentejo, à qual a franca simpatia do povo da cidade empresta hálito de tradicional confraternização que se estende além-Caia, sinal de que os tempos aproximam os povos nascidos nesta Península, de destinos tão comuns e História tão intrincada.

Assim, nos últimos anos a edilidade local não se tem poupado a esforços para que a Feira de S. Mateus mantenha o brilho alcançado e, se possível, conheça novos horizontes, nomeadamente, reactivando a vida económica da região.



Elvas e a Emigração

O fenómeno emigratório não é tão sintomático nesta cidade e sua região quanto o será, por exemplo, nas Beiras ou Nordeste Transmontano. No entanto, podemos registar aqui duas ou três particularidades neste domínio.

Falar de emigração em Elvas, é falar quase exclusivamente da Bélgica, país de destino da mais significativa comunidade elvenses residente no estrangeiro. De resto, na sua maioria, os emigrantes portugueses naquele país são quase todos originários do Alentejo: Aljustrel, S. Domingos, Campo Maior e, evidentemente, Elvas.

Por seu turno, o periódico regionalista «Linhas de Elvas» insere habitualmente noticiário circunstanciado das actividades desportivas, culturais e artísticas, levadas a cabo por essa comunidade radicada na Bélgica, facto que nos leva a acreditar num frutuoso intercâmbio, cuja contrapartida será, efectivamente, os elvenses emigrados disporem de informação, através do referido jornal regional, sobre o que se passa na sua terra natal. ■



VISITA PRESIDENCIAL À BULGÁRIA, ROMÊNIA E HUNGRIA

«Os objectivos de política externa definidos para esta viagem foram plenamente alcançados», declarou à imprensa o Presidente da República, general Ramalho Eanes, no final das visitas oficiais que efectuou à Bulgária, Roménia e Hungria.

«As conversações, francas e abertas, que pude estabelecer com os dirigentes de cada um dos países visitados — afirmou o general Eanes — permitiram a Portugal contribuir para a consolidação da política de desanuviamento que o Ocidente prossegue. Em especial, esta viagem possibilitou-nos um avanço no sentido de criar as condições adequadas ao pleno aproveitamento da posição de Portugal como elemento de contacto entre várias regiões e entre diferentes áreas de influência».

«Mas permitiu-nos também — acrescentou — exercer o papel que nos é próprio na defesa do progresso económico e da paz no nosso continente, eliminando o atraso que nos separa das posições dos países da Europa Ocidental e, de um modo geral, de todos os países da NATO, nas relações com o Leste Europeu».

Depois de ter acentuado que «a defesa do princípio geral de cooperação e da promoção dos direitos humanos segundo o espírito de Helsínquia tem de passar por acção efectiva, que aliás corresponde à defesa dos nossos verdadeiros interesses», o Presidente da República disse ainda que «os acordos assinados e as vias de colaboração abertas no domínio económico, no âmbito científico e no quadro tecnológico, interessam-nos na dupla perspectiva do desanuviamento político e da ampliação dos nossos merca-



5. A visita presidencial em 1976 a países da Europa Oriental e a realização de visitas de trabalho nos estabelecimentos industriais e a modernização dos programas educativos e a melhoria do ensino português numa parte da Alemanha, à qual a França compõe o grupo de países com os quais Portugal se relaciona.

VISITA PRESIDENCIAL À BULGÁRIA, ROMÊNIA E HUNGRIA

dos». «Aliás — sublinhou Ramalho Eanes — os progressos conseguidos derivam já do estabelecimento de relações de respeito recíproco. Também aqui teremos de ser tão pragmáticos como os demais países, nomeadamente os do Ocidente, entre os quais nos inserimos».



Sófia: O Presidente Eanes depondo uma coroa de flores no mausoléu de Dimitrov.

As possibilidades de desenvolvimento da cooperação bilateral e diversos aspectos da situação política internacional constituíram os principais temas das conversações realizadas, em Sófia, entre o general Eanes e o presidente do Conselho de Estado da Bulgária, Todor Jivkov. No âmbito desta visita do Chefe de Estado português, foram assinados dois novos convênios luso-búlgaros: um acordo relativo aos transportes internacionais de pessoas e mercadorias por estrada e um programa de cooperação económica, científica, técnica e industrial. O presidente búlgaro aceitou o convite que lhe foi endereçado pelo seu homólogo português para visitar oficialmente o nosso País.

No decurso da sua estada de dois dias na Bulgária, o Presidente da República contactou com um grupo de cinquenta estudantes portugueses que naquele país frequentam cursos superiores. Na cidade de Varna, Ramalho Eanes, acompanhado por Todor Jivkov, foi recebido pelas autoridades locais e visitou um complexo agro-industrial da região, tendo depois concedido uma conferência de imprensa.



Bucareste: o presidente Ceausescu condecora Ramalho Eanes.

Na Roménia, onde permaneceu durante dois dias, o Chefe de Estado português



Aspecto da parada militar realizada no aeroporto de Sófia, à chegada do Presidente português; ao centro, Ramalho Eanes saúda os trabalhadores de uma fábrica romena, em Bucareste; em baixo, o general Eanes, acompanhado por sua esposa e membros da sua comitiva, durante a visita à cidade de Budapeste.



teve várias reuniões com o seu homólogo romeno, Nicolae Ceausescu, para análise de problemas de interesse comum e debate de questões ligadas à conjuntura internacional. Em Bucareste, Ramalho Eanes e a sua comitiva visitaram um bairro residencial e uma fábrica de máquinas pesadas, tendo-se deslocado posteriormente a Ploiesti, a cerca de 60 quilómetros da capital, para uma visita a um complexo petroquímico e a diversos empreendimentos industriais e agrícolas.

A assinatura de um acordo para a concessão de uma linha de crédito a Portugal, no valor de 100 milhões de dólares, e o anúncio da próxima criação da primeira sociedade mista luso-romena — que terá como objectivo a implantação, na Roménia, de uma unidade fabril destinada à industrialização de cortiça —, constituíram momentos particularmente significativos no contexto desta viagem presidencial. Na ocasião, foi igualmente assinado um acordo relativo ao transporte rodoviário de pessoas e mercadorias entre os dois países.

No comunicado conjunto, assinado por Ramalho Eanes e Nicolae Ceausescu, salientava-se que o chefe de Estado romeno aceitou um convite do seu homólogo português para se deslocar ao nosso País, em data que será anunciada oportunamente.



Budapeste: Ramalho Eanes com Janos Kadar.

Na Hungria, Ramalho Eanes teve conversações com o Presidente Pal Losonczy e avistou-se com o primeiro-secretário do Partido Operário Socialista húngaro, Janos Kadar. Para além destes contactos, o Presidente da República deslocou-se a Esztergom, a norte de Budapeste, onde teve um encontro com o arcebispo primaz da Igreja Católica da Hungria, e visitou o complexo agrícola de Babolna.

No decurso da estada de três dias do Presidente Ramalho Eanes na Hungria foram assinados dois novos convénios bilaterais: um acordo sobre a abolição de vistos nos passaportes e outro sobre transportes marítimos. Por outro lado, o general Eanes convidou o presidente Pal Losonczy a visitar oficialmente Portugal, convite que foi aceite pelo chefe de Estado húngaro. ■

NOVO ACORDO LUSO-ESPANHOL DE PESCAS



O ministro da Agricultura e Pescas, Vaz Portugal, acompanhado pelo ministro espanhol dos Transportes, no final das negociações realizadas em Lisboa.

Portugal e a Espanha firmaram um novo acordo de pescas, após um longo período de negociações que se revelaram, de início, particularmente difíceis, chegando-se mesmo a uma situação de impasse. Tal situação viria, no entanto, a ser desbloqueada, em Lisboa, na sequência de um encontro entre o ministro espanhol dos Transportes e o ministro português da Agricultura e Pescas.

Num comunicado distribuído pelo MAP, no final desse encontro, acentuava-se que as negociações se haviam processado no sentido da procura de um «entendimento possível dentro dos limites impostos pela salvaguarda dos recursos disponíveis», e que o acordo firmado constitui «a primeira fase de um processo de aproximação no sector da pesca, nomeadamente nos campos da cooperação científica, tecnológica e económica entre Portugal e Espanha», visando, antes de mais, a pre-

servação das potencialidades de pesca para os dois países.

O novo acordo fixa as regras sobre as artes que podem ser usadas na pesca, as zonas onde a faina poderá ser exercida e o número de embarcações a que serão concedidas autorizações para laborar entre as seis e as doze milhas, bem como o número de licenças legalmente possíveis. Quanto à pesca de crustáceos, as autoridades portuguesas comprometeram-se a rever com urgência a actual legislação

sobre a matéria, logo que recebam das autoridades espanholas todos os dados necessários.

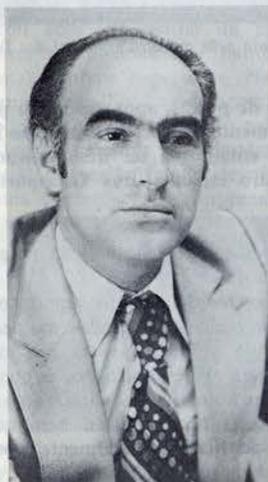
Este convénio não abrange, de momento, os Açores e a Madeira. As principais dificuldades encontradas para o alargamento às regiões autónomas das disposições deste acordo relacionam-se com as taxas que as embarcações espanholas deverão pagar para aí poderem exercer a sua actividade piscatória.

Recorda-se que o anterior acordo existente sobre a matéria, datado de 1970 e com um período de vigência de vinte anos, foi considerado lesivo dos interesses portugueses, dado que permitia, até 1990, a livre actuação da frota pesqueira espanhola nas nossas águas territoriais, designadamente na zona compreendida entre as seis e as doze milhas, onde os recursos piscatórios começam a apresentar-se consideravelmente empobrecidos.

Com o alargamento das águas territoriais portuguesas para o limite das 200 milhas, surgiu igualmente a necessidade, por parte do Governo espanhol, de negociar um novo acordo, que permitisse às embarcações deste país a utilização da faixa marítima portuguesa compreendida entre as 12 e as 200 milhas. No decurso das negociações, Portugal fez depender a concessão de licenças de pesca para esta última zona de uma progressiva diminuição da actividade dos navios espanhóis na área compreendida entre as seis e as doze milhas.

Colaboração no sector turístico

Portugal e Espanha «vão pôr já em prática as coordenadas básicas do acordo



Licínio Cunha, secretário de Estado do Turismo.

turístico luso-espanhol, rubricado o ano passado em Madrid», apesar deste não ter sido ainda ratificado pelos órgãos legislativos dos dois países, segundo revelou o secretário de Estado do Turismo, Licínio Cunha, que recentemente se deslocou a Espanha para efectuar contactos com as autoridades do país vizinho.

O referido acordo engloba vários projectos de colaboração conjunta entre Portugal e Espanha, no sector turístico, com incidência fundamental no desenvolvimento de uma política concertada de apoio e promoção das potencialidades turísticas existentes, junto dos principais mercados internacionais, nomeadamente no Norte e no Sul da América. A estratégia conjunta a desenvolver irá permitir a resolução das dificuldades criadas pelo facto de serem normalmente os países de onde os turistas são provenientes a definirem os critérios dos seus programas em tal domínio, com pouca ou nenhuma participação dos países receptores, que são, afinal, os principais interessados na matéria.

Licínio Cunha admitiu, por outro lado, a hipótese de ampliação do horário de funcionamento de algumas fronteiras, negando, no entanto, que estivesse em estudo a possibilidade de abertura de novos postos.

Ordenamento territorial e meio ambiente



Eduardo Merigó e Morais Barroco, durante a conferência de imprensa.

Os problemas relativos à construção de centrais nucleares espanholas junto às fronteiras portuguesas, ou na proximidade de rios que correm para Portugal, vão ser objecto de consultas regulares e constante troca de informações entre as autoridades competentes dos dois países.

Esta foi uma das conclusões da reunião luso-espanhola sobre Ordenamento Físico e Ambiente, que se realizou em Lisboa, e cujos resultados foram divulgados, em conferência de imprensa, pelo secretário de Estado português do Ordenamento Físico, Recursos Hídricos e Ambiente, Morais Barroco, e pelo subsecretário de Estado espanhol de Ordenamento do Território e do Meio Ambiente, Eduardo Merigó.

Aspectos relativos às ligações rodoviárias e ferroviárias, portos e gestão integrada das bacias hidrográficas, no âmbito do ordenamento territorial, além de matérias respeitantes ao meio ambiente, no quadro da defesa da qualidade de vida e do bem-estar das populações de ambos os países, constituíram os principais temas debatidos na referida reunião, a qual, segundo foi salientado na conferência de imprensa, decorreu «em extrema harmonia».

Num comunicado distribuído na ocasião salientava-se, a propósito destas conversações, o facto de Portugal e Espanha «fazerem parte de uma unidade geográfica bem definida e com características próprias», conduzindo «a uma interdependência e à consequente necessidade de uma cooperação activa». Para as duas delegações esta necessidade é ainda reforçada pela perspectiva de adesão dos dois países ibéricos à CEE.

Assim, as delegações decidiram recomendar aos respectivos Governos a criação de uma comissão mista luso-espanhola de Ordenamento do Território e Ambiente com o objectivo de estudar e propor soluções para os problemas acima enunciados. Foi recomendada, igualmente, a criação de sub-comissões e grupos de trabalho para o estudo de assuntos sectoriais considerados prioritários, designadamente a colaboração em projectos concretos de desenvolvimento em regiões fronteiriças e programas e experiências de ensino e informação sobre problemas do meio ambiente.

Os responsáveis dos dois países consideraram ainda prioritário o intercâmbio de experiências sobre estudos de estuários, no intuito de poderem vir a ser minimizadas as consequências de cheias anormais, em especial nos rios Douro e Tejo. Foi, aliás, salientado que o perfeito entendimento existente entre os serviços hídricos portugueses e espanhóis teve importância decisiva para minorar os efeitos devastadores das cheias que se verificaram em Portugal e Espanha no passado mês de Fevereiro. ■

PRESIDENTE DA REPÚBLICA CONDECOROU O GENERAL ALEXANDER HAIG

O general Alexander Haig, que abandonará em Junho pró-



ximo as funções de Comandante Supremo da NATO na Europa, deslocou-se ao nosso País para apresentar cumprimentos de despedida ao Presidente da República e às principais autoridades civis e militares portuguesas.

No jantar de homenagem que ofereceu ao general Haig, e que se realizou no Palácio de Queluz, o Presidente Eanes condecorou aquela alta patente com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo. Na alocução que proferiu, Ramalho Eanes enalteceu a figura do general Haig como responsável pelas forças aliadas e como «amigo de Portugal», afirmando que aquele militar procurou «assegurar às Forças

Armadas Portuguesas um auxílio real, de modo a que elas pudessem cumprir as suas missões no quadro da Aliança».

O Chefe de Estado referiria, por outro lado, que o reconhecimento da validade da política de desanuviamento e a defesa permanente de soluções negociadas para todas as situações de conflito, «não impedem,

antes exigem, a manutenção de todos os compromissos de Portugal, assumidos em função do equilíbrio europeu, e a sua plena integração na Aliança Atlântica».

Em resposta, Alexander Haig declarou que a referida condecoração tinha para si «uma especial importância» por lhe ter sido imposta pelo general Ramalho Eanes, cuja figura de «líder e defensor da democracia» elogiou, realçando a forma como o Presidente português tem sabido rejeitar «os extremismos de esquerda ou de direita» no exercício do seu mandato.

RELAÇÕES LUSO-FRANCESAS

Uma delegação do Senado Francês visitou durante quatro dias o nosso País, tendo efectuado contactos com as autoridades portuguesas e debatido diversas questões de interesse bilateral.

Durante a sua estada em Lisboa, os senadores franceses — pertencentes ao grupo de amizade franco-português — tiveram reuniões com o Primeiro-ministro, o vice-primeiro-ministro para os Assuntos Económicos e o ministro dos Negócios Estrangeiros, e avistaram-se com o presidente da Assembleia da República e com dirigentes dos grupos parlamentares. Os visitantes foram igualmente recebidos, nos Paços do Concelho, pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, participando ainda num encontro com economistas portugueses e membros do conselho de gestão do Banco Português do Atlântico. Depois de uma visita aos estaleiros navais da Lisnave, a delegação francesa teve uma reunião com os presidentes dos municípios de Setúbal, Barreiro, Almada e Sesimbra.

Questões como o denominado «projecto Renault», a televisão a cores, a tecnologia nuclear, o ingresso de Portugal na CEE e a actual situação económica do nosso País, constituíram os principais temas abordados, num plano de troca de informações, pelos membros do Senado Francês no decurso desta série de contactos.

Comentando os resultados desta visita, em declarações ao jornal «Diário de Notícias», o senador Robert Pontillon — que chefiou a delegação — afirmou que a mesma se realizara no âmbito das relações de amizade entre os dois povos e que o grupo não estava encarregado de qualquer missão concreta relacionada com os contactos oficiais entre os Governos de ambos os países. Saliendo que «Portugal precisa de ser explicado em França» e que é

importante um conhecimento directo da realidade portuguesa, Robert Pontillon acrescentou: «Nós assumimos a obrigação de dar a conhecer melhor este País, e de desenvolver o enorme capital de simpatia de que dispõe, e que, aliás, é comum».

O senador francês disse ainda que o grupo que chefiou apoiará todas as iniciativas que apontem para uma intensificação das relações entre a França e Portugal, e para o incremento das trocas culturais, económicas e técnicas entre os dois países, desenvolvendo acções, a nível parlamentar, que possam facilitar as relações bilaterais, particularmente quanto a questões referentes aos problemas dos emigrantes portugueses.

Condecoração francesa para combatente português da I Grande Guerra

Em cerimónia realizada no Mosteiro da Batalha, o capitão reformado Manuel de Sousa, combatente da Primeira Grande Guerra, foi agraciado com a Cruz de Cavaleiro da Legião de Honra de França, que lhe foi imposta pelo chefe do Estado-Maior do Exército Francês, general Jean Lagarde.

O capitão Manuel de Sousa, hoje com 84 anos, junta esta condecoração francesa a muitas outras com que foi distinguido por feitos em combate, na frente da Flandres, durante a Primeira Grande Guerra.

Após esta cerimónia, o chefe do Estado-Maior do Exército Francês, acompanhado pelo seu homólogo português, general Pedro Cardoso, depôs uma coroa de flores no túmulo do Soldado Desconhecido, visitando posteriormente o Mosteiro da Batalha.

Durante a sua estada no nosso País, Jean Lagarde — acompanhado pelos oficiais franceses que integravam a sua comitiva — deslocou-se a diversas unidades militares portuguesas, tendo assistido, no campo militar de Santa Margarida, ao desfile da 1.ª Brigada Mista Independente (Brigada NATO).



PROGRAMA DE RÁDIO **DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS** **ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO** **PARA EMIGRANTES**

**FREQUÊNCIAS E HORÁRIOS DO PROGRAMA RADIOFÓNICO «PORTUGAL-78»
DIFUNDIDO PELA RDP EM ONDAS CURTAS:**

EUROPA -4.^{AS} FEIRAS -19.15 h /19.30 h (TMG)
freq.: 6025 KHz e 9740 KHz

VENEZUELA-5.^{AS} FEIRAS -0.45 h /1.00 h (TMG)
freq.: 11875 KHz

E. U. A. -4.^{AS} FEIRAS -4.15 h /5.00 h (TMG)
freq.: 5025 KHz

**A RDP ESTÁ A ENVIDAR ESFORÇOS NO SENTIDO DE OBTER UMA MELHOR
COBERTURA PARA O BRASIL E CANADÁ, A CURTO PRAZO.**

EMPRÉSTIMOS NORTE-AMERICANOS PARA PROJECTOS SOCIAIS

Em cerimónia realizada no Ministério das Finanças e do Plano, o Embaixador dos Estados Unidos da América em Lisboa, Richard Bloomfield, entregou ao vice-primeiro-ministro, Jacinto Nunes, um conjunto



O embaixador Richard Bloomfield entrega ao prof. Jacinto Nunes as participações relativas ao empréstimo dos EUA ao nosso País.

de cheques no valor aproximado de 263 mil contos, constituindo participações referentes ao empréstimo acordado entre os Estados Unidos e Portugal, em 1977, com um juro de 5 por cento, reembolsável em vinte anos e com um período de moratória de cinco anos.

A citada verba destina-se a financiar um programa de construção de escolas preparatórias e secundárias, sistemas de saneamento básico, centros de saúde e habitações sociais nas zonas rurais mais carecidas desse tipo de infra-estruturas.

Na ocasião, Richard Bloomfield recordou que, ao abrigo do programa luso-americano de cooperação económica, estabelecido em 1975, os Estados Unidos participaram na concretização de numerosos projectos de âmbito social no nosso País, e manifestou a esperança de que «através do apoio constante nestas áreas tão impor-

tantes para o melhoramento da qualidade de vida dos cidadãos portugueses mais desfavorecidos, os Estados Unidos possam continuar a contribuir para o fortalecimento e solidez da democracia portuguesa».

Ao agradecer ao embaixador americano, Jacinto Nunes realçou o apoio concedido pelos EUA, que permitiu atenuar «algumas das principais dificuldades que enfrenta a economia portuguesa», com destaque para o financiamento de infra-estru-

turas sociais, para a aquisição de produtos agrícolas e para o apoio directo à balança de pagamentos. Segundo afirmou o vice-primeiro-ministro, os empréstimos e doações dos Estados Unidos a Portugal ascenderam, nos últimos anos, a cerca de 48 milhões de contos.

COOPERAÇÃO ENTRE PORTUGAL E A ALEMANHA FEDERAL

Portugal deverá receber este ano cerca de 320 mil turistas da Alemanha Federal, segundo informou a Anop, na sequência da visita que o secretário de Estado do Turismo, Licínio Cunha, efectuou à RFA.

Se esta previsão se vier a concretizar, haverá um aumento da ordem dos 20 por cento no número de entradas de turistas daquele país, em relação ao

ano transacto. As autoridades portuguesas esperam também um aumento significativo de investimentos por parte dos operadores turísticos da Alemanha Federal.

Durante a sua estada na RFA, onde participou na Feira Mundial de Turismo, Licínio Cunha teve oportunidade de contactar representantes dos Governos de Espanha, França, Mónaco, Itália, Chipre e Jugoslávia, com vista à realização de uma conferência sobre o turismo na área mediterrânica.

Aquele membro do Governo participou ainda, acompanhado pelo secretário regional dos Açores para os Transportes e Turismo, numa reunião de trabalho — realizada na Embaixada de Portugal em Bona — com dirigentes de diversas instituições bancárias alemãs e altos funcionários dos Ministérios da Economia e dos Negócios Estrangeiros da RFA.

Investimentos alemães em Portugal

Portugal e a Alemanha Federal assinaram, em Lisboa, um acordo que estabelece normas para os futuros investimentos alemães no nosso País.

Nos termos desse acordo, os investidores alemães passam a ter a garantia de uma maior segurança no julgamento de eventuais conflitos — que transitarão para o foro internacional —, ficando salvaguardados os seus interesses em casos de mutações políticas violentas ou de nacionalizações e expropriações. Por seu turno, o Governo de Bona compromete-se a apoiar os investimentos alemães em Portugal.

GOVERNADOR DO BANCO DE INGLATERRA EFECTUOU CONTACTOS EM LISBOA

A visita que o governador do Banco de Inglaterra, «sir» Gor-

don Richardson, efectuou à capital portuguesa «insere-se no quadro normal dos contactos de rotina entre os bancos centrais de diversos países e, neste caso, do Banco de Portugal com o seu homólogo de Inglaterra, o que não será de estranhar quando se sabe que as relações económico-financeiras entre os dois países vêm desde há longo tempo, e sempre foram das mais importantes no quadro das nossas relações com os mercados de capital», declarou o dr. Silva Lopes, governador do Banco de Portugal, ao matutino «Diário de Notícias».



«Sir» Gordon Richardson, governador do Banco de Inglaterra.

No decurso da citada visita, «sir» Gordon Richardson teve conversações «sobre assuntos de carácter genérico», no âmbito da actividade financeira, com o dr. Silva Lopes e com o ministro das Finanças e do Plano, prof. Jacinto Nunes, e foi convidado de honra num jantar promovido pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Britânica, onde proferiu uma conferência sobre o Sistema Monetário Europeu, suas características e implicações nas economias dos países da CEE.

Deputados portugueses visitaram a Grã-Bretanha

Uma delegação da Assembleia da República esteve recentemente na Grã-Bretanha, a convite do Parlamento deste país. Chefiada por António Arnaut (PS), um dos vice-presidentes da Assembleia, esta delegação era constituída por 3 deputados do PS, 2 do PSD, 1 do CDS e 1 do PCP.

«AIR PORTUGAL»: NOVA DESIGNAÇÃO E NOVA IMAGEM PARA A TAP

«Air Portugal» é a nova designação adoptada pelos Transportes Aéreos Portugueses, cuja identificação visual será igualmente modificada, segundo foi anunciado, em conferência de imprensa, pelo director dos serviços de relações públicas da empresa, Mário Félix.

Com efeito, as novas cores da transportadora aérea nacional são o verde e o vermelho, que irão figurar nos aviões, nas frotas de superfície, no equipamento de placa, nas lojas e escritórios, nos impressos e documentos da companhia e, também, nos uniformes das assistentes de terra e de bordo.

O primeiro avião a apresentar-se com a nova identificação visual será um «Boeing 727», recentemente adquirido, que deverá chegar a Portugal em Julho próximo. A implantação total deste projecto levará, em conformidade com as previsões, cerca de três anos a completar.

O grupo técnico encarregado destas alterações salientaria, de entre as vantagens que poderão advir desta medida, o aumento de penetração nos mercados tradicionais, uma mais rápida

e melhor identificação da companhia — através, nomeadamente, da utilização do nome do País e das cores da bandeira nacional — e o correspondente incentivo para os trabalhadores.

O projecto da nova imagem da TAP foi unanimemente aprovado pelo conselho de gerência, depois de ter sido debatido pelos serviços competentes e pelos órgãos representativos dos trabalhadores, os quais, na generalidade, se pronunciaram favoravelmente. Os objectivos essenciais deste projecto são modernizar, dinamizar e uniformizar a identificação visual da empresa e, ao mesmo tempo, melhorar a comunicação com os públicos diferenciados dos países em que opera.



O novo logotipo da transportadora aérea nacional e, à esquerda, a nova imagem dos aviões da companhia.

PORTUGAL E CANADÁ

Portugal apresentou ao Governo do Canadá uma proposta de cooperação relativa à pesca nos mares daquele país. A aceitação desta proposta «seria uma forma de diminuir o risco de desemprego» para os profissionais portugueses do sector, segundo declarou à Anop o comandante António Gaspar, da Secretaria de Estado das Pescas, que tem participado nas reuniões bilaterais.

«A frota bacalhoeira portuguesa tem neste momento barcos a mais e, tendo em conta as actuais quotas de pesca concedidas ao nosso País, as auto-

ridades portuguesas apresentaram ao Governo canadiano uma proposta que visa a captura de 6 mil toneladas de bacalhau, dentro de uma quota canadiana, destinadas a fábricas de processamento daquele país», acrescentou o comandante António Gaspar.



Comandante António Gaspar.

Com este acordo, «os responsáveis pelas pescas portuguesas — prosseguiu — desejam melhorar a operacionalidade da frota bacalhoeira e, ao mesmo tempo, garantir trabalho, se possível, ao longo de todo o ano, e melhorar as remunerações dos pescadores».

As quotas de pesca atribuídas a Portugal, para este ano, no Noroeste do Atlântico, dentro e fora da zona económica do Canadá, permitem a captura de 21.900 toneladas de bacalhau e de 9.205 toneladas de outras espécies. No ano passado, a quota de bacalhau atribuída ao nosso País, na mesma área, foi inferior em 500 toneladas.

Para a captura das quotas atribuídas a Portugal, naquela zona, estão licenciados 56 navios mas, em regra, não operam mais do que 45, aproximadamente, em virtude de várias unidades estarem a ser alvo de grandes transformações e reparações.

Visita de professores canadianos

Um grupo de professores canadianos esteve de visita ao

nosso País, tendo como objectivo analisar directamente as realidades do ensino português. No MEIC, os visitantes contactaram o Serviço de Ensino Básico e Secundário de Português no Estrangeiro.

Helena de Oliveira, directora do Centro Luso-Canadano de Toronto, que também se deslocou a Portugal, afirmou ao jornal «Correio da Manhã» que o referido grupo ficara particularmente bem impressionado com esta visita, que incluiu ainda uma estadia de alguns dias na Madeira.

Recorde-se que, em Toronto, onde o ensino da língua portuguesa é já ministrado nas escolas oficiais, meia hora por dia, várias associações e instituições portuguesas têm feito um grande esforço nesse domínio, procurando corresponder às necessidades da nossa comunidade ali residente. Nesse sentido o Centro Luso-Canadano, por exemplo, assegura duas horas diárias de aulas de português para crianças em idade escolar que, paralelamente, frequentam as escolas oficiais. Actualmente aquele Centro conta com a afluência de mais de 700 alunos nos referidos cursos.

ACORDO CONSULAR LUSO-MEXICANO

Portugal e o México celebraram um acordo de âmbito consular que estabelece a abolição de vistos nos passaportes comuns.

Assim, os cidadãos portugueses e mexicanos podem agora entrar e permanecer no México e em Portugal, respectivamente, por um período não superior a três meses, sem necessidade de obtenção prévia de autorização consular.

O convénio foi assinado, em Lisboa, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas Cruz, e pelo embaixador do México na capital portuguesa, Carlos Gonzalez Parrodi.

DESENVOLVIMENTO DA COOPERAÇÃO ENTRE PORTUGAL E S. TOMÉ E PRÍNCIPE



O primeiro-ministro de S. Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada, que esteve de passagem por Lisboa, após uma visita oficial à Jugoslávia, foi recebido em audiência pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, e pelo chefe do Governo português, prof. Mota Pinto.

Falando aos jornalistas, no final desta última reunião, Miguel Trovoada declarou que a mesma permitira «um balanço, embora breve, das relações existentes entre os nossos dois países». Neste encontro, os dois chefes de Governo analisaram igualmente as possibilidades de «desenvolver e consolidar, ainda mais, as relações de cooperação e amizade» entre os povos de Portugal e de S. Tomé e Príncipe. A este propósito, Miguel Trovoada salientaria à imprensa que existe um «desejo de cooperação» por parte de ambos os Governos, o qual «irá traduzir-se na prática, não só no aumento do número de cooperantes e sua diversificação, mas explorando, também, outros domínios que até agora não foram tratados». O ensino, a construção e a formação profissional são os sectores onde poderá vir a verificar-se, a curto prazo, um desenvolvimento da cooperação bilateral. «O que é preciso», acrescentou o primeiro-ministro santomense, «é que ambas as partes se encontrem e estudem correctamente todas as possibilidades».

COMISSÃO PARA A INTEGRAÇÃO EUROPEIA

O eng. Pedro Pires Miranda foi empossado pelo Primeiro-ministro nas funções de presidente da Comissão para a Integração Europeia, substituindo neste cargo o dr. Vitor Constâncio. Ao acto assistiram o vice-primeiro-ministro para os Assuntos Económicos e os titulares das pastas da Administração Interna, Indústria e Tecnologia, Negócios Estrangeiros e Comunicação Social, bem como funcionários da referida Comissão.

Na breve alocução que pronunciou na cerimónia, o prof. Jacinto Nunes sublinhou a importância da «nossa opção europeia», considerando-a decisiva, tanto no plano político como no económico. Depois de recordar a complexidade das negociações com a Comunidade Económica Europeia, Jacinto Nunes acentuaria a necessidade de adaptação das estruturas internas com vista à adesão à CEE, referindo a propósito, «o

esforço para mobilizar as estruturas administrativas para a orientação que têm de imprimir à vida económica do País». Nesse sentido, o vice-primeiro-ministro formulou um apelo à colaboração e participação das associações patronais e sindicais em acções tendentes a minimizar os eventuais prejuízos resultantes da futura integração de Portugal na Comunidade, «os quais serão compensados pelas maiores vantagens que para nós advirão».

Por último, Jacinto Nunes salientou o «papel relevante» que o Ministério dos Negócios Estrangeiros tem vindo a desempenhar em todo o processo de adesão, e agradeceu o trabalho desenvolvido pelos anteriores presidentes da Comissão — Silva Lopes e Vitor Constâncio — e por todos os seus funcionários.

Falando a seguir, Pires Miranda — que foi ministro do Comércio no III Governo Constitucional — afirmou-se consciente da complexidade das tarefas que assumiu e considerou a integração na CEE como «um projecto da maior importância para o futuro democrático do País e para a maneira de viver do povo português».



O eng. Pires Miranda, ladeado pelo Primeiro-ministro, discursa na cerimónia em que foi empossado no cargo de presidente da Comissão para a Integração Europeia.

RTP PARTICIPA NA PRODUÇÃO DA SÉRIE «O CONDE DE MONTE CRISTO»

A Radiotevisão Portuguesa assinou com o grupo Europa Filmes um contrato de co-produção de uma série filmada, baseada no célebre romance «O



Uma imagem da série «O Conde de Monte Cristo»; em baixo, o director de fotografia, António Escudeiro, troca impressões com o actor principal, durante as filmagens realizadas no Teatro de S. Carlos, em Lisboa.

Conde de Monte Cristo», da autoria de Alexandre Dumas.

A RTP entrou, assim, nos domínios da co-produção internacional e, consequentemente, nos mercados cinematográficos de séries destinadas à televisão, processo de trabalho que, cada vez mais, tem vindo a ser adoptado pelas estações de TV e pelas empresas interessadas em

investir neste importante meio de comunicação social.

A série «O Conde de Monte Cristo» está, pois, a ser parcialmente rodada no nosso País, utilizando, em grande parte, artistas e técnicos portugueses e grande abundância de cenários naturais.

A Europa Filmes, grupo que integra conhecidas empresas produtoras alemãs, italianas e espanholas, bem como a terceira cadeia da TV francesa (a FR-3), propôs o cineasta francês Denys de la Patellière para assumir a realização da série,

ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO SENEGAL



Presidente Leopold Senghor.

O Governo senegalês decidiu incluir a língua portuguesa como disciplina de opção em todas as escolas secundárias do país, segundo noticiou a Anop. Paralelamente, um departamento autónomo de estudos portugueses passará a funcionar na Faculdade de Letras da Universidade de Dacar.

Estas duas medidas enquadram-se num projecto do Governo senegalês, já em fase de execução, e cujo principal objectivo — como assinalou o presidente Leopold Senghor durante a sua recente estada em Lisboa — é o de incrementar a difusão da língua e da cultura portuguesa naquele país africano.

Recorde-se que no sul do Senegal, especialmente na região de Casamanca — onde há ainda muitos vestígios da presença portuguesa dos séculos XVI e XVII —, uma parte significativa da população utiliza normalmente o dialecto crioulo, derivado do português arcaico e igualmente falado em Cabo Verde e na Guiné-Bissau.

Por outro lado, há no Senegal, nomeadamente em Dacar e São Luís, uma numerosa comunidade cabo-verdiana (cerca de 40 mil pessoas) que fala o crioulo e à qual se destinam, aliás, os programas regularmente emitidos nesse dialecto pela rádio senegalesa.

A língua portuguesa era até agora ensinada, como disciplina de opção, apenas nalgumas es-

colas senegalesas. Com o projectado alargamento de ensino, o português fica equiparado ao inglês, em termos de importância, como língua estrangeira.

Ao nível universitário, o ensino da língua e da cultura portuguesa estava anteriormente a cargo de uma secção de estudos ibero-americanos da Faculdade de Letras de Dacar, passando agora a depender do referido departamento autónomo.

PRÊMIO EUROPEU PARA O MUSEU NACIONAL DO TRAJO



O Conselho da Europa atribuiu um «Prémio Especial» ao Museu Nacional do Trajo. Através deste galardão, o referido organismo europeu distingue, em cada ano, as instituições que mais tenham contribuído para enriquecer o património museológico, a nível nacional e internacional.

Dos 38 museus, de 15 países, que concorreram, foram galardoados oito, «ex-aequo», com o «Prémio Especial», entre os quais o Museu Nacional do Trajo. O «Primeiro Prémio» foi alcançado pelo Museu de Arte Moderna, de Louisiana (Dinamarca).

Estas distinções atribuídas pelo Conselho da Europa têm em conta, como factor de especial importância, «a capacidade de empreendimento e o sentido de responsabilidade social dos organizadores dos museus».

DIVULGAÇÃO DA OBRA DE FERNANDO PESSOA NO BRASIL

O secretário de Estado da Cultura, David Mourão-Ferreira deslocou-se recentemente ao Brasil, para participar no lançamento do livro «Cartas de Amor de Fernando Pessoa».

Em declarações aos jornalistas, ao regressar a Lisboa, aquele membro do Governo afirmou que Fernando Pessoa continua a ser um dos autores portugueses mais lidos, difundidos e estudados no Brasil, constituindo a sua obra — tal como a de Eça de Queiroz — «o melhor elo de ligação entre os povos dos dois países». «Nas várias Faculdades de Letras do Rio de Janeiro, e são oito, é grande o número de trabalhos já realizados e em curso de realização sobre a obra de Fernando Pessoa», salientou ainda David Mourão-Ferreira.

A atestar tal realidade, o secretário de Estado recordou que, no primeiro dia da sua estada no Brasil, depois de ter apresentado o livro «Cartas de Amor de Fernando Pessoa», no Liceu Literário Português, procedeu, durante mais de três horas, a uma sessão de autógrafos em que, juntamente com Maria

da Graça Queiroz — co-autora da referida obra —, assinou centenas de volumes.

As duas conferências proferidas por David Mourão-Ferreira, a primeira na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e a segunda no Palácio de São Clemente — onde a actriz Fernanda Meireles, filha da poetisa Cecília Meireles, leu poemas de Pessoa —, tiveram larga repercussão na imprensa diária brasileira.

Como curiosidade, refira-se que a actriz Fernanda Meireles manifestou ao secretário de Estado da Cultura o seu interesse em vir a Portugal apresentar um espectáculo que já realizou em universidades norte-americanas — designadamente na Brown University, conforme tivemos ocasião de noticiar —, integralmente preenchido com a leitura de poemas de sua mãe.

Lançamento de um Instituto Português

O Ministério da Educação e Investigação Científica vai estudar, em colaboração com a Embaixada de Portugal no Brasil,

o lançamento de um Instituto Português destinado a manter uma actividade cultural sistemática naquele país.

A iniciativa destina-se, primordialmente, a aproveitar as visitas de intelectuais portugueses ao Brasil, previstas no acordo cultural celebrado entre os Governos de Lisboa e Brasília,

blicado no jornal oficial, prevê que do referido estudo venha a resultar a fundação de uma instituição comparável a outras do mesmo tipo que países estrangeiros criaram com objectivos semelhantes. Um primeiro relatório sobre o assunto deverá estar concluído no próximo mês de Agosto.

e poderá contar com o apoio da comunidade portuguesa ali radicada.

Um despacho conjunto dos ministros da Educação e dos Negócios Estrangeiros, já pu-

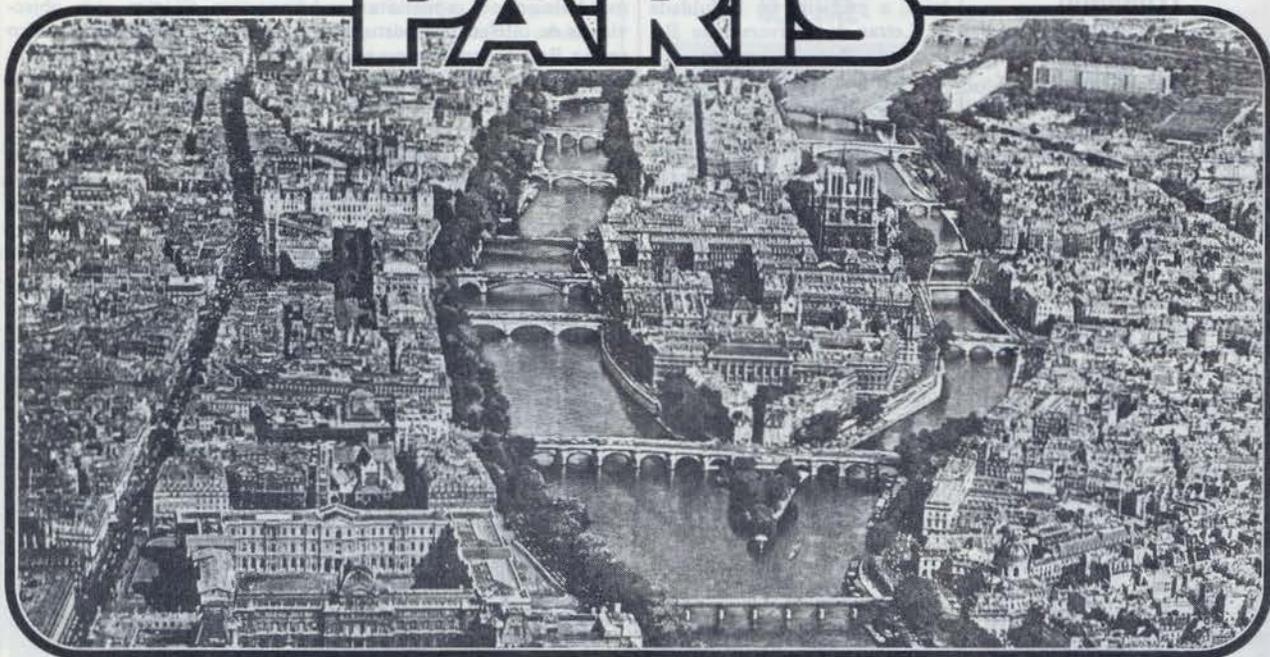


Fernando Pessoa no Café Martinho da Arcada, em Lisboa, um dos locais habitualmente frequentados pelo poeta.

Estamos também aqui para o apoiar nos seus negócios

Há já quatro anos que a Sucursal BPA em Paris vem contribuindo para o desenvolvimento das relações económicas e financeiras entre Portugal e a França
E apoiando, também, os Emigrantes Portugueses que trabalham não só em Paris, como em toda a França

PARIS



Há já muito tempo, também, uma Agência BPA vem servindo os nossos Compatriotas que trabalham ou residem em

VILLIERS-SUR-MARNE

A partir de agora, mais uma Agência BPA em França

CRETEIL

fica ao dispor dos muitos milhares de Emigrantes Portugueses que vivem numa das mais modernas e populosas localidades da Região Parisiense

BPA



BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO



Balcões na Região de Paris

SUCURSAL-5, Rue Auber (à Opéra), 75009-PARIS - Telef. 073.24.65 - Telex 220456
AGÊNCIA DE VILLIERS-55, Av. du Général de Gaulle, 94350-VILLIERS-SUR-MARNE - Telef. 304.37.34
AGÊNCIA DE CRETEIL-53, Rue du Général Leclerc, 94000-CRETEIL - Telef. 899-2176

ACORDO LUSO-FRANCÊS SOBRE EMIGRAÇÃO CONTINUARÁ A SER APLICADO



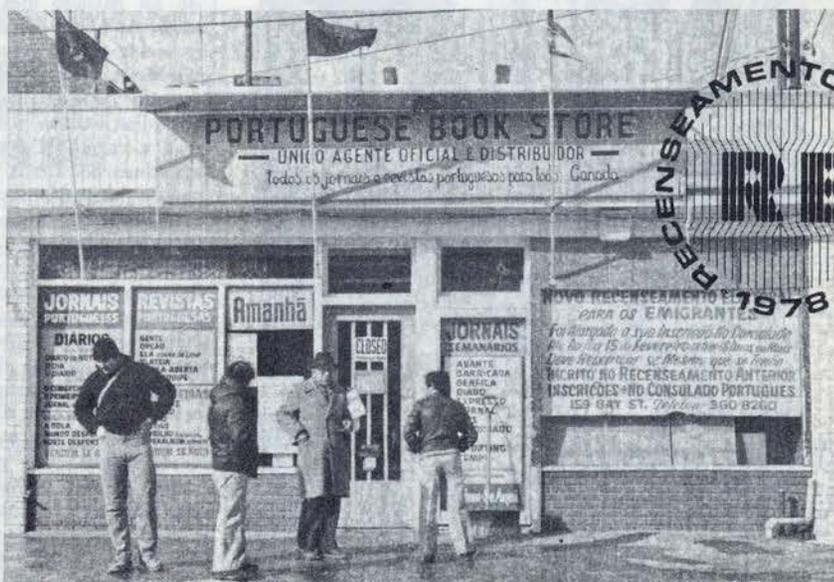
Lionel Stoléru.

Os trabalhadores portugueses não serão afectados pelas novas medidas que o Governo francês vai decretar no domínio da imigração, garantiu formalmente o secretário de Estado para os Trabalhadores Imigrados, Lionel Stoléru, após uma reunião, em Lisboa, com o seu homólogo português, Paulo Ennes.

Em declarações aos jornalistas, no final desse encontro — realizado no Ministério dos Negócios Estrangeiros —, Lionel Stoléru acentuaria que o seu Governo tem respeitado «leal e rigorosamente» o Acordo luso-francês sobre Emigração, revelando, por outro lado, que em relação às licenças de trabalho e estadia dos emigrantes portugueses, as autoridades francesas tencionam seguir os mesmos critérios que aplicam aos trabalhadores provenientes dos países membros da CEE, uma vez que Portugal apresentou já a sua candidatura ao ingresso na Comunidade.

O secretário de Estado francês recordou, a propósito, que, em diversas ocasiões, o presidente Valéry Giscard d'Estaing se referiu à importância da comunidade portuguesa residente em França, e se manifestou pessoalmente empenhado na resolução de alguns dos problemas que afectam os nossos emigrantes. ■

RECENSEAMENTO ELEITORAL DOS PORTUGUESES RESIDENTES NO ESTRANGEIRO



As diversas comissões de recenseamento eleitoral que funcionaram no estrangeiro, junto dos maiores núcleos de emigrantes portugueses, registaram um total de 119.063 inscrições, de acordo com os últimos dados divulgados. Este número corresponde a um acréscimo de 13.335 inscritos em relação ao recenseamento eleitoral anterior, realizado em 1976, no qual, recorde-se, se inscreveram 105.708 portugueses residentes no estrangeiro.

A França, com 26.301 eleitores recenseados (mais 2.606 do que em 1976), foi o país onde se registou um maior número de registos um maior número de inscrições (22,09 por cento do total), seguindo-se a Alemanha Federal, com 20.612 (menos 5.082), o Brasil, com 14.373 (mais 3.344) e a África do Sul, com 13.184 inscritos (menos 565). As restantes comissões decenseadoras registaram os seguintes números: Moçambique, 9.402; Estados Unidos, 7.882; Angola, 5.177; Canadá, 4.647; Grã-Bretanha, 2.875; Espanha, 2.062; Venezuela, 1.932; Bélgica, 1.730; Luxem-

burgo, 1.610; Rodésia, 1.435; Holanda, 1.302; outros países, 4.593 eleitores inscritos.

A imagem que publicamos refere-se à publicidade que a «Portuguese Book Store», de Toronto (Canadá), dedicou a este recenseamento eleitoral, colocando na sua montra principal um cartaz em que divulgava informação sobre o assunto. Iniciações como esta são dignas de todo o realce, merecendo ser apontadas como exemplo a todos os que, no estrangeiro, podem de algum modo contribuir para manter informada a comunidade portuguesa local sobre as realidades do País, constituindo um precioso e útil elo de contacto sobre os emigrantes e a Pátria. De salientar que a «Portuguese Book Store», situada na Nassau Street, próximo do mercado de Kensington, distribui numerosos jornais e livros didácticos portugueses, constituindo ponto de encontro obrigatório para muitos dos nossos compatriotas residentes em Toronto. ■

ESTATÍSTICAS DE EMIGRAÇÃO



Em 1978 registou-se uma diminuição no número de portugueses que emigraram, em comparação com o movimento registado no ano anterior.

Com efeito, segundo dados divulgados pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, enquanto em 1977 emigraram 28.758 indivíduos, em 1978 o número de emigrantes foi de 24.453, o que corresponde a uma diminuição na ordem dos 15 por cento.

Do total de 1978, 18.651 emigrantes saíram do País pelas vias legais, enquanto 5.802 emigraram clandestinamente. Desta forma, e comparando com o movimento registado no ano anterior para ambos os casos, verificou-se um aumento de 9,7 por cento para o primeiro caso, e uma redução sensível (50,7 por cento) para o segundo.

Entre os países mais pro-

curados pelos emigrantes portugueses salientam-se os Estados Unidos com 8.177 (6.748 em 1977), a Venezuela com 3.580 (3.613 em 1977), o Canadá com 1.871 (2.280 em 1977) e a França com 1.604 (1.435 em 1977). Isto no que respeita à emigração legal. Quanto à emigração clandestina, os 5.802 indivíduos que nessas circunstâncias saíram de Portugal, em 1978, emigraram na sua totalidade para França.

Por outro lado, no que respeita aos distritos de proveniência destas correntes migratórias, o de Lisboa, com 3.363 emigrantes, foi aquele que forneceu o maior contingente. Em ordem decrescente seguem-se os de Ponta Delgada com 3.182, Angra do Heroísmo com 1.225, Porto com 1.204, Aveiro com 1.154 e Viana do Castelo com 1.001 emigrantes. ■

ÁFRICA DO SUL

ESCOLA «LUÍS VAZ DE CAMÕES»

A Escola «Luís Vaz de Camões», a funcionar na cidade do Cabo, foi oficializada pelo Governo português.

O início das actividades escolares desta instituição verificou-se no passado mês de Fevereiro. As aulas são ministradas na escola oficial sul-africana de Woodstock, na Regent's Street, estando matriculados 114 alunos, distribuídos por oito turmas, a cargo de três professoras, duas das quais são pagas pelas autoridades portuguesas.

O ensino da língua e da cultura portuguesa vai ser alargado, entretanto, a outras áreas da cidade do Cabo, segundo noticiou o semanário «O Século de Joanesburgo». Para este efeito, os padres de Parrow puseram já à disposição da Escola «Luís Vaz de Camões» as instalações da sua paróquia, de modo a que estas possam ser utilizadas para o ensino da língua materna aos filhos dos emigrantes portugueses residentes nas áreas de Parrow, Bellville, Vasco e Goodwood.

«ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DO NATAL»

A «Associação Portuguesa do Natal» está empenhada na realização de um arrojado projecto que envolve a construção de um importante complexo social, recreativo e desportivo, o qual, a concretizar-se, como tudo leva a crer, constituirá uma obra notável ao serviço dos portugueses radicados neste país da África Austral.

O projecto deste complexo está avaliado em cerca de 500 mil randes, tendo o Governo português oferecido já 10 mil randes. Por outro lado, a «Associação Portuguesa do Natal» pensa que parte do complexo poderá vir a ser utilizada por toda a comunidade, dado que o

seu parque de campismo estará à disposição de todos aqueles que, em gozo de férias, se deslocarem à cidade costeira de Durban.

Para o efeito, e dada a importância de tal iniciativa, a referida Associação criou duas comissões: uma terá a seu cargo angariação de fundos, e a outra responsabilizar-se-á pelas obras que se irão processando.



José Teixeira Coutinho, presidente da Associação Portuguesa do Natal (foto do jornal «O Século de Joanesburgo»).

ALEMANHA FEDERAL

AUXÍLIO PARA AS VÍTIMAS DAS CHEIAS

Cinco associações de trabalhadores radicados na RFA vão comemorar, em Breuberg/Neustadt, a 9 e 10 de Junho próximo, o «Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas», revertendo os lucros das iniciativas para o auxílio das vítimas das inundações registadas em Portugal no passado mês de Fevereiro, na sequência dos violentos temporais que assolaram todo o País.

As referidas associações — Centro Português de Miltenberg, Clube Operário Português de Gross-Umstadt, Clube Português de Erbach, Grupo Desportivo de Darmstadt e Clube Português de Oenwald — programaram conjuntamente, para aquelas datas, a realização de diversas actividades culturais e desportivas.

BRASIL

«II CONGRESSO DOS PORTUGUESES DO BRASIL»

O presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, dr. Amadeu Pinto da Rocha, anunciou que se vai realizar, em data a divulgar oportunamente, o «II Congresso dos Portugueses do Brasil», para a organização do qual foi já nomeada uma comissão.

Entre os diversos assuntos que deverão vir a ser debatidos neste Congresso, figuram temas relacionados com o associativismo, comunicação social, carências da comunidade, Gabinetes de Leitura, agremiações de beneficência, regionalismo, centros de cultura e a unidade e solidariedade entre os portugueses residentes no Brasil.

CONCURSO «À PROCURA DE UM ARTISTA»

(FOTO - ROTEIRO)



O cantor Jorginho Portugal foi o vencedor do concurso «À Procura de um Artista», promovido pela agência de viagens «Munditur», com o apoio da TAP, da delegação portu-

guesa de Turismo no Brasil e do jornal «O Mundo Português».

Este concurso — que durou vários meses — tinha como objectivo revelar o melhor cantor ou cantora da comunidade luso-brasileira. Jorginho Portugal, que conquistou o título, venceu a finalíssima efectuada no amplo salão do Ginástico Português, tendo alcançado o máximo da pontuação atribuído pelo júri do concurso.

RANCHO FOLCLÓRICO MADEIRENSE

O «Rancho Típico Folclórico Madeirense do Morro de São Bento», formado há quatro anos na cidade brasileira de Santos, tem vindo a desenvolver uma meritória actividade de divulgação do folclore da Madeira, participando em festividades em todo o litoral do Estado de S. Paulo.

Em colaboração com a «Casa da Madeira» e com a Capela de Nossa Senhora da Assunção, aquele agrupamento tem, de igual modo, promovido periodicamente a comemoração das datas queridas à comunidade madeirense residente no referido Estado brasileiro.

O «Rancho Típico Folclórico Madeirense do Morro de São Bento» integra um grupo instrumental de 12 elementos e um grupo de danças composto por 12 pares de jovens, com idades compreendidas entre os 5 e os 18 anos.

BÉLGICA

FESTA DE EMIGRANTES EM BRUXELAS

Cerca de 3.500 trabalhadores portugueses, residente na Bélgica e noutros países da CEE, manifestaram o seu apoio e solidariedade à CGTP-Intersindical, durante uma festa que decorreu numa das maiores sa-

las do centro de Bruxelas, segundo noticiou a ANOP.

Nesta festa — que contou com a colaboração de mais de 30 associações portuguesas — actuaram Carlos do Carmo, José Jorge Letria, Fernando Tordo e uma parilha de palhaços, tendo-se registado uma intervenção do dirigente sindicalista Álvaro Rana, que foi particularmente ovacionado.

CANADÁ

REEMBOLSO DE IMPOSTOS PARA ORGANIZAÇÕES ETNOCULTURAIS

O ministro de Estado para o Multiculturalismo e o ministro das Finanças do Canadá anunciaram recentemente que o artigo 97012/1 da pauta aduaneira, respeitante a trajes típicos para organizações etno-

culturais, é retroactivo a 11 de Abril de 1978.

Aquele número da tarifa aduaneira prevê um desconto de 99 por cento ao imposto de importação sobre os referidos trajes, para organizações étnicas reconhecidas com «voluntárias» e «sem fins lucrativos». Esta notícia, inserida na última edição do jornal português «Sentinela», que se publica na cidade canadiana de Vancouver, tem particular interesse para as diversas associações da nossa comunidade ali residente, uma vez que aquelas importam, frequentemente, trajes regionais de Portugal, destinando-se os mesmos aos ranchos e grupos de folclore nacional.

Assim, para obtenção do reembolso ou redução da respectiva tarifa, os interessados devem estar munidos de um impresso de «Certificado de Importação K32A», que pode ser obtido junto das alfândegas canadianas.



A jovem Ana Carla Lobo, «miss» Comunidade Portuguesa da África do Sul, esteve em Portugal, durante alguns dias, a convite da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, da Secretaria de Estado do Turismo e da TAP.

Durante a sua estada em Lisboa, Ana Carla Lobo foi recebida pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, Paulo Enes, pelo presidente da Câmara Municipal, Aquilino Ribeiro Machado,

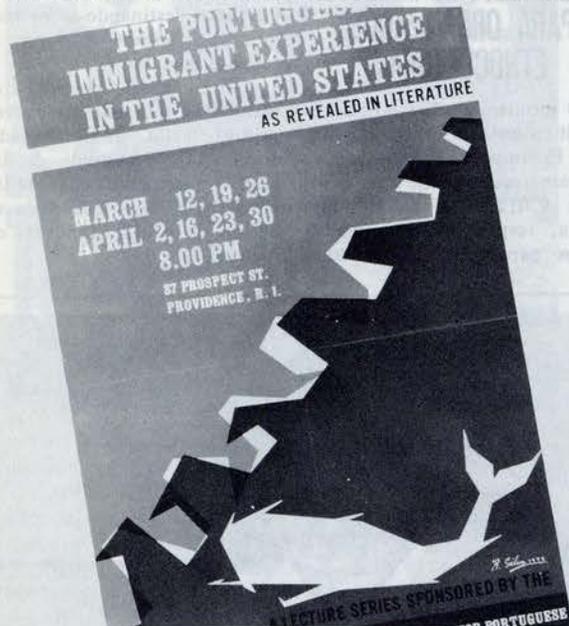
ESTADOS UNIDOS

OS EMIGRANTES
PORTUGUESES
NOS EUA
E A LITERATURA
LUSO-AMERICANA

O Centro de Estudos Portugueses e Brasileiros da Brown University, de Providence, em

primeira vez que o tema foi abordado com tal dimensão e âmbito, pelo que o referido programa de conferências e colóquios constituiu notável contributo para um estudo e um conhecimento mais aprofundado da comunidade portuguesa nos EUA e das incidências da experiência migratória no domínio da criação literária e artística luso-americana.

Além do escritor José Rodrigues Miguéis, há alguns anos residente em Nova Iorque, participaram nestas conferências e colóquios os professores Onésimo Teotónio de Almeida, Ca-



colaboração com o «Rhode Island Committee for the Humanities», realizou recentemente um programa de conferências e colóquios subordinados ao tema «A Experiência Imigrante Portuguesa na América, vista através da sua literatura».

Através desta iniciativa, o referido Centro de Estudos pretende promover um balanço da produção literária de imigrantes portugueses e seus descendentes, publicada nos EUA em inglês ou em português, e que, nos mais diversos domínios, reflecte a problemática da imigração.

De realçar que esta foi a

rolina Matos, Mário Raposo e Nelson H. Vieira, da Brown University, e os professores John Kerr (Northern Illinois University), Townsend Ludington (Universidade da Carolina do Norte), Alice Clemente (Smith College), Caetano V. Serpa (Cambridge High School), Eduardo Mayone Dias (Universidade da Califórnia) e Francisco Fagundes (Universidade do Massachusetts). O programa incluiu ainda uma sessão dedicada à «Cantiga ao Desafio sobre Imigração», na qual actuaram os cantores Jaime Shomeca, Mário Silva e João Machadinho.

FRANÇA

LIVRO SOBRE
A ACÇÃO CULTURAL
DOS EMIGRANTES
PORTUGUESES

A Associação «L'Oeil Étranger», com sede em Paris, vai publicar um livro dedicado à acção cultural desenvolvida pelos emigrantes portugueses que se encontram espalhados pelos cinco continentes.

Esta obra — que deverá ser editada durante o corrente ano — tem o apoio da UNESCO e incluirá contos, poemas, desenhos, fotografias, entrevistas e documentação diversa relativa à vida dos trabalhadores emigrados.

Todos os interessados em participar neste trabalho deverão enviar a sua colaboração para a seguinte direcção: Associação «L'Oeil Étranger»

Chez Manuel Madeira
12, rue Petit
75019 — Paris
França.

RANCHO FOLCLÓRICO
DE ALPIARÇA

O Rancho Folclórico de Alpiarça, que recentemente foi convidado a actuar no Brasil, deverá deslocar-se a França, em data próxima, para participar no Festival de Confolens, integrado no Ano Internacional da Criança. Este Rancho foi há pouco tempo visitado pela RTP, que filmou alguns dos seus números, com o objectivo de os apresentar num dos próximos programas da série «O Povo e a Música».

INGLATERRA

BOLETIM
INFORMATIVO

O Consulado de Portugal na capital britânica iniciou a publicação periódica de um «Bo-

letim Informativo» destinado à nossa comunidade ali residente, tendo como objectivo divulgar informações de utilidade prática, nomeadamente no que respeita aos vários actos consulares e suas formalidades, bem como noticiário sobre a actividade associativa das diversas agremiações portuguesas existentes na Grã-Bretanha. A publicação, que é mensal e distribuída gratuitamente, está também à disposição dos pais dos alunos em todos os postos de ensino de Português durante o período das aulas.

VENEZUELA

UMA NOVA
ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA

Deverá ser inaugurado proximamente um Centro Português na cidade venezuelana de El Tigre. A iniciativa conta com o apoio e colaboração da numerosa comunidade portuguesa ali residente, a qual, recorde-se, organizou, no ano passado, um desfile comemorativo do «Dia de Portugal», manifestação popular que conheceu grande sucesso e justificou elogiosos comentários por parte de entidades venezuelanas.



A foto que publicamos documenta um aspecto do referido desfile, no qual participaram várias crianças vestidas com trajes típicos nacionais.

CONVENÇÃO EUROPEIA DO TRABALHADOR MIGRANTE

Foi já publicado no «Diário da República» o texto da Convenção Europeia relativa ao Estatuto Jurídico do Trabalhador Migrante, diploma que fora aprovado quando se encontrava em funções o III Governo Constitucional.

Resultado de uma iniciativa do Conselho da Europa, a Convenção tem como objectivo «regulamentar a situação jurídica dos trabalhadores migrantes originários dos Estados membros» daquele organismo, de forma a assegurar-lhes, «em toda a medida do possível, um tratamento não menos favorável do que aquele de que beneficiam os trabalhadores nacionais do país de acolhimento, em tudo o

que respeita às condições de vida e de trabalho».

Assim, a Convenção — aprovada pelo Conselho da Europa em Novembro de 1977 — inclui, entre outras, disposições relativas às formas de recrutamento, direito de saída e de admissão, formalidades e procedimentos relativos ao contrato de trabalho, autorizações de trabalho e de residência, reagrupamento familiar, alojamento, ensino da língua materna do trabalhador migrante, condições de trabalho, transferências de poupanças, segurança social e assistência social e médica, acidentes de trabalho e doenças profissionais, impostos sobre o rendimento do trabalho, possibilidades de recurso às autoridades judiciais e administrativas do país de acolhimento, exercício dos direitos sindicais e participação na vida da empresa.

No texto da referida Convenção publicado no jornal oficial, considera-se também que «o objectivo do Conselho da Europa é realizar uma união mais estreita entre os seus membros, a fim de salvaguardar e de promover, no respeito pelos Direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais, os ideais e princípios que constituem o seu património comum e de favorecer o seu progresso económico e social». ■

VENDA DE MOEDA ESTRANGEIRA PARA DESPESAS DE VIAGEM E TURISMO

Apresentamos, a seguir, um resumo da Portaria n.º 650/78, que entrou em vigor nos finais do ano passado e que estabelece o conjunto de normas relativas à venda de notas e moedas estrangeiras para despesas de viagem e turismo. Este resumo contém os pontos que mais poderão interessar aos trabalhadores portugueses no estrangeiro.

1. Os residentes no continente e ilhas adjacentes e os emigrantes portugueses podem levar consigo, para despesas de viagem e de turismo, notas e moedas metálicas estrangeiras e outros meios de pagamento sobre o exterior, desde que esses meios de pagamento no seu conjunto, não excedam os seguintes limites anuais:

- a) Pessoas de idade igual ou superior a 18 anos 20 000\$00

- b) Pessoas de idade inferior a 18 anos, mas igual ou superior a 12 anos 15 000\$00
c) Pessoas de idade inferior a 12 anos 10 000\$00

2. A saída ou exportação de notas do Banco de Portugal ou de moedas metálicas nacionais é permitida até ao limite de 5000\$00 por pessoa e por viagem, quando tal quantia seja transportada por viajante de idade igual ou superior a 18 anos possuidores de passaporte.

3. As importâncias indicadas em 1. poderão ser utilizadas de uma só vez ou em parcelas.

4. O período de um ano referido em 1. decorre entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de cada ano.

5. As entidades públicas ou privadas que pela sua actividade tenham de enviar, com frequência, funcionários, gerentes ou empregados ao estrangeiro podem solicitar ao Banco de Portugal autorizações especiais para a venda de meios de pagamento sobre o exterior, válidas até cento e oitenta dias e nas condições que aquele Banco fixar caso a caso.

NOVO PRESIDENTE DA CAIXA DOS TRABALHADORES MIGRANTES



O dr. Mário Arnaldo da Fonseca tomou posse do cargo de presidente da comissão administrativa da Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, substituindo o dr. Vítor Melícias Lopes, que recentemente requererá a exoneração do mesmo cargo.

O novo presidente da CCSSTM foi nomeado com a incumbência de preparar e propor a legislação necessária à transformação daquela instituição no Departamento de Relação Internacionais e Convenções de Segurança Social, previsto em decreto-lei publicado em Dezembro de 1977. ■

6. As importâncias correspondentes a reservas de locação, simples ou com pensão, de quartos de hotéis, apartamentos e instalações de fins semelhantes, bem como a inscrição em cruzeiros turísticos, com exclusão, neste caso, dos encargos relativos ao transporte propriamente dito e a quaisquer outras despesas no âmbito de viagem de turismo, quando envolvam pagamentos ao estrangeiro, devem ser consideradas para efeito dos limites estabelecidos no n.º 1.

7. Os estrangeiros não residentes que à saída do País transportem consigo mais do que o equivalente a 20 000\$00 em moeda estrangeira, desde que não se trate de cartas de crédito, cheques ou «traveller's» cheques emitidos no estrangeiro em seu nome, devem fazer prova de que entraram no País com uma importância igual ou superior.

8. A prova a que alude o número anterior pode ser feita mediante apresentação do talão de venda dos meios de pagamento sobre o exterior que o viajante tenha feito a uma instituição de crédito portuguesa ou pela declaração que o viajante tenha preenchido ao entrar no País,

quando devidamente autenticada pelos serviços aduaneiros.

9. Como documento de prova de entrada de divisas que é, o talão de venda de moeda estrangeira deve ser guardado pelo viajante, o qual, quando tenha preenchido a declaração de entrada, pode exigir da instituição de crédito a quem vender notas estrangeiras, cheques e «traveller's» cheques expressos em moeda estrangeira, bem como o produto de ordens de pagamento, transferências bancárias, etc., a anotação na aludida declaração, a qual deve ser autenticada com carimbo e assinatura.

10. A venda a emigrantes e a correspondente saída ou exportação de meios de pagamento sobre o exterior, fora dos limites estabelecidos em 1., é permitida desde que o interessado apresente:

- o documento de venda, a uma instituição de crédito autorizada a exercer o comércio de câmbios, dos meios de pagamento que transportou consigo quando entrou no País;
- ou documento justificativo da transferência bancária efectuada durante a sua permanência no País;
- ou documento justificativo da transferência bancária efectuada nos trinta dias anteriores à sua entrada no País.

Estes valores, conjuntamente, constituem limite máximo para a venda e correspondente saída de meios de pagamento.

11. As vendas a residentes em território nacional ou a emigrantes portugueses de notas e moedas metálicas estrangeiras e outros meios de pagamento sobre o exterior, para os fins previstos nos n.ºs 1.º e 10.º, bem como as reservas ou inscrições e outras despesas a que alude o n.º 6.º, devem ser anotadas no passaporte dos respectivos interessados pelas instituições de crédito autorizadas a exercer o comércio de câmbio ou pelas agências de viagens e de turismo.

12. Os residentes em território nacional que adquiram meios de pagamento sobre o exterior para se deslocarem ao estrangeiro não poderão, com a mesma finalidade, efectuar novas aquisições de meios de pagamento externo ou utilizar os serviços a que se refere o n.º 6 da presente portaria sem que antes tenham realizado qualquer viagem ou, em alternativa, revendido os respectivos meios de pagamento a uma instituição de crédito autorizada a exercer o comércio de câmbios.

13. Com vista à verificação do condicionalismo estabelecido no anterior n.º 12, as autoridades aduaneiras devem apor

sempre no passaporte o respectivo carimbo de saída, através do qual possa ser comprovada a deslocação ao estrangeiro do respectivo titular.

14. As instituições de crédito que adquiram os meios de pagamento sobre o exterior indicados no anterior n.º 12, assim como os que tenham sobrado de viagens ao estrangeiro, devem anotar o seu contravalor em escudos no passaporte dos respectivos interessados.

15. Fora dos limites e condições estabelecidos nos n.ºs 1, 3, 6 e 10, a venda e saída ou exportação de notas e moedas metálicas estrangeiras e de outros meios de pagamento sobre o exterior, bem como a saída ou exportação de notas do Banco de Portugal e moedas metálicas nacionais, ainda que destinadas a despesas de viagem e de turismo, dependem de autorização especial e prévia do Banco de Portugal.

16. As autorizações a que se alude no número anterior devem ser solicitadas ao Banco de Portugal, através de uma instituição de crédito autorizada a exercer o comércio de câmbios, com uma antecedência de oito dias úteis sobre a data de início da respectiva viagem.

17. Ao conceder as autorizações referidas no número precedente, o Banco de Portugal pode impor condições para a utilização da moeda estrangeira adquirida e determinar que lhe sejam apresentadas provas do cumprimento dos condicionalismos estabelecidos.

18. Os viajantes, residentes ou não residentes, não podem transportar consigo, quando entrarem no País, mais do que 5000\$00 em notas do Banco de Portugal e moedas metálicas nacionais nem cheques sacados sobre contas de depósito em escudos domiciliados em Portugal. Os viajantes podem, contudo, entrar no País com cheques bancários e cheques de viagem em escudos.

19. Sempre que os viajantes não residentes ao entrarem em Portugal transportem consigo, em notas do Banco de Portugal e moedas metálicas nacionais, importâncias superiores a 5000\$00, podem usar da faculdade de as depositar em conta bancária, com a condição especial de o levantamento só ser autorizado ao próprio depositante e quando este sair do País.

Nos casos em que se mostre conveniente, os depósitos poderão ser efectuados no próprio posto aduaneiro.

20. A abertura ou manutenção de contas correntes e de quaisquer outras contas entre agências de viagens e de turismo nacionais e suas congéneres estrangeiras ou outras pessoas residentes no estrangeiro

fica sujeita a autorização especial e prévia do Banco de Portugal.

21. É proibido aos residentes no continente e ilhas adjacentes efectuarem pagamentos no estrangeiro, a não residentes, mediante saques sobre contas de depósito em escudos abertas em instituições de crédito domiciliadas em território nacional, bem como levarem consigo para o exterior cheques que permitam a efectivação de saques sobre as aludidas contas de depósito em escudos.

22. As infracções ao estabelecido na presente Portaria serão punidas nos termos do Decreto-Lei n.º 47.918, de 8 de Setembro de 1967, ou do Decreto-Lei n.º 630/76, de 28 de Julho, ou de legislação que os venha a substituir.

UTILIZAÇÃO DE PASSAPORTE ORDINÁRIO PARA EFEITOS DE EMIGRAÇÃO

(Decreto Regulamentar n.º 45/78, de 23 de Novembro, dos Ministérios da Administração Interna e dos Negócios Estrangeiros)

«Considerando a tendência para a adopção de um único tipo de passaporte;

Considerando que a concessão do passaporte ordinário se tem generalizado nos últimos tempos;

Considerando que nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira não existe qualquer diferença formal entre passaportes ordinários;

Considerando ainda a economia e a comodidade que para o emigrante resultam da utilização do passaporte ordinário de que seja titular;

Considerando, nesta linha, que deverá ser abolida a aposição das letras E ou T nos passaportes emitidos a favor de emigrantes, indo aliás ao encontro de um desejo por estes repetidamente manifestado;

O Governo decreta, nos termos da alínea c) do artigo 202.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Ao Decreto n.º 44 428, de 29 de Junho de 1962, é aditado um novo artigo 10.º, em substituição do que foi revogado pelo Decreto n.º 35/74, de 5 de Fevereiro, com a seguinte redacção:

Art. 10.º — 1 — O titular de passaporte ordinário que preencha os

requisitos indicados no artigo 4.º do presente diploma poderá utilizar esse passaporte para efeitos de emigração desde que obtenha junto das entidades competentes para a concessão de passaportes de emigrante, por averbamento, a necessária autorização.

2 — Para efeitos do número anterior será aposto no passaporte ordinário o averbamento «bom para emigrar com destino a...» (país para onde estiver autorizado a emigrar).

3 — O averbamento a que se refere o número anterior só será aposto em passaporte familiar quando todos os seus membros estiverem autorizados a emigrar.

4 — Este averbamento é gratuito.

Art. 2.º O artigo 13.º do Decreto n.º 44 428 passa a ter a seguinte redacção:

Art. 13.º Para os passaportes destinados a emigrantes será utilizado o impresso de passaporte ordinário.

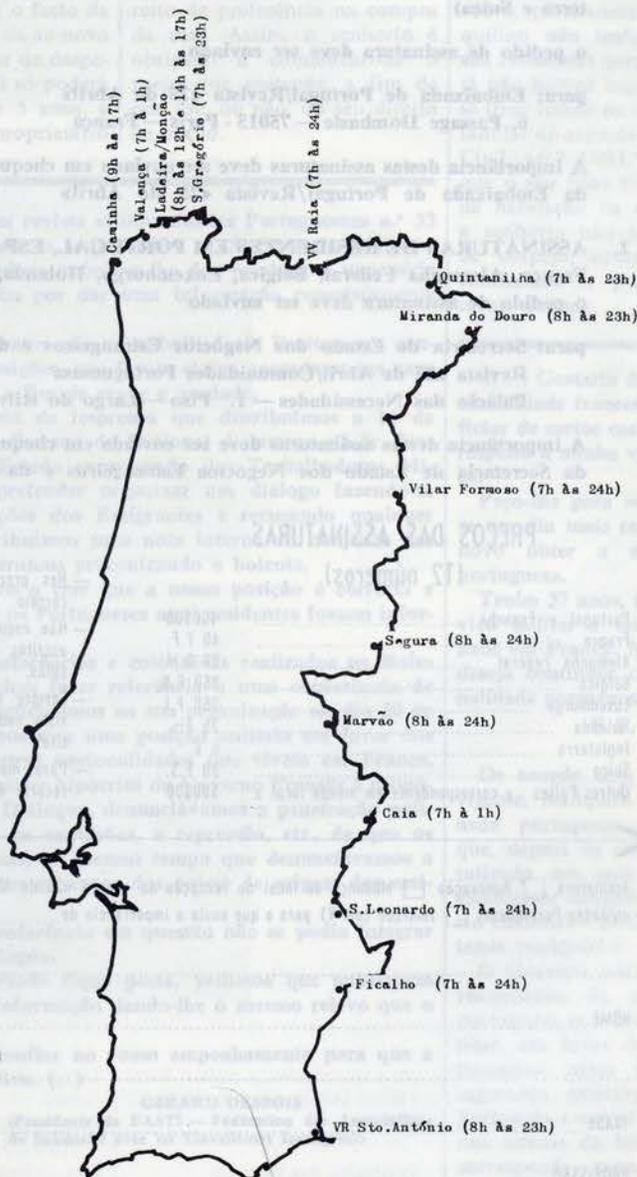
Art. 3.º O presente diploma entra em vigor dez dias após a sua publicação.

SISTEMA DE «POUPANÇA CREDITO» ALARGADO AOS AÇORES

A Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, a Caixa Económica da Ribeira Grande e a Caixa Económica da Misericórdia de Ponta Delgada foram superiormente autorizadas a participar no sistema de Poupança-Crédito instituído pelo Decreto-Lei n.º 540/76, de 9 de Julho.

As referidas Caixas podem agora, de igual modo, aceitar depósitos de emigrantes e equiparados, dado que ficaram plenamente integradas no esquema de empréstimos de Poupança-Crédito

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS FRONTEIRAS TERRESTRES (até 30 de Setembro)



ASSINE E DIVULGUE A REVISTA

«25 de Abril/Comunidades Portuguesas»

ASSINATURAS DA REVISTA «25 DE ABRIL/COMUNIDADES PORTUGUESAS»

A Revista «25 de Abril/Comunidades Portuguesas» é publicada mensalmente em duas tiragens simultâneas: uma delas, designada «Edição-Europa», é distribuída de Paris para os assinantes residentes em França, Alemanha Federal, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Inglaterra e Suíça; a outra edição é distribuída de Lisboa para o resto do Mundo.

Solicitamos, pois, que ao efectuar ou renovar a sua assinatura observe o seguinte:

1. ASSINATURAS DA «EDIÇÃO-EUROPA»

(para os leitores residentes em França, Alemanha Federal, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Inglaterra e Suíça)

o pedido de assinatura deve ser enviado

para: Embaixada de Portugal/Revista «25 de Abril»
6, Passage Dombasle — 75015 - Paris — França

A importância destas assinaturas deve ser enviada em cheque ou vale de correio passados em nome da Embaixada de Portugal/Revista «25 de Abril»

2. ASSINATURAS DE RESIDENTES EM PORTUGAL, ESPANHA E OUTROS PAÍSES (excluindo França, Alemanha Federal, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Inglaterra e Suíça).

o pedido de assinatura deve ser enviado

para: Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração
Revista «25 de Abril/Comunidades Portuguesas»
Palácio das Necessidades — 1.º Piso — Largo do Rilvas — 1300 Lisboa — Portugal

A importância destas assinaturas deve ser enviada em cheque ou vale de correio passados em nome da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração

PREÇOS DAS ASSINATURAS (12 números)

Portugal e Espanha	400\$00
França	40 F.F.
Alemanha Federal	20 D.M.
Bélgica	350 F.B.
Luxemburgo	350 F.L.
Holanda	25 Fls.
Inglaterra	5 £
Suíça	20 F.S.
Outros Países - o correspondente em moeda local a	500\$00

MUITO IMPORTANTE

- Nos preços das assinaturas estão incluídos os portes de correio.
- Não esquecer que o destinatário e o remetente devem ser escritos em letra bem legível, de preferência em maiúsculas.
- Sempre que mude de residência ou deseje receber a Revista noutra local, comunique-nos o mais rapidamente possível.
- Para maior facilidade preencha em letra bem legível e recorte este cupão:



Assinatura Renovação Mudança de local de recepção da revista «25 de Abril/Comunidades Portuguesas» (marque com X) para o que envio a importância de

NOME

IDADE

PROFISSÃO

MORADA

LOCALIDADE

PAÍS

ATENÇÃO

- Se reside em FRANÇA, ALEMANHA FEDERAL, BÉLGICA, LUXEMBURGO, HOLANDA, INGLATERRA ou SUÍÇA, envie este cupão para:
EMBAIXADA DE PORTUGAL
6, Passage Dombasle
75015-PARIS-FRANÇA.
- Se reside em PORTUGAL, ESPANHA ou outros países excluindo os mencionados acima, envie o cupão para:
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO
Palácio das Necessidades - 1.º Piso
Largo do Rilvas - 1300 Lisboa
PORTUGAL

Esta secção está aberta a todos os leitores. Na inserimos, total ou parcialmente, as cartas que nos são dirigidas e as respectivas respostas — elaboradas, quando necessário, pelos Serviços Técnicos da SENE, que, simultaneamente, se encarregam de responder directamente aos interessados —, sempre que as mesmas, pelos temas que abordam, possam eventualmente interessar a outros leitores. Toda a correspondência dirigida a esta secção deverá ser enviada para:

Revista «25 de Abril / Comunidades Portuguesas»
Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração
Palácio das Necessidades — 1.º Piso
Largo do Rivlav
1354 Lisboa CODEX
Portugal

«(...) Muito grata ficaria a V. Ex.^a se por intermédio dos Serviços Sociais de Emigração, entrassem em contacto com o meu senhorio no sentido de este ter mais um bocado de calma e paciência, aguardando o meu regresso, para eu poder tratar de arranjar onde pôr os meus haveres.

Tenho testemunhas em como o senhorio se comprometeu a arrendar-me a casa depois da morte do meu pai, e por isto mesmo assim vim com a família para Moçambique.

Note-se que nasci nessa casa, onde casei e onde me nasceu o meu filho mais velho, que ali mora durante as férias e onde eu fico sempre que vou a Portugal, tendo lá deixado os meus haveres (...).

J. R. P. C. A. (Moçambique)»

Se bem compreendemos, V. Ex.^a terá arrendado verbalmente uma casa, não tendo chegado a formalizar por contrato esse arrendamento. O senhorio ter-lhe-ia agora comunicado que vai vender essa habitação, pretendendo que desocupe a casa.

Em primeiro lugar, esclarecemos que, segundo a lei actualmente em vigor (Decreto-Lei n.º 188/76, de 12/3/76) a existência do contrato de arrendamento pode provar-se por qualquer meio de prova admitido em direito. Quer dizer: desde que possa provar que a casa lhe foi arrendada e que tem

pago a renda ajustada (através de 2 ou 3 testemunhas que tenham conhecimento dos factos), o arrendamento é tão válido como se tivesse contrato escrito ou os recibos da renda.

Em segundo lugar, o facto da casa ser vendida não dá ao novo proprietário o direito de despejar os inquilinos. Tal só poderá acontecer ao fim de 5 anos, e desde que o novo proprietário

alegue que necessita da casa para sua habitação e prove que não tem na comarca de Lisboa outra casa própria ou arrendada. Refira-se que, na qualidade de arrendatária, tem direito de preferência na compra da casa. Assim, o senhorio é obrigado a comunicar-lhe o preço que pretende, a fim de que use, ou não, do seu direito de opção.

«Lemos na vossa revista «Comunidades Portuguesas» n.º 33 (Janeiro 1979), pg. 44, o artigo sobre a «Semana de Diálogo» e o tom que o articulista anónimo lhe deu presta-se a uma série de confusões, e acaba por dar uma informação completamente falsa.

Como não queremos que os trabalhadores Portugueses confundam as nossas posições, que foram claras, recordamo-las para vosso conhecimento a fim de repor a verdade.

Num comunicado de imprensa que distribuímos a 16 de Novembro (antes da Semana do Diálogo) dizíamos: «O Sr. Stoléru, secretário de Estado encarregado dos Trabalhadores Migrantes, não pode pretender organizar um diálogo fazendo-se surdo às reivindicações dos Emigrantes e recusando qualquer negociação». E distribuímos uma nota interna ao conjunto das Associações que federamos preconizando o boicote.

(...) Continuamos a crer que a nossa posição é correcta e não gostaríamos que os Portugueses aqui residentes fossem informados do contrário.

As «diversas conferências e colóquios» realizados na Bolsa do Trabalho, só podem fazer referência a uma conferência de imprensa, em que participámos na sua organização no dia 20 de Novembro, onde expusemos uma posição unitária em favor dos Trabalhadores de outras nacionalidades que vivem em França, denunciávamos o carácter hipócrita do Governo Francês a propósito da «Semana do Diálogo», denunciávamos a penetração policial nas residências, as expulsões, a repressão, etc., de que os emigrantes são vítimas, ao mesmo tempo que denunciávamos a cumplicidade de certos governos dos países de origem dos emigrantes.

A natureza da conferência em questão não se podia integrar na «Semana do Diálogo».

Para que a verdade fique posta, pedimos que publiquem este suplemento de informação dando-lhe o mesmo relevo que o artigo precedente.

Creemos poder confiar no vosso empenhamento para que a revista seja informativa. (...)

GERARD DESBOIS
(Presidente da FASTI — Fédération des Associations de Solidarité avec les Travailleurs Immigrés)»

Por não ter sido precedido de um subtítulo introdutório, o conteúdo do parágrafo final da notícia em questão — trata-se de uma notícia e não, como erradamente se refere na carta, de um «artigo» — aparecia aos leitores como o seguimento lógico do restante noticiário sobre as iniciativas ligadas ao programa oficial da «Semana do Diálogo» em França, o que efectivamente não era. Aqui fica feita, pois, a devida rectificação, através da publicação desta carta da FASTI e do «suplemento de informação» nela contido.

Finalmente, tanto o actual como o novo proprietário, poderão, em qualquer altura, instaurar uma acção de despejo, desde que para tal tenham um motivo legal. Um desses motivos é, precisamente, que o inquilino não tenha na casa a sua residência permanente, mas já não haverá lugar de despejo se tiver ficado na casa qualquer familiar do arrendatário (Código Civil, art.º 1.093.º, 2.C). Dado que o seu filho ficou a residir na habitação na sua ausência, o senhorio não tem o direito de despejo, desde que tenha continuado a pagar pontualmente a renda.

«(...) Gostaria de obter a nacionalidade francesa para beneficiar de certos casos que dizem respeito à minha vida em França.

Peço-lhe para ser informado se um dia mais tarde posso de novo obter a nacionalidade portuguesa.

Tenho 37 anos, cumpro o serviço militar e estou há nove anos em França. Minha esposa deseja continuar com a nacionalidade portuguesa.

E. F. P. (França)»

De acordo com a legislação vigente, readquire a nacionalidade portuguesa o indivíduo que, depois de se haver naturalizado em país estrangeiro, estabelecer domicílio no território nacional e declarar que pretende readquiri-la.

O Governo poderá opor-se à readquirição da nacionalidade portuguesa se o interessado praticar, em favor de Estado estrangeiro, actos contrários à segurança exterior do Estado Português, cometer crime a que, nos termos da lei portuguesa, corresponda pena maior ou exercer funções públicas de Estado estrangeiro ou, ainda, haver nele prestado serviço militar.

Para a obtenção de informações sobre a aquisição da nacionalidade francesa, deverá contactar as entidades competentes em França.

DOCUMENTÁRIOS E SEUS AUTORES (3) CAMPOS, António



O realizador António Campos é o autor de diversas curtas e médias-metragens; no início da sua actividade, e ainda como amador, conquistou diversos prémios nacionais e estrangeiros. Como bolsheiro da Fundação Gulbenkian estudou e estagiou em Londres e Paris.

Da sua filmografia fazem parte do circuito de cinema da SENE os seguintes filmes documentais:

«Almadraba atuneira»

Ano de produção: 1961
Fotografia: P e B (normal)
Tempo de projecção: 20 min.
Tema: Etnográfico

Trata-se de uma reportagem, vivida durante 6 meses, que descreve toda a actividade ligada a uma companhia de pesca do atum no arraial estabelecido numa ilha situada frente a Tavira, companhia essa que, por curiosidade, foi a última efectuada naquele local, posteriormente destruído pelo mar.

Durante a companhia, a vida dos pescadores e das suas famílias é completamente alterada



«Almadraba Atuneira» (1961)



«Vilarinho das Furnas» (1970)

com a transferência para o local de todas as actividades subsidiárias.

«Vilarinho das Furnas»

Ano de produção: 1970
Fotografia: P e B (normal)

Tempo de projecção: 1 h e 17 min.

Tema: Etnográfico

Trata-se de uma longa-metragem — baseada numa monografia do antropólogo prof. Jorge Dias — que mostra as formas de organização social que re-

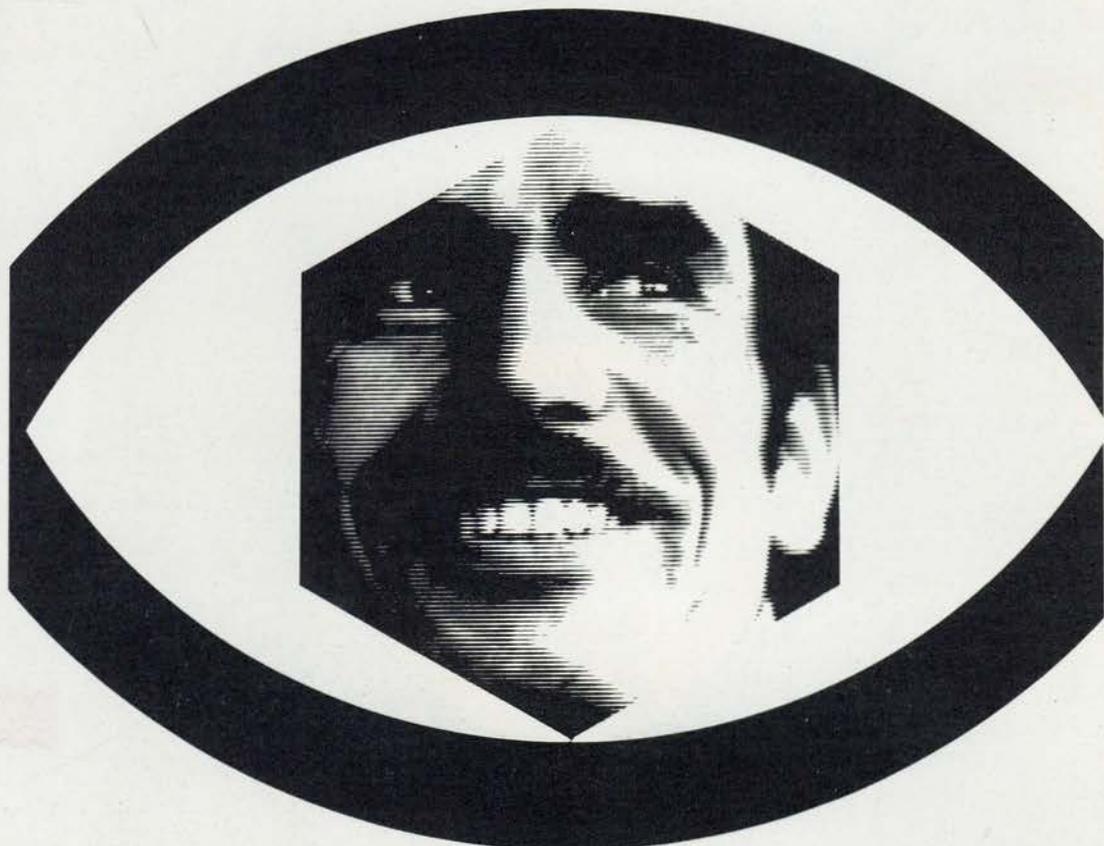
giam a aldeia, onde existiam leis próprias que defendiam os interesses dos indivíduos nela integrados.

A aldeia ficou submersa pelas águas do Cávado, após a construção de uma barragem no local.

**COLABORE COM
O CIRCUITO GRATUITO DE CINEMA DA SENE
ENVIANDO-NOS AS SUAS SUGESTÕES**

mosaico

**programa da TV francesa
para trabalhadores imigrados**



FR3

todos os domingos, 10.30 às 12 horas
produção ICEI (Information Culture et Immigration)

**a participação de Portugal é assegurada pela Radiotevisão Portuguesa
em colaboração com a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração**

A correspondência deverá ser enviada para:

«MOSAICO»

ICEI (Information Culture et Immigration)

43 bis rue des Entrepreneurs

75015 Paris

